

Relatório  
Anual

2024





Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

Relatório Anual

**2024**



## Conselho de Administração

---

### Presidente

André Clark Juliano  
*Siemens Energy*

André Lima de Angelo  
*Acciona*

Alexandre Thiollier Neto  
*BRK Ambiental*

Antônio Carlos Sepúlveda  
*Santos Brasil*

Bruno Costa Carvalho de Sena  
*BMPI Infra*

Carlos Leal Villa  
*Solvi*

Daniel Marteleto Godinho  
*WEG*

Fernando Lima Rocha Lohmann  
*Macquarie*

Gustavo Estrella  
*CPFL*

João Ney Prado Colagrossi  
*CC Infra*

José Roberto de Paiva  
*Hitachi Energy Brasil*

Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto  
*Mattos Filho Advogados*

Luiz Sergio Vieira Filho  
*EY*

### Vice-Presidente

Solange Maria P. Ribeiro  
*Neoenergia*

Marcos Pinto Almeida  
*Brookfield*

Mauricio Cruz Lopes  
*OEC*

Maurício Stolle Bähr  
*Engie Brasil*

Max Xavier Lins  
*Enel*

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas  
*CCR*

Paulo Augusto Nepomuceno Garcia  
*Alupar*

Radamés Andrade Casseb  
*Aegea*

Raul Ribeiro Pereira Neto  
*EGTC Infra*

Saulo Alves Pereira Junior  
*Andrade Gutierrez*

Viveka Hannele Kaitila  
*GE*

Wilson P. Ferreira Junior  
*Eletrobras (até setembro de 2023)*

## Conselho Consultivo

---

André Dabus – *Marsh*

Antônio Bardella Caparelli – *Promon*

Carlos José de Souza – *Andrade Gutierrez*

Celso Pedroso – *Solvi*

Claudio Medeiros Netto Ribeiro – *OEC*

Daniela Mattos Sandoval Coli – *BRK Ambiental*

Danilo Simões Miyasato – *Wabtec*

Fabio Minicheli Assad José – *Voith Hydro*

Filipe Mossmann – *Macquarie*

Francisco de Assis Nunes Bulhões – *Monte Rodovias*

Gustavo P. Gachineiro – *CPFL*

Gustavo Xavier Barreto – *CCR*

João Eduardo Greco Pinheiro – *Alupar*

João Henrique Delibaldo – *Caixa Econômica Federal*

João Paulo Tavares Papa – *Sabesp*

Jorge Lauriano Nicolai Sant'anna – *BMG*

Jorge Nembr – *Leite, Tosto E Barros Advogados*

José Alberto Esteves Dias – *Hitachi Energy Brasil*

José Roberto Reynaldo Júnior – *TSEA Energia*

José Virgílio Lopes Enei – *Machado Meyer Advogados*

Júlio Fontana Neto – *Rumo*

Leonardo Miranda da Silva – *Tozzini, Freire Advogados*

Luiz Otavio Assis Henriques – *EDP*

Luiz Ricardo de Medeiros Santiago – *Vale (até outubro de 2023)*

Marcos Augusto Perez – *Manesco, Ramires Advogados*

Maria Gabriela Dietrich – *GE*

Mauro Ribeiro Viegas Neto – *Concremat*

Michel Boccaccio – *Alstom Brasil*

Miguel Luiz Morad Noronha – *BMPI Infra*

Nelson Henrique Barbosa Filho – *BNDES*

Otávio Ferreira da Silveira – *Opy Healthcare*

Ramon Alkmim Pimenta Ferreira – *Accenture*

Renato José Silveira Lins Sucupira – *BF Capital*

Reynaldo Passanezi Filho – *Cemig*

Roberto Borges Paiva – *Ecorodovias*

Rogério de Paula Tavares – *Aegea*

Rosario Zaccaria – *Enel*

Rui Chammas – *Isa Cteep*

Sergio Moniz Barretto Garcia – *Arteris*

Thomas Benes Felsberg – *Felsberg Advogados*

## Estrutura Executiva

---

### Presidente-executivo

Venilton Tadani

### Diretor de Planejamento e Economia

Roberto F. Guimarães

### Diretor Administrativo e Financeiro

Nivaldo Tetti

### Diretor de Comitês Temáticos

José Maria de Paula Garcia

### Diretor de Comunicação

Ricardo Galuppo

### Coordenador do Departamento de Economia

Frederico Barreto

### Coordenadora de Eventos

Evellyn Dias

### Coordenadora do Departamento da Educação Corporativa

Ana Claudia Calegari



# Sumário

06 | Editorial

10 | Publishing

14 | Entrevista: André Clark

18 | Interview: André Clark

22 | Sobre a ABDIB

24 | About ABDIB

26 | A infraestrutura em números

28 | The infrastructure in numbers

30 | Eventos

34 | Presença Institucional

## COMITÊS

40 | Apresentação

## COMITÊS MATRICIAIS

42 | Desestatização

43 | Financiamento, Riscos e Garantias

44 | Legal e Tributário

45 | Sustentabilidade

46 | Inovação

50 | Engenharia

51 | Transição Energética

53 | Diversidade e Inclusão

## COMITÊS SETORIAIS

55 | Estratégico do Setor Elétrico

56 | Geração

57 | Transmissão

61 | Iluminação Pública

64 | Rodovias

67 | Ferrovias

69 | Portos

70 | Aeroportos

72 | Mobilidade Urbana

73 | Indústria e Relações Internacionais

75 | Saneamento e Recursos Hídricos

78 | Resíduos Sólidos

81 | Infraestrutura Social

86 | Planos de Ação dos Comitês para 2023

110 | Encontros e Debates

132 | Educação Corporativa

136 | ABDIB na Imprensa

## EDITORIAL

## Apesar dos desafios, o cenário é promissor

Mesmo com dificuldades nos cenários interno e externo, houve avanços importantes para a infraestrutura

O ano de 2023 teve mudanças importantes no cenário político nacional com a posse de novos governos federal e estaduais e de novos congressistas. Essas mudanças, naturalmente, já seriam suficientes para maior prudência por parte dos agentes econômicos em suas decisões. O novo quadro político desenhado em 2023 tem complexidade ímpar: o governo federal não tem maioria no Congresso Nacional, que é mais conservador. Isso torna mais difíceis as negociações para a aprovação de medidas legislativas encaminhadas pelo Executivo.

Nesse ambiente de águas turvas, a nova gestão encontrou uma política monetária restritiva para conter a inflação, com a taxa Selic em 13,75% a.a., e uma proposta orçamentária inexequível, com resultado fiscal descasado da realidade econômica e social do País, o que obrigou o governo a enviar ao Congresso Nacional a chamada PEC da Transição, reforçando a desconfiança na falta de compromisso do governo com a responsabilidade fiscal.

No *front* externo, a situação não era menos fácil, com inflação e juros subindo mundo afora, a China desacelerando seu crescimento e uma nova guerra eclodindo no Oriente Médio.

A despeito dessas dificuldades, o governo conseguiu aprovar o novo arcabouço fiscal, que define regras para impedir o crescimento das despesas acima das receitas, além de reservar recursos para investimentos e a reforma tributária sobre o consumo, para colocar ordem no caótico e oneroso sistema de impostos do país.

Há uma estratégia no âmbito federal, alicerçada na transição energética, neointustrialização e na inclusão social.

Dentro desta estratégia, o governo lançou o Novo PAC, articulado com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do governo federal, resgatando a importância do investimento público que havia sido reduzido a níveis irrisórios, com boas perspectivas para os investimentos em infraestrutura, tanto em aplicação direta como através de concessões e PPPs. O setor privado, considerado fundamental no programa, e os governos subnacionais foram chamados a também serem protagonistas dos investimentos em infraestrutura no país.

O BNDES está voltando a ter protagonismo como banco de fomento, a exemplo da linha de crédito para inovação com taxas de juros diferenciadas, da expansão de desembolsos para a indústria, infraestrutura (maior valor desde 1995) e exportação e da elevação da captação para o Fundo Verde, voltado para financiamento da transição energética.

Para elevar o *funding* e reduzir custo de financiamentos, sem subsídio do Tesouro Nacional, o governo encaminhou ao Congresso Nacional proposta que cria a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD). Além disso, encaminhou proposta para que o BNDES possa financiar, sob determinadas condições, as exportações de serviços de engenharia.

A oferta de recursos para projetos de infraestrutura será turbinada com as Debêntures de Infraestrutura, recentemente aprovadas, atraindo aplicações dos investidores institucionais que buscam ativos de longo prazo.

O governo criou o Plano de Transição Ecológica, onde define taxonomia sustentável e trata de questões importantes como crédito

to de carbono, para dar suporte às finanças sustentáveis. Este Plano está articulado com a neointustrialização verde (bioeconomia, descarbonização e transição energética) e com a infraestrutura, dois dos sete pilares do Programa da Nova Indústria Brasil lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

**É fundamental melhorar o ambiente de negócios, considerando, entre outros, a segurança jurídica e institucional.**

Como resultado, em 2023, o PIB cresceu aproximadamente 3%, surpreendendo os analistas, com bons resultados dos setores exportadores de *commodities* agrícolas e minerais e no consumo das famílias, porém desempenho fraco ou até negativo dos investimentos e da indústria de transformação. A inflação ficou dentro da meta e o Banco Central iniciou em agosto, com atraso, a trajetória de redução das taxas de juros.

Em que pese o fraco desempenho dos investimentos totais em 2023, claramente impactados pelas altas taxas de juros, aqueles direcionados à infraestrutura tiveram comportamento positivo. Como demonstrado no nosso Livro Azul da Infraestrutura – Versão 2023, os investimentos em infraestrutura (exceto óleo e gás) cresceram 19,6% em 2023 em relação a 2022, sendo que os privados cresceram 14% e os públicos, 44,1%.

Mesmo assim, permanece elevado o hiato do investimento em infraestrutura, como será detalhado no capítulo “A Infraestrutura em Números”.

A boa notícia é que, a depender da quantidade de projetos e dos investimentos em concessões e PPPs na área de infraestrutura econômica e social, as perspectivas econômicas para 2024 em diante são mais promissoras. São mais de 500 novos projetos de origem federal, estadual e municipal nas áreas de logística/transportes, energia elétrica, saneamento básico e infra social (educação, saúde, habitação, parques, etc.), envolvendo cerca de R\$ 1,0 trilhão em investimentos, estando parte deles já no radar de curto e médio prazos.

Parece que os investidores nacionais e internacionais já perceberam o cenário mais promissor, que está refletido em algumas estatísticas que medem risco e incerteza. Em 2023, em comparação com 2022, o dólar ficou 4% menor, o Credit Default Swap (CDS) caiu 40% e o Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+) caiu 24%. A Bolsa de Valores subiu 22% e duas agências de *rating* já melhoraram a nota do País.

No entanto, nem tudo são flores. É fundamental melhorar o ambiente de negócios, considerando, entre outros, a segurança jurídica e institucional. Também é necessário avançar na agenda legislativa da infraestrutura (Nova Lei de Concessões, Licenciamento Ambiental, Regulação do Setor Elétrico, dentre outras) e da transição energética e das finanças sustentáveis (principalmente Mercado de Carbono, Hidrogênio Verde, Combustível do Futuro e Eólicas Offshore). É preciso estarmos atentos, como representantes do setor produtivo, aos riscos e incertezas, que precisam ser mitigados.

O principal deles está em um dos pilares mais importantes da nova estratégia de desenvolvimento, que é o setor energético, em particular a transição energética para uma economia de baixo carbono, que poderá colocar o Brasil em posição de destaque no cenário internacional.

Não há clareza sobre a estratégia do País em relação ao tratamento do *trade-off* existente entre o uso de combustíveis fósseis e de energias renováveis. Trata-se de um *trade-off* presente mundo afora, como ficou patente agora na COP-28, assunto que vai ser recorrente nas próximas COPs, mais notadamente para o Brasil, que possui elevado volume de reservas de petróleo, enorme potencial para geração de energia limpa e sediará a COP-30 em 2025.

Riscos também decorrem dos subsídios cruzados às fontes de energia renovável, que favorecem o capital de giro para a geração distribuída (solar e eólica) e fazem com que o Brasil tenha uma das tarifas de energia elétrica mais elevadas do mundo e pague de forma injusta pela população de mais baixa renda, situação que tende a ser mantida a exemplo dos penduricalhos inseridos nas discussões do projeto de lei que regulamenta a geração de energia eólica *offshore*.

Esses pontos nos chamam a atenção sobre a complexidade e importância para reforçarmos a governança no setor.

Há também riscos que aumentam a insegurança jurídica sempre que ativismos de diversas origens tentam reduzir a autonomia técnica das agências reguladoras, alterar normas já tão discutidas e consolidadas e até romper unilateralmente o ato jurídico perfeito. Retrocessos regulatórios inibem o avanço dos investimentos em infraestrutura e precisam ser evitados.

Há incertezas quanto à execução de investimentos planejados no PPA 2024-27, em razão da obrigatoriedade de utilização de recursos, via emendas parlamentares, em programas que não constam do Novo PAC.

Como visto, os desafios são enormes, mas o cenário é promissor.



**Venilton Tadini**

Presidente-executivo  
da ABDIB



## PUBLISHING

## Slow development, but without recoil

Even with difficulties in the internal and external scenarios, there were important institutional advances for infrastructure. Despite challenges, the scenario is promising.

The year of 2023 encompassed important changes in the national political environment with new federal and state governments, as well as congressmen. These changes, naturally, would be enough to ensure prudence on the part of the economic agent's decisions. The new political framework designed in 2023 has unique complexity: the federal government does not have a majority in the National Congress, which is more conservative, making negotiations for the approval of legislative measures forwarded by the Executive Power more difficult.

In this murky environment, the new management found a restrictive monetary policy to contain inflation, with Selic rate at 13,75% per year, and an unfeasible budget proposal, with a fiscal result out of touch with the country's economic and social reality, which forced the government to send the so-called Transition PEC, reinforcing distrust in the government's lack of commitment to fiscal responsibility.

On the external front, the situation was equally not easy, with inflation and interest rates rising around the world, China slowing its growth and a new war breaking out in the Middle East.

Despite these difficulties, the government managed to approve the new Fiscal Framework, defining rules to prevent the growth of expenses above revenue, in addition to reserving resources for investments and promoting Tax Reform on consumption, aiming to bring order to the chaotic and onerous tax system.

In this regard, it is worth to mention a strategy at federal level, based on the energy transition,

neo-industrialization and social inclusion. Within this strategy, the government launched the New PAC, articulated with the Federal Government's Multi-Year Plan (PPA) 2024-2027, rescuing the importance of public investment that had been reduced to negligible levels, with good prospects for investments in infrastructure, both in direct application or through concessions and PPPs (public-private partnerships). The private sector considered fundamental in the program, and subnational governments were called upon to also be protagonists of infrastructure investments in the country.

BNDES (the Brazilian Development Bank) is once again taking on a leading role as a development bank itself, such as providing the line of credit for innovation with differentiated interest rates, the expansion of disbursements for industry, infrastructure (highest value since 1995) and exports and the increase in funding for the Green Fund, aimed at financing the energy transition.

To increase funding and reduce financing costs, without subsidies from the National Treasury, the government sent a proposal to the Congress that creates the Development Credit Letter - LCD. Furthermore, it forwarded a proposal so that BNDES could finance, under certain conditions, exports of engineering services.

The resources for infrastructure projects will be boosted with the recently approved Infrastructure Debentures, attracting investments from institutional investors looking for long-term assets.

Furthermore, the government created the Ecological Transition Plan, which defines Sustaina-

It is essential to improve the business environment, considering, among others, legal and institutional certainty.

ble Taxonomy and addresses important issues such as carbon credits, to support sustainable finance. This Plan is linked to green neointustrialization (bioeconomy, decarbonization and energy transition) and infrastructure (infrastructure, sanitation, housing and mobility), two of the seven pillars of the New Industry Brazil Program launched by the National Council for Industrial Development – CNDI.

As a result, in 2023, the GDP grew approximately 3%, surprising analysts, with good results from the sectors of exportation of agricultural and mineral commodities and household consumption, and weak or even negative performance from investments and the manufacturing industry. Inflation remained within the goal and the Central Bank began, with delay, reducing interest rates path, back in August.

Despite the weak performance of total investments in 2023, clearly impacted by high interest rates, those directed to infrastructure performed positively. As shown in our Infrastructure Blue Book – Version 2023, investments in infrastructure (except oil and gas) grew 19,6% in 2023 compared to 2022, with private investments growing 14,0% and public investments growing 44,1%

Even so, the gap in infrastructure investments remains high, as will be detailed in the chapter “Infrastructure in Numbers”.

The good news is that, depending on the number of concession projects and PPPs in the economic and social infrastructure sectors and investments, the economic prospects for 2024 onwards are more promising. There are

more than 500 new projects of federal, state and municipal origin in the areas of logistics/transport, electricity, basic sanitation and social infrastructure (education, health, housing, parks, etc.), involving around R\$ 1,0 trillion in investments, some of which are already on the short and medium term radar.

It seems that national and international investors have already realized the most promising scenario, which is reflected in some risk and uncertainty statistics. In 2023, compared to 2022, the dollar was 4% lower, the Credit Default Swap (CDS) fell 40% and the Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+) fell 24%. The Stock Exchange rose 22% and two rating agencies have already improved the country’s rating.

However, not everything is colorful. It is essential to improve the business environment, considering, among others, legal and institutional certainty and develop the legislative agenda for infrastructure (New Concessions Law, Environmental Licensing, Regulation of the Electricity Sector, among others) and the energy transition (mainly Carbon Market, Green Hydrogen, Fuel of the Future and Offshore Wind).

We need to be aware, as representatives of the productive sector, of the risks and uncertainties, which need to be mitigated. The main one is one of the most important pillars of the new development strategy, which is the energy sector, in particular the energy transition to a low-carbon economy, which could place Brazil in a prominent position in the international stage.

There is no clarity on the country’s strategy in relation to the use of fossil fuels and renewable energy trade-off. This is a trade-off present around the world, as was evident at COP-28, a subject that will be recurrent in the next COPs, most notably for Brazil, which has a high volume of oil reserves, enormous potential for generating clean energy and will host COP-30 in 2025.

Risks also arise from cross-subsidies to renewable energy sources, which favor for distributed generation (solar and wind) working capital and mean that Brazil has one of the highest electricity tariffs in the world and pays unfairly for lower-income population, a situation that tends to be maintained like the trinkets inserted in the discussions of the generation of offshore wind energy bill.

These points draw our attention to the complexity and importance of strengthening governance measures in the sector.

There are also risks that increase legal uncertainty whenever activists of different origins try to reduce the technical autonomy of regulatory agencies, change norms that are already widely discussed and consolidated and even unilaterally break the perfect legal act. Regulatory setbacks inhibit the advancement of infrastructure investments and need to be avoided.

There are uncertainties regarding the execution of investments planned in the PPA 2024-27, due to mandatory use of resources, via parliamentary amendments, in programs that are not included in the New PAC.

As seen, the challenges are enormous, but the scenario is promising.



**Venilton Tadini**  
*President of ABDIB*



## ENTREVISTA: ANDRÉ CLARK

## O país tem tudo para ser um grande exportador de hidrogênio verde

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, aponta os desafios que o Brasil superou em 2023 e que podem contribuir para o avanço da infraestrutura e para o processo de neointustrialização do país. Nesta entrevista, ele enfatiza a posição estratégica do país no esforço global em busca de fontes limpas e renováveis de geração de energia e avalia o impacto dos conflitos internacionais sobre a economia brasileira.

***Com base no panorama atual da infraestrutura brasileira, quais são, na sua avaliação, os desafios superados em 2023 e quais estão na lista de prioridades para 2024?***

Acredito que há uma percepção generalizada em diferentes setores produtivos de que, em 2023, a visão do Brasil como protagonista industrial verde e inovador do século XXI começou a se tornar mais nítida. À medida que avançamos em reformas, debates regulatórios significativos e nas diversas iniciativas delineadas em programas nacionais, como o Novo PAC, torna-se evidente que o ano foi marcado por um esforço coletivo para conciliar interesses na missão de concretizar nosso potencial global na economia de baixo carbono. O Plano de Transição Ecológica é simbólico do progresso na neointustrialização que almejamos, não apenas em 2024, mas nos anos seguintes. Também conhecido como “pacote verde”, ele abrange mais de 100 medidas em seu desenho, incluindo diretrizes, projetos, incentivos e regulamentações de outros 10 ministérios e 17 secretarias. O avanço bem-sucedido dessas propostas ao longo do ano, contudo, depende também de como abordamos um grande conjunto de questões, que começam a ser dimensionadas adequadamente em nossas ambições econômicas. Mais do que



***Os créditos de carbono, negociados em um espaço comum e com regras compartilhadas bem definidas, constituem um instrumento efetivo para incentivar a transição energética, com uma progressiva redução de emissões.”***

gerar novos empregos e promover aumento de renda, precisamos inserir de modo inteligente centenas de milhares de pessoas no setor produtivo, estimulando a formação e a capacitação profissional verde enquanto aplicamos a diversidade e a inclusão como propósitos inegociáveis.

***Como o senhor avalia a atuação do governo federal em seu primeiro ano de mandato no que diz respeito à agenda de infraestrutura?***

Foram realizados importantes avanços na discussão de bases regulatórias, incentivos aos investimentos e no estabelecimento de

planos de longo prazo, conforme evidenciado pelas reformas tributária e fiscal, além do Plano de Transição Ecológica. Esses esforços foram acompanhados por uma notável busca por maior integração entre a iniciativa privada, Congresso, Judiciário e Executivo na construção de uma visão industrial do século XXI, sustentável e globalmente orientada. A compreensão foi ampliada de que nem o Estado, nem a iniciativa privada têm a capacidade de enfrentar isoladamente todos os desafios implícitos nisso. Portanto, é imperativo atingir um novo patamar de parcerias público-privadas e unir as características distintas de cada entidade na concepção de projetos que sejam tanto ambientalmente eficazes, quanto financeiramente sustentáveis. Um ponto positivo nessa direção, a meu ver, foi o relançamento este ano do Fundo Clima pelo BNDES, com disponibilidade de R\$ 10 bilhões em recursos para financiar empreendimentos sustentáveis com condições e taxas de juros adequadas para o financiamento à política de transição ecológica brasileira. Mais de R\$ 2 bilhões já estão em contratação nessa linha de crédito verde. Mais do que nunca, a perspectiva deverá ser de extremo cuidado e atenção aos debates legislativos para evitar que interesses políticos de diferentes sortes arrisquem as propostas verdes sendo desenhadas neste novo governo. De certo modo, devemos evitar que emendas e medidas provisórias especulativas fechem essa janela única que se abre ao país.

***Que medidas são necessárias para ampliar e estimular os investimentos em infraestrutura no Brasil?***

O setor produtivo dispõe de cada vez mais mecanismos financeiros para desempenhar esse papel. O primeiro deles são os mercados regulados de créditos de carbono, essenciais para estabelecer um parâmetro que ajuste os preços na economia verde. Os créditos de carbono, negociados em um espaço comum e com regras compartilhadas bem definidas, constituem um instrumento efetivo para in-

centivar a transição energética, com uma progressiva redução de emissões. Para se ter uma ideia do impacto de sua implementação, projeções da International Chamber of Commerce e da WayCarbon indicam que somente o Brasil, com sua rica biodiversidade, tem o potencial de gerar receitas de US\$ 120 bilhões com créditos de carbono até 2030, atendendo de 22,3% a 48,7% da demanda global por créditos, que devem compensar entre 1,5 e 2 gigatoneladas de CO<sub>2</sub>.

***Como o senhor avalia os impactos de uma situação internacional desafiadora – em que os efeitos do conflito no Oriente Médio vêm se somar aos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia – para o Brasil?***

A busca pela reindustrialização está se intensificando globalmente, impulsionada pelos efeitos da pandemia nas cadeias de valor, a Guerra da Ucrânia e o atual momento geopolítico intrincado. Esses eventos não afetam apenas o Brasil, mas diversos países que estão agora empenhados em alcançar estabilidade e resiliência em suas cadeias produtivas. A crise na oferta de semicondutores que testemunhamos nos últimos dois anos, por exemplo, resultou na paralisação de linhas de produção que abrangem desde equipamentos eletrônicos até automóveis, sendo exemplar entre os possíveis riscos na atual economia global que devem ser contemplados com cada vez mais atenção por países e empresas. Diante desse cenário, torna-se claro que a diversificação de cadeias de valor estratégicas é crucial para garantir segurança e sustentabilidade em meio às turbulências globais. Aproveitando sua geração de baixo carbono, o Brasil, como se não bastasse, também se posiciona como um mercado ideal para a organização de novos polos industriais, colocando-se como parceiro com vocação para a democracia e a estabilidade, em contraposição a países e regiões cujo potencial de negócios tem se mostrado cada vez mais prejudicado justamente pela instabilidade política e social.

***Como o senhor avalia a posição do Brasil na corrida pela transição energética e pelo desenvolvimento do hidrogênio verde? Acha que poderíamos estar mais avançados do que estamos? Por quê?***

Ao construir seu potencial excedente para geração eólica e solar, o Brasil está em ótima posição para se tornar um dos exportadores mais competitivos de hidrogênio verde do mundo em termos de custo marginal. Uma evidência marcante que impulsiona essa tendência é encontrada nos investimentos em energia hoje. Conforme indica a Agência Internacional de Energia, já em 2023, para cada dólar investido em combustíveis fósseis, um adicional de US\$ 1,70 foi direcionado a energias verdes, sinalizando um novo paradigma na economia global que favorece o Brasil. Com suas múltiplas aplicações e natureza eletrointensiva e de baixo carbono, o hidrogênio verde emerge como um catalisador multifacetado, impulsionando a geração de empregos e a transformação industrial pretendida pelo governo brasileiro. Seja na forma de amônia verde, que aprimora a competitividade do agronegócio, ou como matéria-prima para aço verde e combustíveis sintéticos climaticamente neutros para a mobilidade e a aviação, essa indústria já se encontra em estágio avançado de prontidão. Com uma demanda em franco crescimento nos próximos anos, projetos em curso e atração de investimentos com retornos rápidos, o hidrogênio será a vitrine da nossa almejada transição verde. Atualmente, a indústria está efetivamente engajada em projetos, conduzindo aquisições de engenharia e reservando espaços para a instalação de equipamentos. Diversas empresas e consultorias estão investindo em estudos e planejamento, explorando o potencial produtivo e os produtos de valor agregado. No entanto, é essencial acelerar os processos de obtenção de permissões e oferecer incentivos robustos para garantir uma implantação rápida e abrangente de novas fontes de energia renovável, assim como expandir a infraestrutura da rede elétrica e de armazenamento, permitindo a exportação dessa energia.

***Muitos acreditam que, a despeito das condições naturais vantajosas, pouco se avançou nas políticas capazes de dar suporte à corrida pela transição energética. O país ainda não conta com os marcos regulatórios necessários para orientar, por exemplo, os rumos da produção do hidrogênio verde. Na sua opinião, isso deveria ser posto na frente de outras necessidades regulatórias?***

A aprovação de um marco legal para o hidrogênio, sem incluir medidas de estímulo, impede a atração de investimentos a partir de uma legislação sólida e arrojada, como a que tem sido implementada nos Estados Unidos e na União Europeia, sinalizando para o mundo uma possível desvantagem competitiva no protagonismo brasileiro como estimulador da indústria verde. O texto aprovado no Senado, no final de 2023, avança em pontos positivos, a exemplo de uma certificação do hidrogênio que busca ser mais alinhada aos parâmetros internacionais, metas para o desenvolvimento de um mercado interno e apoio à pesquisa e inovação nos projetos de baixo carbono, entre outros aspectos. Resta saber se o conteúdo regulatório final, ainda a ser aprovado pela Câmara em 2024, será condizente com as exigências financeiras e fiscais para o pleno desenvolvimento dessa emergente indústria no Brasil, como tem sido apontado por diferentes atores da iniciativa privada desde o começo das deliberações. No entanto, para além do debate regulatório, outras necessidades de infraestrutura precisam ser igualmente equacionadas. Uma delas diz respeito às redes de transmissão, o coração pulsante da transição energética. Os leilões de transmissão previstos pela ANEEL serão decisivos para ativarmos nossa capacidade latente.

***De que forma isso pode favorecer a reinserção do Brasil nas cadeias globais de valor e, consequentemente, favorecer o esforço pela reindustrialização do país?***

De modo geral, por meio do novo PAC e do “pacote verde”, são prometidos efeitos no adensamento tecnológico e no estímulo à

inovação verde, que tornarão viável a busca por uma maior complexidade econômica na saúde – como testemunhamos ser possível na pandemia –, no agronegócio, na infraestrutura e na tecnologia da informação (software, hardware e cibersegurança), entre outras áreas com papel de destaque para o nosso progresso e forte posicionamento geopolítico. O Brasil é um dos poucos países do mundo com excesso substantivo de energia renovável, gerando entre 20% e 30% acima da sua própria demanda, além de contar com projetos solares e eólicos em vias de construção que, quando concluídos, serão equivalentes entre uma e três vezes o nosso consumo interno. Mais do que isso, essa energia limpa é relativamente barata.

***A agenda ambiental, na sua opinião, avançou a ponto de reduzir as pressões que o Brasil vinha sofrendo para avançar na preservação da Amazônia? Como o senhor avalia essa pressão e como, a seu ver, o país deve lidar com ela?***

Entre os desafios, sobretudo, não podemos esquecer que a preservação de nossos biomas, como a Amazônia e o Cerrado, será de suma importância na equação do desenvolvimento econômico. Caso persistam, os processos de degradação e desmatamento se mostrarão uma ameaça à nossa credibilidade internacional e à nossa vocação para liderar a atração de investimentos globalmente. É vital que isso seja colocado em perspectiva pelo fato de que, em 2023, trouxemos novos atores regionais para o debate ao organizar a Cúpula da Amazônia, assumimos a presidência rotativa do G20 e fomos eleitos a sede da COP30, que, aliás, será realizada simbolicamente em Belém, no Pará, um território amazônico. O protagonismo do Brasil nessas plataformas de convergência diplomática tem a singular importância de nos projetar como solução para a transição verde em um mundo cada vez mais multipolar e economicamente diverso, mas, sobretudo, ameaçado pelas mudanças

climáticas e a urgente necessidade de descarbonização das atividades humanas. Temos a chance de liderar essas articulações com a promessa de grandes resultados, mas precisamos ter a maturidade para lembrar que discutir clima e sustentabilidade hoje, mais do que nunca, é falar de comércio internacional e finanças em variadas questões, sejam elas de taxonomia, regulação dos mercados de carbono ou emissão de títulos. O momento para jogar é agora, e as cartas que temos em mãos parecem mais promissoras.

“

***Entre os desafios, sobretudo, não podemos esquecer que a preservação de nossos biomas, como a Amazônia e o Cerrado, será de suma importância na equação do desenvolvimento econômico.”***

## INTERVIEW: ANDRÉ CLARK

## The country has everything to be a great exporter of green hydrogen

The president of ABDIB Board of Directors, André Clark, highlights the challenges that Brazil overcame in 2023 and that can contribute to the development of infrastructure and the country's neo-industrialization process. In this interview, he emphasizes the country's strategic position in the global effort to search for clean and renewable sources of energy generation and assesses the impact of international conflicts on the Brazilian economy.

*Based on the current panorama of Brazilian infrastructure, what in your assessment, are the challenges overcome in 2023 and which are on the list of 2024 priorities?*

I believe that there is a widespread perception in different productive sectors that, in 2023, the vision of Brazil as a green and innovative industrial protagonist of the 21st century has begun to become clearer. As we move forward with reforms, significant regulatory debates and the various initiatives outlined in national programs, such as the 'new PAC', it becomes clear that the year was marked by a collective effort to reconcile interests in the mission of realizing our global potential in low carbon economy. The Ecological Transition Plan is symbolic for the progress in neo-industrialization that we aim for, not just in 2024, but in the following years. Also known as the "green package", it covers more than 100 measures in its design, including guidelines, projects, incentives and regulations from another 10 ministries and 17 secretariats. The successful development of these proposals throughout the year, however, also depends on how we address a large set of issues, which begin to be adequately dimensioned in our economic ambitions. More than generating new jobs and promoting increased income, we need to



*Carbon credits, negotiated in a common space and with well-defined shared rules, constitute an effective instrument to encourage the energy transition, with a progressive reduction in emissions.*

intelligently insert hundreds of thousands of people into the productive sector, stimulating green professional training while applying diversity and inclusion as non-negotiable purposes.

*How do you evaluate the federal government's performance in its first year in office regarding the infrastructure agenda?*

Important advances were made in the discussion of regulatory bases, investment incentives and the establishment of long-term plans, as evidenced by tax and fiscal reforms, in addition to the Ecological Transition Plan. These

efforts were accompanied by a notable search for greater integration between the private sector, Congress, Judiciary and Executive Powers in the construction of a sustainable and globally oriented 21st century industrial vision. The understanding was expanded that neither the State nor the private sector have the capacity to face all the challenges implicit in this in isolation. Therefore, it is imperative to reach a new level of public-private partnerships and unite the distinct characteristics of each entity in the design of projects that are both environmentally effective and financially sustainable. A positive point in this direction, in my opinion, was the relaunch this year of the Climate Fund by BNDES, with the availability of R\$ 10 billion in resources to finance sustainable enterprises with conditions and interest rates suitable to Brazilian ecological transition policy financing. More than R\$2 billion are already being contracted in this green credit line. More than ever, the perspective must be one of extreme care and attention to legislative debates to prevent political interests of different kinds from risking the green proposals being designed in this new government. In a way, we must prevent amendments and speculative provisional measures from closing this unique window that opens to the country.

***What measures are necessary to expand and stimulate investments in infrastructure in Brazil?***

The productive sector has increasingly more financial mechanisms to play this role. The first of these are regulated carbon credit markets, essential for establishing a parameter that adjusts prices in the green economy. Carbon credits, negotiated in a common space and with well-defined shared rules, constitute an effective instrument to encourage the energy transition, with a progressive reduction in emissions. To get an idea of the impact of its implementation, projections by the International Chamber of Commerce and WayCarbon indicate that Brazil, alone, with its

rich biodiversity, has the potential to generate revenues of US\$120 billion with carbon credits by 2030, meeting from 22,3% to 48,7% of the global demand for credits, which should offset between 1,5 and 2 gigatons of CO<sub>2</sub>.

***How do you assess the impacts on Brazil of a challenging international situation – in which the effects of the conflict in the Middle East are added to those of the war between Russia and Ukraine?***

The quest for reindustrialization is intensifying globally, driven by the effects of the pandemic on value chains, the Ukrainian War and the current convoluted geopolitical moment. These events not only affect Brazil, but several countries that are now committed to achieving stability and resilience in their production chains. The crisis in the semiconductors supply that we have witnessed in the last two years, for example, resulted in the stoppage of production lines that range from electronic equipment to automobiles, being exemplary among the possible risks in the current global economy that must be considered with increasing attention by countries and companies. Given this scenario, it becomes clear that the diversification of strategic value chains is crucial to ensuring security and sustainability due to global turbulence. Taking advantage of its low carbon generation, Brazil, as if were not enough, also positions itself as an ideal market for the organization of new industrial hubs, positioning itself as a partner with a vocation for democracy and stability, in contrast to countries and regions whose business potential has been increasingly hampered precisely by political and social instability.

***How do you assess Brazil's position in the race for the energy transition and the development of green Hydrogen? Do you think we could be more advanced than we are? Why?***

By building its surplus potential for wind and solar generation, Brazil is in a great position to become one of the world's most competitive exporters of green hydrogen in terms of marginal cost. One striking piece of evidence driving this trend is found in energy investments today. As indicated by the International Energy Agency, in 2023, for every dollar invested in fossil fuels, an additional US\$1,70 was directed to green energy, signaling a new paradigm in the global economy that favors Brazil. With its multiple applications and electro-intensive, low-carbon nature, green hydrogen emerges as a multifaceted catalyst, boosting job creation and the industrial transformation intended by the Brazilian government. Whether in the form of green ammonia, which enhances the competitiveness of agribusiness, or as a raw material for green steel and climate-neutral synthetic fuels for mobility and aviation, this industry is already at an advanced stage of readiness. With rapidly growing demand in the coming years, ongoing projects and attracting investments with quick returns, hydrogen will be the showcase of our desired green transition. Currently, the industry is effectively engaged in projects, conducting engineering procurement and reserving space for equipment installation. Several companies and consultancies are investing in studies and planning, exploring production potential and value-added products. However, it is essential to speed up permit processes and offer robust incentives to ensure rapid and comprehensive deployment of new renewable energy sources, as well as expanding electricity grid and storage infrastructure, allowing this energy export.

***Many believe that, despite the advantageous natural conditions, little progress has been made in policies capable of supporting the race for energy transition. The country still does not have the***

***necessary regulatory frameworks to guide, for example, the direction of Green Hydrogen production. In your opinion, should this be put ahead of other regulatory needs?***

The legal framework for hydrogen approval, without including stimulus measures, prevents the attraction of investments based on solid and bold legislation, such as that has been implemented in the United States and the European Union, signaling to the world a possible competitive disadvantage in Brazil's leading role as a stimulator of green industry. The text approved by the Senate, at the end of 2023, advances in positive points, such as a hydrogen certification that seeks to be more aligned with international parameters, goals for the development of an internal market and support for research and innovation in low-cost carbon projects, among other aspects. It remains to be seen whether the final regulatory content, still to be approved in 2024, will be consistent with the financial and fiscal requirements for the full development of this emerging industry in Brazil, as has been pointed out by different private sector actors since the beginning of the deliberations. However, in addition to the regulatory debate, other infrastructure needs also need to be addressed. One of them concerns transmission networks, the beating heart of the energy transition. The transmission auctions planned by Aneel (National Electric Energy Agency) will be decisive in activating our latent capacity.

***How can this favor Brazil's reinsertion into global value chains and, consequently, favor the effort to reindustrialize the country?***

In general, through the new PAC and the green package, effects are promised on technological densification and on stimulating green innovation, which will make the search for greater economic health complexity – as we have seen possible in the pandemic –, in agribusiness, infrastructure and information technology (software, hardware and cyberse-

curity), among other areas with a prominent role in our progress and strong geopolitical positioning. Brazil is one of the few countries in the world with a substantial excess of renewable energy, generating between 20% and 30% above its own demand, in addition to having solar and wind projects under construction that, when completed, will be equivalent to and three times our internal consumption. More than that, this clean energy is relatively cheap.

*In your opinion, has the environmental agenda advanced to the point of reducing the pressure that Brazil was suffering to advance in the preservation of the Amazon? How do you assess this pressure and how, in your opinion, should the country deal with it?*

Among the challenges, above all, we cannot forget that the preservation of our biomes, such as the Amazon and the Cerrado, will be of paramount importance in the economic development equation. If they persist, the processes of degradation and deforestation will prove to be a threat to our international credibility and our vocation to lead the attraction of investments globally. It is vital that this is put into perspective by the fact that, in 2023, we brought new regional actors to the debate by organizing the Amazon Summit, assumed the rotating presidency of the G20 and were elected to host COP30, which, incidentally, will be held symbolically in Belém, Pará, an Amazonian territory. Brazil's leading role in these diplomatic convergence platforms has the singular importance of projecting us as a solution for the green transition in an increasingly multipolar and economically diverse world, but, above all, threatened by climate change and the urgent need to decarbonize human activities. We have the chance to lead these articulations with the promise of great results, but we need to have the maturity to remember that discussing climate and sustainability today, more than ever, is talking about

international trade and finance on a variety of issues, being taxonomy, regulation carbon markets or bond issuance. The time to play is now, and the cards we have in our hands look more promising.

“

*Among the challenges, above all, we cannot forget that the preservation of our biomes, such as the Amazon and the Cerrado, will be of paramount importance in the economic development equation.*

# Sobre a ABDIB

## Missão

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada em 1955 com a missão de:



**Contribuir** para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;



**Fortalecer** a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;



**Colaborar** com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;



**Ampliar** a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

## Associadas

A ABDIB congrega cerca de 120 empresas públicas e privadas que participam da estruturação, dos investimentos e da operação dos negócios nos setores de infraestrutura e indústrias de base. As empresas atuam nas áreas de aeroportos, energia elétrica, ferrovias, indústria de base, infraestrutura social, petróleo e gás natural, portos, recursos hídricos, resíduos sólidos, rodovias e saneamento. Entre as associadas há concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços de engenharia e consultoria, escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras e instituições financeiras.

A entidade guia-se por um Código de Conduta e de Governança Interna aprovado em Assembleia Geral, com adesão obrigatória das empresas associadas. Com base no documento, a ABDIB passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratificam a integridade e conformidade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

## Valores



**Atuar de forma ética** no relacionamento com públicos internos e externos.



**Ser transparente**, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.



**Atender às expectativas** das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.



**Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade**, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

## Canal de Informações e Denúncias

A ABDIB mantém o canal [abdib.org.br/linha-etica-2](https://abdib.org.br/linha-etica-2) que permite a qualquer cidadão enviar informações sobre fatos que possam ser interpretados como suposta violação à legislação brasileira e às normas descritas no Código de Conduta e no Código de Governança Interna da entidade. Os dados serão tratados com sigilo e diligência.

## Estrutura de Governança: Conselhos e Presidência

O Conselho de Administração é composto por 25 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o planejamento estratégico e da gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de ação da ABDIB, com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e dos comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o

Conselho de Administração nas diretrizes e planos de ação da ABDIB e acompanhar o desenvolvimento das atividades dos comitês.

A ABDIB conta com um Comitê Executivo, cuja função é auxiliar a tomada de decisões e a gestão exercida pelo Conselho de Administração. É formado por sete integrantes: presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, presidente-executivo e quatro membros indicados pelo presidente do Conselho de Administração para os seguintes assuntos: finanças e auditoria; organização e gestão de pessoas; mudança climática, sustentabilidade e inovação; e assuntos jurídicos e legais.

# About ABDIB

## Mission

The Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (ABDIB) is a private, non-profit entity founded in 1955 with the mission of:



**Contribute** to the economic growth and social development of Brazil through the expansion of investments in infrastructure and basic industries;



**Strengthen** the competitiveness of goods and services companies for infrastructure and basic industries;



**Collaborate** with public and private agents in the search for consistent solutions to enable investments;



**Expand** the participation of Brazilian companies in the global infrastructure market.

## Associated companies

ABDIB brings together about 120 public and private companies that participate in the structuring, investments and operation of businesses in the infrastructure and basic industries sectors. The companies operate in the areas of airports, electricity, railways, basic industry, social infrastructure, oil and natural gas, ports, water resources, solid waste, highways and sanitation. Among the associates are utilities, equipment manufacturers, engineering and consulting service providers, law firms, large infrastructure users, private equity funds, insurance companies and financial institutions.

The entity is guided by a Code of Conduct and Internal Governance approved at the General Meeting, with mandatory adhesion of associated companies. Based on the document, ABDIB started to act more incisively in guiding ethical standards and conduct in the infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify business integrity and compliance, defense of competition and free initiative.

## Amounts



**Act ethically** in the relationship with internal and external audiences.



**Be transparent**, disseminate information to members in an equitable manner and inform society about actions and objectives of the association.



**Meet the expectations** of companies associated with critical sense, responsibility and in accordance with standards and laws.



**Work with agility, simplicity and objectivity**, maximizing technical and human resources with innovation and creativity.

## Information and Reporting Channel

ABDIB maintains the channel [abdib.org.br/linha-etica-2](https://abdib.org.br/linha-etica-2) that allows any citizen to send information about facts that can be interpreted as an alleged violation of Brazilian law and the rules described in the Code of Conduct and the Internal Governance Code of the entity. The data will be treated with secrecy and diligence.

## Governance Structure: Councils and Presidency

The Board of Directors is composed of 25 members, presidents of some of the largest companies in the country, with the function of hiring and guiding the CEO and establishing guidelines for strategic planning and management.

The CEO, with exclusive dedication, is responsible for the general administration and execution of the ABDIB action plan, with the guidelines defined by the Board of Directors with the support of the Advisory Board and the committees.

The Advisory Board is composed of 40 members with the function of advising the Board of

Directors on the guidelines and action plans of ABDIB and monitoring the development of the activities of the committees.

ABDIB has an Executive Committee, whose function is to assist the decision-making and management exercised by the Board of Directors. It consists of seven members: President and Vice-President of the Board of Directors, Chief Executive Officer and four members appointed by the President of the Board of Directors for the following subjects: finance and auditing; organization and management of people; climate change, sustainability and legal matters innovation; and legal and legal matters.

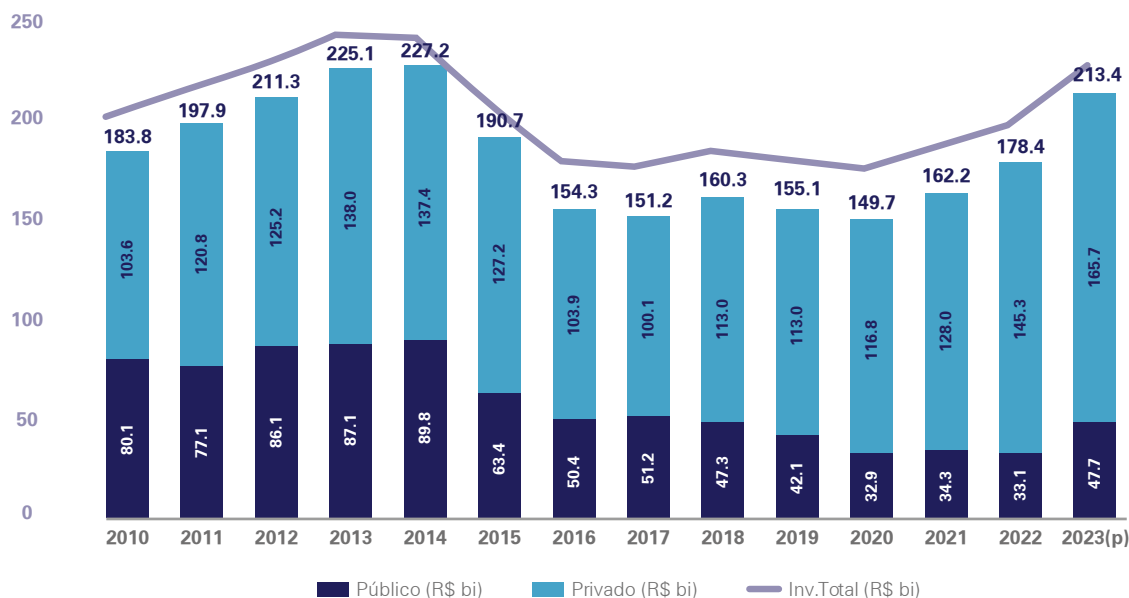
# A infraestrutura em números

Em que pese o bom desempenho de 2023, os investimentos em infraestrutura no Brasil têm muito o que avançar.



O ano de 2023 pode ter sido a consolidação da mudança de rumo dos investimentos em infraestrutura no Brasil, principalmente pela volta dos investimentos públicos. De fato, é possível observar no gráfico abaixo a maior inclinação da curva em 2023, quando os investimentos cresceram 19,6% em relação a 2022. Houve aceleração dos investimentos privados, que cresceram 14%, mantendo a tendência positiva observada desde 2018. Mas a mudança mais significativa veio com o aumento de 44,1% nos investimentos públicos, em decorrência da PEC da Transição, interrompendo a sequência de oito anos consecutivos de queda.

Investimento Público e Privado na Infraestrutura  
Em valores constantes de 2023 (R\$ bilhões)



2023 = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até set 2023)  
Fonte: ABDIB

É possível observar que, em relação a 2017, pior valor da série, houve aumento de 41,1% nos investimentos totais. Por outro lado, ainda estamos 6% abaixo quando comparado com 2014, melhor resultado da série.

Em que pese este bom desempenho, mesmo assim, a defasagem dos investimentos, isto é, a

diferença entre o realizado e as necessidades, é ainda muito elevada. O Brasil, considerando investimentos públicos e privados em infraestrutura (exceto óleo e gás), precisa investir, além do que investe hoje, cerca de 2,32% do PIB por ano, pelos próximos dez anos, como mostra o quadro a seguir.

## Investimentos públicos e privados em infraestrutura avançaram em 2023.

Realidade e necessidade de investimentos em Infraestrutura

Setor	Investimento realizado em 2023		Investimento necessário*		GAP Investimentos	
	R\$ bilhões	Em % PIB	R\$ bilhões	Em % PIB	R\$ bilhões	Em % PIB
Transportes / Logística	R\$ 41,4	0,39%	R\$ 242,4	2,26%	R\$ 201,0	1,87%
Energia Elétrica	R\$ 93,7	0,87%	R\$ 90,1	0,84%	-	-
Telecomunicações	R\$ 51,5	0,48%	R\$ 81,5	0,76%	R\$ 30,0	0,28%
Saneamento	R\$ 26,8	0,25%	R\$ 48,3	0,45%	R\$ 21,5	0,20%
<b>Total</b>	<b>R\$ 213,4</b>	<b>1,99%</b>	<b>R\$ 462,3</b>	<b>4,31%</b>	<b>R\$ 248,9</b>	<b>2,32%</b>

\* Por ano.

2023 = previsão.

Atualizado pelo IPCA no período (até set 2023). Obs. Inclui os setores de Energia Elétrica, Transportes, Saneamento e Telecomunicações. Não inclui o setor de Petróleo e Gás.

Fonte: ABDIB

É visível que as maiores defasagens encontram-se nos setores de transportes e logística e de saneamento básico. Em transportes/logística, há necessidade de investimentos adicionais de cerca de 1,87% do PIB por ano e, em saneamento, de 0,20% do PIB por ano.

Até pelos valores envolvidos, o maior desafio está no setor de transportes/logística, que precisa priorizar o modal ferroviário para o transporte de carga geral, de passageiros e a mobilidade urbana. Uma nova matriz com maior utilização de transporte sobre trilhos e de combustíveis renováveis ainda contribuirá para redução significativa das emissões de gases de efeito estufa.

O segundo maior desafio está no saneamento básico, setor que apresentou significativo avanço em decorrência do novo marco regulatório, mantido em sua essência mesmo com alterações recentes. O saneamento e o pro-

cesso de redução dos lixões no segmento de resíduos sólidos contribuirão para a melhoria do meio ambiente e da saúde pública.

A edição 2023 do Livro Azul da Infraestrutura mostra cenário promissor, com expressivo pipeline de projetos. Há cerca de 520 novos projetos de infraestrutura em estruturação nos quatro cantos do Brasil, com investimentos totais ultrapassando os R\$ 800 bilhões, a serem executados nos próximos anos.

Por último e não menos importante, para que os investimentos privados avancem, é preciso evitar retrocessos regulatórios e a insegurança jurídica no País. Precisamos, ainda, dadas nossas vantagens comparativas, aproveitar as novas oportunidades de investimentos advindas da transição energética rumo à economia verde, num ambiente cada vez mais responsável do ponto de vista ESG.

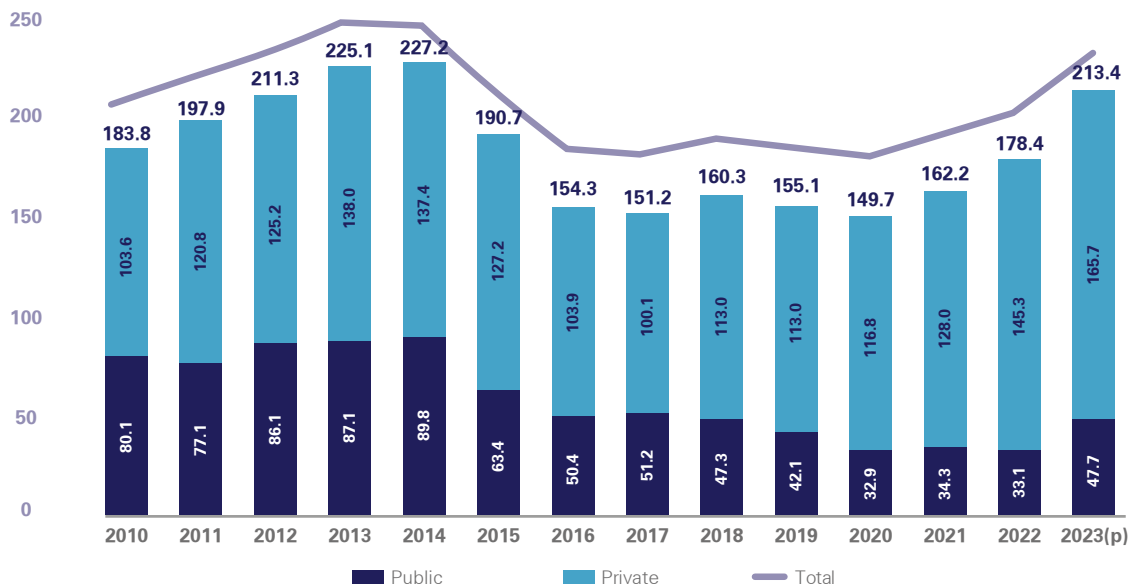
# Infrastructure in numbers

Despite the good performance in 2023, investments in infrastructure in Brazil have a lot of room for advancement.



The year 2023 may have been the consolidation of the new direction of infrastructure investments in Brazil, mainly due to the return of public investments. In fact, it is possible to observe in the graph below the slope of the curve in 2023, when investments grew 19.6% compared to 2022. There was an acceleration in private investments, which grew 14.0%, maintaining the positive trend observed since 2018. But the most significant change came with the 44.1% public investments increase, as a result of the Transition PEC, interrupting the sequence of eight consecutive years of decline.

Public and Private Infrastructure Investments (in R\$ billion)  
Constant values at 2023 prices



2023 = estimated. Updated by IPCA in the period (sept 2023)  
Source: ABDIB

It is possible to observe that, related to 2017, the worst value in the series, there was an increase of 41.1% in total investments. On the other hand, we are still 6% below when compared to 2014, the best result in the series. Despite this good performance, the investment gap, that is, the difference between what

we have and what is needed, is still very high. Brazil, considering public and private investments in infrastructure (except oil and gas) needs to invest, in addition to what it invests today, around 2.32% of GDP per year, for the next ten years, as shown in the table below.

## Public and private investments in infrastructure advanced in 2023.

Reality and need for investments in Infrastructure – R\$ bilhões correntes

SECTOR	Investments 2023		Investments needs*		Investment GAP	
	R\$ Billion	% GDP	R\$ Billion	% GDP	R\$ Billion	% GDP
Transportation/ Logistic	41.4	0.39%	R\$ 242.4	2,26%	R\$ 201.0	1,87%
Electrical Power	93.7	0.87%	R\$ 90.1	0,84%	-	-
Telecommunications	51.5	0.48%	R\$ 81.5	0,76%	R\$ 30.0	0,28%
Sanitation	26.8	0.25%	R\$ 48.3	0,45%	R\$ 21.5	0,20%
<b>Total</b>	<b>213.4</b>	<b>1.99%</b>	<b>R\$ 462.3</b>	<b>4,31%</b>	<b>R\$ 248.9</b>	<b>2,32%</b>

\* Per year

2023 = estimated. Updated by IPCA in the period (sept 2023)

Source: ABDIB. Except oil and gas sector

It is clear that the biggest gaps are in the transport and logistics and basic sanitation sectors. In transport/logistics, the additional investment needs reach 1.87% of GDP per year and, in sanitation, 0.20% of GDP per year.

Even considering the amounts involved, the biggest challenge is in the transport/logistics sector, which needs to prioritize the railway mode for general cargo and passengers transport and urban mobility. A new matrix with more use of rail transport and renewable fuels will also contribute to a significant reduction in gas emissions.

The second biggest challenge is in basic sanitation, a sector that has shown significant progress as a result of the new regulatory framework, maintained in its essence even with recent changes. This and the process of

dumping ground reduction in the solid waste segment, will contribute to improve the environment and public health.

The 2023 edition of the Infrastructure Blue Book shows a promising scenario, with an expressive pipeline of projects. There are around 520 new infrastructure projects being structured in the four corners of Brazil, with total investments exceeding R\$800 billion, to be executed in the coming years.

Last but not least, for private investments to advance, it is necessary to avoid regulatory setbacks and legal uncertainty. We also need, given our comparative advantages, to take advantage of the new investment opportunities arising from the energy transition towards green economy, in an increasingly ESG responsibility.

## EVENTOS

## O debate sobre os principais temas da infraestrutura

Em três encontros que reuniram as principais autoridades, especialistas e executivos do setor, a ABDIB apontou a solução para os problemas da infraestrutura brasileira

Os três principais eventos realizados pela ABDIB em 2023 foram marcados pela representatividade das autoridades, especialistas, acadêmicos, investidores e concessionários de infraestrutura que participaram das discussões. Os encontros também se destacaram pela profundidade no tratamento das questões e pela relevância dos temas abordados nos debates.

O primeiro evento, o *ABDIB Fórum 2023 – Avanços na Infraestrutura e Reindustrialização*, aconteceu em Brasília, no dia 12 de abril. No dia 31 de outubro, em Belo Horizonte, foi realizado o *ABDIB Fórum de Infraestrutura Regional Sul e Sudeste*. Finalmente, nos dias 7 e 8 de dezembro, houve o *ABDIB Experience*, em formato virtual.

### O maior evento da infraestrutura brasileira

O *ABDIB Fórum 2023 – Avanços na Infraestrutura e Reindustrialização* foi o maior e mais representativo evento da infraestrutura brasileira no ano passado. Com a participação de mais de 800 pessoas ligadas à infraestrutura, o encontro foi aberto pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, e pelo presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark. “Foi uma oportunidade de promover o debate sobre os temas da infraestrutura com a presença de autoridades dos três poderes, das agências reguladoras, de vários órgãos do governo e da iniciativa privada”, resumiu o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini.

O primeiro painel teve como tema as Diretrizes dos Três Poderes para o Desenvolvimento da Infraestrutura e Indústrias de Base. Em seguida, foi abordado o tema da Segurança Jurídica na Infraestrutura. Ainda, no mesmo período, teve o painel sobre a Infraestrutura e Reindustrialização: a necessidade de se promover investimentos articulados a uma política industrial de comércio exterior.

#### *Painéis simultâneos*

No período da tarde, quatro painéis simultâneos discutiram as necessidades, as potencialidades e as diretrizes de quatro setores estratégicos da infraestrutura. O primeiro tratou de Transporte e Logística e abordou questões relacionadas com o planejamento, os projetos, o realismo tarifário e a multimodalidade nas concessões, parcerias e licitações.

O segundo painel tratou da Transição Energética, do Hidrogênio Verde e do Crédito de Carbono. Entre os temas debatidos, foi analisado o ambiente de negócios do setor e a atração de investimentos no setor energético. Também foram avaliados a segurança do suprimento de energia, o realismo tarifário, a diversidade da matriz energética, o uso do gás natural, a sustentabilidade e a segurança jurídica.

O terceiro painel sobre Saneamento Básico e Resíduos Sólidos tratou sobre o caminho para a universalização do atendimento, as diretrizes para a regulação e andamento dos programas de concessão, as políticas públicas, concessões e investimentos públicos e privados.



Infraestrutura Social, Estruturação de Projetos e Financiamento foi o quarto dos painéis simultâneos. O evento foi encerrado com a discussão sobre Planejamento de Longo Prazo, Financiamento, Garantias e ESG.

### Em debate, a infraestrutura regional Sul e Sudeste

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e o presidente executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini, fizeram a abertura do **ABDIB Fórum Infraestrutura Regional – Edição Sul e Sudeste**, realizado no dia 31 de outubro, em Belo Horizonte. O evento contou com mais de 300 participantes e a presença de secretários e representantes de estados das duas re-

giões – Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O ABDIB Fórum teve como objetivo impulsionar o desenvolvimento da região, através da apresentação das potencialidades econômicas e sociais, identificando os principais projetos de infraestrutura em desenvolvimento nos vários Estados. Procurou-se ainda divulgar os avanços nos aspectos regulatórios e na estrutura institucional de cada Estado e sua interface com o governo federal. O fórum também propôs discutir aspectos importantes para o desenvolvimento dos projetos, a exemplo de recursos públicos e suas contragarantias para PPPs e fontes de financiamentos (nacionais e internacionais).



## ABDIB Experience

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, na abertura do ABDIB Experience — evento que marcou o lançamento da edição de 2023 do Livro Azul da Infraestrutura — chamou atenção para a importância da questão ambiental no debate sobre a agenda de investimentos no setor. Clark destacou o fato do evento, este ano, coincidir com a realização da COP-28 — a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Dubai, nos Emirados Árabes.

Segundo ele, é impossível falar em infraestrutura — um dos setores mais importantes para a inclusão social — sem levar em conta o debate sobre as mudanças climáticas e a transição energética. Ele também destacou a importância das políticas de inclusão e do combate à discriminação nas empresas e lembrou que um dos painéis programados para o dia 7 de dezembro discutiria o tema de Diversidade e Inclusão na Infraestrutura.

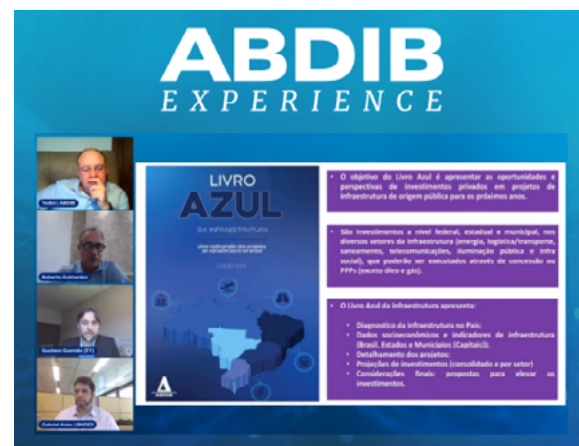
### Maior valor da história

O primeiro painel, moderado pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, tratou do lançamento da nova Edição do Livro Azul da Infraestrutura, que traz a fotografia dos investimentos no setor em 2023, e da 10ª edição do Barômetro da Infraestrutura, com as expectativas do setor para os próximos seis meses. O diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, apresentou o Livro Azul, cujo conteúdo é o tema da seção ABDIB em números deste relatório. O painel foi completado pela apresentação do Gustavo Gusmão, sócio da empresa de consultoria EY, parceira da ABDIB no projeto do Barômetro da Infraestrutura (veja destaque sobre o Barômetro).

O segundo painel tratou da Segurança Jurídica e Regulatória no Ambiente de Negócios da Infraestrutura. O terceiro e último painel do

primeiro dia do evento discutiu o tratamento das questões relacionadas com as políticas de igualdade racial e de respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+ no âmbito das empresas de infraestrutura.

**Segundo dia:** O primeiro painel do segundo dia do evento tratou sobre Transição Energética: Combustível do Futuro, Hidrogênio Verde, Crédito de Carbono e Taxonomia Sustentável. Em seguida, foram tratadas as necessidades e potencialidades dos diferentes modais de transporte. O evento foi encerrado com um painel sobre Saneamento Básico e Resíduos Sólidos que abordou a necessidade de fim dos 3 mil lixões ainda existentes e do cumprimento das metas de universalização dos serviços.



## A DÉCIMA EDIÇÃO DO BARÔMETRO DA INFRAESTRUTURA: AS EXPECTATIVAS DO SETOR PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

Em sua apresentação sobre o Barômetro da Infraestrutura, Gustavo Gusmão, da empresa de consultoria EY, destacou a importância do levantamento semestral, que chegou à sua 10ª edição. “O Barômetro foi criado com a finalidade de ser um retrato da percepção do setor de infraestrutura num determinado momento e continua servindo a esse propósito”, diz Gusmão. “Depois de dez edições, ele passa a ser, também, um instrumento de acompanhamento histórico das expectativas do setor”.

Assim como acontece desde o segundo semestre de 2019, o saneamento é a área que, de acordo com as pessoas que responderam à pesquisa, conta com a maior perspectiva de aumento das intenções de investimentos. Atrás dele, estão energia elétrica e mobilidade urbana.

A 10ª edição do Barômetro confirma uma tendência, já observada nas edições anteriores, que aponta para um aumento da importância dos estados e municípios na promoção dos investimentos em infraestrutura, considerando a expectativa de redução do papel do governo federal nesse processo. Outro ponto que mereceu destaque foi a avaliação do Novo PAC.

De acordo com os quase 400 empresários, executivos e especialistas em infraestrutura que responderam ao questionário da ABDIB, 51,5% acreditam que as medidas atendem parcialmente às expectativas, enquanto 35,7% acham que elas não atendem às expectativas. Apenas 7,1% dos consultados consideram o programa plenamente satisfatório. O restante não soube responder.



“

*O Barômetro foi criado com a finalidade de ser um retrato da percepção do setor de infraestrutura num determinado momento e continua servindo a esse propósito.”*

Gustavo Gusmão  
EY

## PRESENÇA INSTITUCIONAL

## A voz da infraestrutura brasileira

Com atuação destacada junto às autoridades e instituições públicas e privadas no Brasil e no exterior, a ABDIB reforçou em 2023 seu protagonismo no setor de infraestrutura

A ABDIB em 2023 foi a principal interlocutora do setor junto ao governo, ao poder legislativo, às agências de fomento e a fóruns dedicados ao tema no Brasil e no exterior. E atuou não apenas no sentido de cobrar soluções, mas, principalmente, no de apontar caminhos e propor alternativas para a ampliação dos investimentos e a retomada do crescimento da economia.

Já no mês de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por intermédio do ministro da secretaria das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, convidou o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, para integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República (CDEES). O Conselho, como é conhecido, é responsável por articular as relações do governo com os representantes da sociedade civil e com os diversos setores representados no colegiado.

Além disso, por meio de portaria assinada pelo vice-presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Geraldo Alckmin, a entidade passou a integrar, como membro efetivo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). O colegiado é o responsável pela formulação da nova política industrial brasileira.

Além das participações nesses dois conselhos, que são os principais fóruns de discussão da retomada do desenvolvimento do país, a ABDIB atuou junto aos Conselhos de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Foi também interlocutora frequente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de organismos

multilaterais de fomento, de membros do Congresso Nacional e de diversas instituições do Brasil e do exterior.

No mês de agosto, representada pelo diretor da EGTC Infra, Nathanael Mota, a entidade compareceu, em Joanesburgo, na África do Sul, à reunião do Conselho Empresarial dos BRICS. Em dezembro, a advogada Maria João Rolim, coordenadora-adjunta do Comitê de Transição Energética, representou a ABDIB nos debates sobre mudança climática e novas matrizes de energia na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima - COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

**A seguir, um resumo de algumas das principais ações da entidade como representante da infraestrutura brasileira ao longo de 2023:**

**CDEES** — O presidente-executivo, Venilton Tadini, atuou em duas das cinco Comissões Temáticas — a de Assuntos Econômicos, onde foi um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Crédito e Investimento, e a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde integrou o grupo de Transição Energética. No dia 12 de dezembro, a ABDIB participou, em Brasília, da reunião que entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva os documentos elaborados pelas Comissões Temáticas do CDESS ao longo de 2023.

**CNDI** — A ABDIB compareceu, no dia 6 de julho, à reunião que marcou a reinstalação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que tem caráter consultivo. No encontro, foi aprovada a Resolução 01/2023, que traçou as linhas da política industrial que

norteará as ações do Estado brasileiro em favor do desenvolvimento industrial. Várias das sugestões encaminhadas pela ABDIB foram incorporadas ao texto final.



**MS Day** – A ABDIB participou no dia 1º de agosto, na sede da Confederação Nacional da Indústria em São Paulo do jantar de encerramento do MS Day – evento promovido pelo governo do Mato Grosso do Sul e pela Federação das Indústrias local (FIEMS) para apresentar os projetos de investimentos, os programas em curso e os indicadores do estado que tem apresentado os maiores índices de crescimento econômico no Brasil nos últimos três anos. Venilton Tadini e o governador Eduardo Riedel iniciaram entendimentos para realização do Fórum de Infraestrutura Regional Centro-Oeste no Mato Grosso do Sul.

**BRICS** – ABDIB participou da reunião do Conselho Empresarial dos BRICS, realizada em agosto na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. A entidade integrou o grupo brasileiro e discutiu os temas relacionados com a infraestrutura. Foi representada por Nathanael Mota, diretor da EGTC Infra. Entre as sugestões feitas pelo Conselho aos chefes de Estado, está a ampliação dos mecanismos de financiamento dos projetos de infraestrutura nos países do bloco.

**Novo PAC** – O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, compareceu no dia 11 de agosto, no Rio de Janeiro, à cerimônia de lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC. O programa se propõe a investir pouco mais de R\$ 1,3 trilhão até o final de 2026, sendo que há cerca de R\$ 300 bilhões em investimentos previstos para serem feitos a partir de 2027. O total previsto é de R\$ 1,68 trilhão. Dos investimentos previstos, R\$ 371 bilhões sairão do Orçamento da União; R\$ 343 bilhões serão feitos por empresas estatais e R\$ 362 bilhões bancados por financiamentos feitos pelo BNDES e outros bancos estatais. R\$ 612 bilhões virão de Parcerias Público Privadas.

**Reforma Tributária** – A ABDIB participou em outubro de uma audiência virtual com a equipe do senador Eduardo Braga, relator Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta de emenda à Constituição que trata da Reforma Tributária. Pela ABDIB participaram o presidente-executivo Venilton Tadini, o coordenador do Comitê Legal e Tributário, Lauro Celidônio, e o coordenador de assuntos tributários, Márcio Alabarce. A equipe de Braga foi coordenada por Valéria Thomé, chefe de gabinete e principal assessora do senador para a reforma tributária.

A pauta do encontro girou em torno das propostas encaminhadas pela ABDIB e outras seis entidades ligadas à infraestrutura no dia 20 de setembro ao senador Efraim Filho, coordenador do Grupo de Trabalho que debate a reforma na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Entre as preocupações da ABDIB, es-

tão o impacto do novo IVA sobre o custo dos serviços de infraestrutura – que pode impactar negativamente o esforço para controle da inflação – e o prazo para o reequilíbrio dos contratos em andamento a partir desses aumentos – que, em caso de demora, pode comprometer a saúde financeira das empresas.

**Setor Ferroviário** – O presidente-executivo, Venilton Tadini, e o diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, acompanhados pelo consultor e especialista em ferrovias, Bernardo Figueiredo, se reuniram no dia 14 de setembro com o Secretário Nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo César Ribeiro. Eles apresentaram as prioridades da entidade para o setor, contidas em documento entregue em mãos ao secretário. O documento também contemplou um estudo elaborado por Figueiredo, com o apoio da Fundação Dom Cabral, que propõe a interligação da malha ferroviária da região Sudeste com as das regiões Nordeste e Sul.

**Estratégia de Desenvolvimento** – Entre as diversas participações da ABDIB em eventos e seminários acadêmicos que tiveram a retomada do desenvolvimento como tema central, destaca-se a apresentação feita pelo presidente-executivo no dia 26 de setembro no 18º Fórum de Economia coordenado pelo Centro de Estudos do Novo Desenvolvimento da Fundação Getúlio Vargas. O objetivo do encontro era justamente o de discutir alternativas para “engajar a sociedade brasileira em uma nova estratégia nacional de desenvolvimento”.

**IPTU sobre Imóveis de Concessões Federais** – O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e representantes de outras cinco associações ligadas à infraestrutura se reuniram no dia 3 de outubro, terça-feira, com o procurador da Advocacia Geral da União, Bruno Portella. A pauta do encontro foi a posição das entidades em relação à cobrança de IPTU sobre imóveis de propriedade da União sob responsabilidade

de empresas privadas que administram as concessões de serviços públicos.

**Via Viva 2023** – O presidente-executivo, Venilton Tadini participou no dia 8 de novembro, do Via Viva 2023 – Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes, promovido pelo Ministério dos Transportes. Ele foi um dos expositores da mesa-redonda que tratou das Certificações e Padrões de Sustentabilidade em Obras de Infraestrutura. O painel foi mediado pela presidente da MOVEINFRA, Natália Marcassa.

**Debêntures de Infraestrutura** – Uma das atuações mais destacadas da ABDIB nos últimos anos resultou na aprovação definitiva pela Câmara dos Deputados, no dia 13 de dezembro, do Projeto de Lei que cria as Debêntures de Infraestrutura. Encaminhado para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto foi publicado na edição do Diário Oficial da União do dia 10 de janeiro de 2024. O projeto recebeu o apoio da ABDIB desde que começou a tramitar, em 2020. Ele permite que os Fundos de Pensão e outros investidores institucionais adquiram debêntures de longo prazo emitidas por concessionárias de serviços públicos.

**Financiamento às Exportações** – A ABDIB tem atuado para que o BNDES volte a realizar operações de crédito para exportações de serviços, e tem se posicionado contrariamente às iniciativas de parlamentares que desejam criar uma instância decisória desnecessária para aprovação dessas operações. Apoiou o PL N°5719/23, para melhor regulamentação do assunto pelo Congresso Nacional.

**BNDES** – Entre os encontros mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para tratar dos mecanismos de financiamento à infraestrutura, destaca-se a reunião realizada no mês de março, com diretores do banco e com a participação do presidente Aloizio Mercadante. A ABDIB foi

representada pelo presidente do Conselho de Administração, André Clark, pelo conselheiro Maurício Bahr, pelo presidente-executivo, Venilton Tadini, e pelo diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães.

Outro ponto de destaque foi a participação do presidente-executivo, Venilton Tadini, no dia 11 de julho, da conferência “Ambição Brasileira: Infraestrutura e Transição Climática”. Tadini integrou o painel Infraestrutura: Como Impulsionar os Investimentos Promovendo a Sustentabilidade, que foi moderado pela diretora de Mercado de Capitais e Finanças Sustentáveis do BNDES, Natália Dias.

**COP-28** – A coordenadora-adjunta do Comitê de Transição Energética, Maria João Rolim, participou da COP-28 – Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, na cidade de Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. No dia 2 de dezembro, ela participou, no estande da Confederação Nacional da Indústria, do painel que tratou da Transição para uma Economia de Baixo Carbono.

**FGV IIRS** – O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e o Sub-Coordenador do Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias, André Dabus, participaram, em 2023, na qualidade de conselheiros do Conselho Consultivo do Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros da Fundação Getúlio Vargas (FGV IIRS), de discussões relacionadas com a pauta da infraestrutura. Eles integraram, também, o Grupo de Trabalho criado pelo então Ministério da Economia, Sub Grupo 6, da Iniciativa do Mercado de Seguros (IMS) para o aprimoramento do seguro garantia.

**SUSEP** – A ABDIB participou no dia 14 de dezembro da reunião do Grupo de Trabalho Seguros, Novo PAC e Neoindustrialização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O objetivo do encontro foi procurar meios de estimular o mercado segurador a

ampliar a oferta de produtos e serviços destinados à proteção dos projetos públicos e privados previstos no Novo Pac e no programa de Neoindustrialização. A ABDIB assumiu a relatoria dos subgrupos Água e Energia e Infraestrutura Urbana e Social. O presidente-executivo, Venilton Tadini, o diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães, e o conselheiro André Dabus, representaram a ABDIB no encontro e serão os responsáveis pelas relatorias.





COMITÊS





## COMITÊS

# Um olhar atento para a infraestrutura

A ABDIB, por meio de seus comitês setoriais e matriciais, é o principal centro de debates e de inteligência em infraestrutura do país

Os comitês da ABDIB aprofundaram, ao longo de 2023, o debate em torno das questões de interesse da infraestrutura brasileira – e dedicaram especial atenção ao novo ambiente político instalado no país a partir das eleições em 2022. Com a presença de autoridades, de investidores, de especialistas e dos principais concessionários de infraestrutura, a entidade tratou das necessidades, das potencialidades, das oportunidades e dos desafios que cercam cada um dos diferentes segmentos que compõem o setor.

Os debates conduzidos pelos comitês da ABDIB servem de base para a formulação de diagnósticos e de contribuições aos poderes públicos e ao setor privado sobre os temas relativos aos mais variados setores da infraestrutura. Um dos destaques de 2023 foi a realização de um conjunto de workshops presenciais que debateram em profundidade os temas relacionados com a Transmissão de Energia e os leilões programados para o segmento.

Também houve workshops em torno do setor de rodovias, da infraestrutura social, de saneamento e de iluminação pública, além do Infratech Day – que debateu os projetos mais inovadores para o setor em 2023. Os comitês da ABDIB são a base para a formulação de diagnósticos e de contribuições aos poderes públicos e ao setor privado sobre os temas relativos aos mais variados setores da infraestrutura.

## COMITÊS MATRICIAIS

- 1 [Comitê Desestatização](#)
- 2 [Comitê Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias](#)
- 3 [Comitê Legal e Tributário](#)
- 4 [Comitê Sustentabilidade](#)
- 5 [Comitê Inovação](#)
- 6 [Comitê Engenharia](#)
- 7 [Comitê Transição Energética](#)
- 8 [Comitê Diversidade e Inclusão](#)

## COMITÊS SETORIAIS

- 1 [Comitê Estratégico do Setor Elétrico](#)
- 2 [Comitê Geração de Energia](#)
- 3 [Comitê Transmissão de Energia](#)
- 4 [Comitê Iluminação Pública](#)
- 5 [Comitê Rodovias](#)
- 6 [Comitê Ferrovias](#)
- 7 [Comitê Aeroportos](#)
- 8 [Comitê Portos](#)
- 9 [Comitê Mobilidade Urbana](#)
- 10 [Comitê de Indústria e Relações Internacionais](#)
- 11 [Comitê Petróleo e Gás Natural](#)
- 12 [Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico](#)
- 13 [Comitê Resíduos Sólidos](#)
- 14 [Comitê Infraestrutura Social](#)



**COMITÊ DE DESESTATIZAÇÃO**

## O avanço dos investimentos privados na infraestrutura

O debate sobre as concessões e privatizações avança do âmbito exclusivamente federal para os programas estaduais e municipais

Em reunião conjunta com o Comitê de Aeroportos, em fevereiro, o Comitê de Desestatização recebeu o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, Tiago Pereira, e a gerente de Outorgas de Infraestrutura Aeroportuária da instituição, Jacqueline de Azevedo Silva. Em debate, o andamento dos processos de relicitações dos aeroportos de São Gonçalo do Amarante, ASGA, em Natal (RN), Viracopos, em Campinas (SP) e do Galeão, no Rio de Janeiro (RJ). Também foi feito um histórico dos processos de relicitações rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias pelo advogado Rodrigo Barata, da Madrona Advogados.

A reunião de abril contou com as participações de Eliane Detoni, titular da Secretaria Especial de Parcerias Estratégicas do Estado do Mato Grosso do Sul, Diogo Bezerra, secretário do Gabinete de Projetos Estratégicos do Governo de Pernambuco, e Gabriel Fajardo, da Secretaria de Parcerias e Concessões do Estado do Rio Grande do Sul. Eles falaram dos avanços e das carteiras de concessões e Parcerias Público-Privadas em seus estados e traçaram um panorama para os avanços previstos nos próximos anos.

Em setembro, a reunião contou com a participação de integrantes do Comitê de Ferrovias e do Comitê de Rodovias e teve a presença do secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, do secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo César Ribeiro e de Fernanda de Godoy Penteadó, diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias do Ministério. Na pauta, o programa de desestatização de rodovias e ferrovias do ministério.

O avanço dos programas de concessões exigirá projetos bem estruturados e fontes modernas de financiamento



## COMITÊ DE FINANCIAMENTO, FUNDOS, RISCOS E GARANTIAS

## Fontes de financiamento para projetos bem estruturados

As instituições de fomento ampliaram a tomada de riscos, e passaram a utilizar seguro garantia para viabilizar a modalidade de *Project Finance Non* ou *Limited Recourse*

A reunião de maio contou com a participação de João Augusto Cordovil Carneiro, do IFC, e de Alessandro Octaviani Luís, titular da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Carneiro fez um balanço das ações do IFC para o setor de infraestrutura e destacou a posição do Brasil nos projetos da instituição. “O IFC tem foco nos países em desenvolvimento e o Brasil é o segundo maior, em volume de projetos”, disse. O executivo destacou que o banco também tem feito operações em reais.

Na segunda parte da reunião, Alessandro Luís detalhou o trabalho da SUSEP e destacou o esforço da Superintendência no sentido de compreender os gargalos do mercado segurador, sobretudo diante do aumento da demanda prevista para os projetos de infraestrutura. O programa deverá propor reformas institucionais para ampliar a oferta de produtos que aumentem a segurança nas contratações para os projetos de infraestrutura.

A diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, foi a convidada da reunião de junho. O encontro também teve a participação dos comitês de Transição Energética e de Sustentabilidade. A apresentação abordou as mudanças que deverão ser postas em prática na política de financiamento para o setor pelo banco de fomento.

Luciana Costa afirmou que o BNDES terá seu foco de atuação voltado para o financiamento da infraestrutura e do processo de reindustrialização – que deverá ser verde e inserido nas cadeias globais de valor. Uma das políticas do banco será a definição de segmentos estra-

tégicos capazes de fomentar a rápida transição energética e para isso irá ampliar os instrumentos de financiamento já existentes, como o Fundo Clima. O banco também deverá ampliar a tomada de riscos dos projetos e viabilizar produtos como *Project Finance Non* ou *Limited Recourse* no Brasil.

**É preciso compreender e eliminar os gargalos do mercado segurador, sobretudo diante do aumento da demanda prevista para os projetos de infraestrutura**

Em outubro, a Diretora do Mercado de Capitais e Finanças Sustentáveis do BNDES, Natalia Dias, participou da reunião do Comitê. Ela destacou que o BNDES é um dos cinco maiores bancos de desenvolvimento do mundo, com ativos de R\$ 684 bilhões. Os desembolsos do primeiro semestre de 2023 somaram R\$ 41 bilhões e a meta para os próximos anos é chegar à média histórica de R\$ 200 bilhões por ano. A diretora ressaltou que o BNDES está elevando a captação de recursos externos junto aos bancos multilaterais e reforçando o Fundo Verde com taxas de juros menores que a TLP.



## COMITÊ LEGAL E TRIBUTÁRIO

## A defesa permanente da segurança jurídica

O risco de retrocessos regulatórios e a adoção de medidas que dificultam os contratos em andamento estiveram no centro das preocupações do comitê em 2023

A primeira reunião do ano, em março, tratou de pontos que já estavam presentes na pauta no ano anterior. Entre os temas debatidos estavam o andamento no STF da questão referente à cobrança do IPTU sobre aeroportos, ferrovias, rodovias e outras concessões de infraestrutura, assim como a questão preocupante da volta do chamado “voto de qualidade” — que dá aos representantes da União poder de desempate nas discussões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Em relação à votação no Supremo sobre a cobrança de IPTU nas concessões, o comitê acredita que o ingresso dos Estados e da União com *amicus curiae* reforça a importância do tema.

A reunião de junho contou com as presenças de Alessandra Ribeiro, Eric Brasil e Eduardo Fleury, da Tendências Consultoria, e analisou pontos importantes do projeto de reforma tributária então em tramitação no Congresso. Conforme uma simulação apresentada por Alessandra Ribeiro, a reforma deverá ter um impacto positivo estimado entre 4% e 20% sobre o PIB no período de 15 anos.

É preciso ficar atento aos impactos da reforma fiscal sobre as concessionárias de serviço e, caso necessário, assegurar o rápido reequilíbrio dos contratos



Na avaliação do comitê, será importante que o setor fique atento ao impacto da reforma sobre as concessões de serviços públicos. As mudanças poderão implicar a necessidade de reequilíbrio tempestivo dos contratos. Para isso, será fundamental que uma base legal estabeleça prazo para esses reequilíbrios e para a criação da metodologia para dar suporte às alterações necessárias.

## COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

## A infraestrutura precisa ser cada vez mais sustentável

O debate sobre o impacto ambiental dos projetos de infraestrutura exige que se levem em conta as mudanças climáticas e a adoção dos critérios ESG pelas empresas do setor

O subsecretário-executivo Anderson Oliveira apresentou na reunião de fevereiro a nova estrutura da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo e destacou que, entre os principais projetos da secretaria, está a privatização da SABESP. A EMAE deverá ser a primeira empresa privatizada, e os estudos já estavam àquela altura em fase de contratação pelo governo.

O diretor-presidente da CETESB, Thomaz Toledo, destacou a importância da reestruturação e modernização da companhia. “Existe um esforço de modernização da CETESB, que é o principal braço executor da Secretaria de Meio Ambiente. A CETESB tem como objetivo criar uma agenda de sustentabilidade na companhia, abordando temas como ESG e mudança climática”.

Em junho, a reunião contou com a presença de Maria Eugênia Buosi, Sócia de ESG Financeira Risk Management da KPMG, Marilene Ramos, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Águas do Brasil e de Silvia Cabral, superintendente de Sustentabilidade da Norte Energia. Em discussão, as questões relacionadas com as práticas ESG na área de infraestrutura.



Os projetos modernos de infraestrutura devem, obrigatoriamente, levar em conta a necessidade de redução das emissões de carbono

## COMITÊ DE INOVAÇÃO

## A inovação entra de vez na agenda da infraestrutura

A adoção de soluções modernas e inovadoras são essenciais para que o país consiga cumprir as metas do programa de neindustrialização do governo

O diretor de T & D da Accenture, Roberto Falco, falou na reunião de março sobre a tecnologia 5G e seu impacto na indústria. Ele apontou as oportunidades para o setor neste momento em que a indústria se vê diante de novas exigências e de novos desafios. “A tecnologia possibilita maior e melhor confiabilidade de comunicação entre as máquinas. Este é o ponto fundamental da transformação”. Diante da transição energética, o 5G deve responder ao desafio de uma energia mais distribuída e renovável, com impacto na operação e manutenção das redes.

O secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Uallace Moreira Lima, participou da reunião do Comitê de Indústria no dia 19 de junho (ver conteúdo no comitê de Indústria e Relações Internacionais).

Também em reunião conjunta com o Comitê de Indústria e Relações Internacionais, o comitê recebeu em agosto o assessor especial da diretoria de Inovação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ronaldo Gomes Carmona. O encontro foi presencial, na sede da ABDIB, e também contou com a presença de William Rospendowski, superintendente de Inovação da FINEP. Os dois falaram da visão da FINEP sobre os Desafios em Política Industrial e Política de Inovação e mostraram como as



Uma nova política de industrialização não fará sentido se não contemplar o avanço das fontes limpas e renováveis de energia

empresas brasileiras podem se habilitar a obter financiamentos da empresa para investimentos em inovação. A FINEP dispôs em 2023 de um orçamento de aproximadamente R\$ 10 bilhões para investimentos a uma taxa de juros de 2% ao ano.

# INFRATECH DAY

## *A inovação voltada para a infraestrutura*

A ABDIB realizou no dia 16 de agosto o Infratech Day. O evento foi promovido em parceria com a empresa de consultoria PwC e destinado a apresentar os casos de sucesso das 15 companhias associadas que se classificaram entre as 150 Empresas Mais Inovadoras de 2022, de acordo com o ranking Valor Inovação Brasil. As apresentações foram divididas em três painéis temáticos. O primeiro tratou da Transição Energética. Outro painel discutiu a Inovação na Gestão de Clientes. O terceiro e último tratou da Inovação Organizacional.

Na abertura, que contou com a participação do presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e do coordenador do Comitê de Inovação, Maurício Endo, o consultor Yuri Hollerbach, da PwC, apresentou os dados que serviram de base para a pesquisa. O levantamento abrangeu 25 setores da economia. Foram avaliados 995 casos de 253 companhias que, juntos, envolveram investimentos de R\$ 70 bilhões. Os exemplos foram avaliados de acordo com cinco pilares que levaram em conta: a) Intenção: avaliação da estratégia e visão, além da cultura e valores inovadores da companhia; b) Esforço: levou em conta os recursos, os processos e a estrutura; c) Resultados: tanto os específicos quanto os gerais do processo inovador; d) Patentes: ou seja, o registro do conhecimento; e) Citações ao projeto, que significam o reconhecimento do ato inovador.



## TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O primeiro painel, que tratou sobre Transição Energética, foi mediado por Paulo Toledo da PwC e contou com a participação de cinco empresas: a EDP foi representada por Marinah Conventi Dias. Empresa líder no setor de inovação pelo quarto ano consecutivo, a EDP está presente em toda a cadeia do setor elétrico, sendo um *player* importante no processo de transição energética. A Eletrobras foi representada por Juliano de Carvalho Dantas. Ele falou sobre a importância da exportação de energia e como o Brasil pode ser campeão em inovação neste cenário. A empresa também está engajada no processo de descarbonização e de recuperação da Amazônia.

A ISA CTEEP foi representada por Victor Makida Nakashima. Ele analisou que, sem transmissão, não há transição. Nakashima orientou sua apresentação para o armazenamento de energia e mostrou como a empresa atua nesse segmento. O objetivo de se usar baterias em larga escala no sistema interligado nacional é eliminar a sobrecarga em pontos específicos, como o litoral de São Paulo, que registra grande aumento de demanda em determinadas épocas do ano.

Paula Violante, da SABESP, apresentou o projeto piloto de aproveitamento dos gases gerados pelas estações de tratamento de esgoto implantado na cidade paulista de Franca. Ali, toda a frota de veículos da empresa já é abastecida com o metano gerado pela estação. Agora, o projeto será estendido a novas estações, com especial interesse para o município de São Paulo, onde as cinco unidades de tratamento da companhia recebem, juntas, 22 mil litros de esgotos por segundo. O objetivo da Sabesp é otimizar todas as suas plantas e fazer com que elas deixem de ser vistas como centrais de tratamento de esgoto e passem a ser percebidas como unidades de purificação das águas.

A fabricante de motores WEG foi representada por Sebastião Lauro Nau. Ele trouxe um breve histórico do papel da empresa no processo de transição energética e mostrou os produtos inovadores oferecidos pela companhia. A WEG vem desenvolvendo produtos voltados para a utilização do Hidrogênio Verde e está empenhada em fazer motores com menor quantidade de matérias — com o objetivo de reduzir o impacto sobre o meio ambiente.

## O PAPEL DO CLIENTE

O segundo painel tratou da Inovação na Gestão de Clientes e foi mediado por Alex Braga, gerente sênior da PwC. Em sua visão, clientes atuais têm apresentado demandas que levam em conta as transformações do mercado e isso precisa ser atendido pelos fornecedores.

Inácio Dantas, diretor de serviços ao cliente da NEOENERGIA, que atende a 16 milhões de clientes em 18 estados, disse que a empresa vem investindo nas transformações internas de seus colaboradores no que diz respeito à compreensão da importância do cliente. O objetivo é capacitá-los para identificar as reais necessidades e como podem estar mais perto de seus clientes. A empresa também trabalha em projetos inovadores de conexão digital, buscando ouvir e entender o cliente em suas experiências no relacionamento com a empresa.

Rosário Zaccaria, da ENEL, comentou sobre as exigências dos clientes e de como a empresa tem acompanhado a abertura dos mercados de energia. Ele destacou a importância da inovação através da utilização de aplicativos em celulares para centralizar informações sobre o setor e de como é possível enxergar a inovação através desse ecossistema que tende a evoluir até o livre mercado, em que o cliente escolherá a empresa de quem comprará a energia que consome.



Bruno Monte, da CPFL, falou sobre inovação no setor de energia elétrica. Para ele, o mercado passa por um momento importante na liberalização de compra de energia, através da fabricação de produtos e no desenvolvimento de estratégias para a conexão com seus diferentes clientes. Dois projetos importantes estão em curso. Um deles, chamado *Simplify*, busca estratégias para se aproximar do consumidor por meio de processos de relacionamento mais simples e mais ágeis. Além disso, a empresa busca empregar ferramentas de Inteligência Artificial em todos os seus projetos.

Diego Rafael Dal Magro, da AEGEA, analisou o desafio de atender 30 milhões de pessoas. A empresa tem investido em tecnologia e se valido da concessão da cidade de Manaus como exemplo do que pode ser feito para inovar a relação entre a condição social do cliente e o acesso de todos aos serviços de água e esgoto.

## ORGANIZAÇÕES INOVADORAS

O terceiro painel tratou de Inovação Organizacional e iniciou com a fala de Mariana Coelho, da VLI. Ela apresentou o modelo de prestação de serviços logísticos da empresa e descreveu os processos de soluções multimodais para os clientes. Na sequência, Diogo Enoque da Concremat falou sobre a governança da empresa e da busca por soluções inovadoras por meio da Inteligência Artificial. De acordo com ele, muitos de seus projetos perdem desempenho porque diversas regiões do país não contam, por exemplo, com uma rede de internet básica para dar suporte aos trabalhos.

Euler Faria, da VALE, apresentou os novos modelos de negócios focados em minério de ferro — que hoje estão integrados a um departamento de inovação com autonomia para validar novos projetos e soluções. Isso inclui a prospecção e a modelagem de novos negócios para aproveitamento dos rejeitos de barragens.



André Medina, responsável pelo setor de inovação da Andrade Gutierrez, falou da dificuldade de inovações em engenharia em lugares onde a tecnologia ainda se torna precária para a realização de diversos projetos na ponta. Em 2018, foi criado um programa de inovação com projetos que vêm de fora para a área de engenharia.

Guilherme de Souza da Barbosa Mello, falou sobre o uso da tecnologia para suprir a falta de mão-de-obra para os projetos de engenharia e da busca de soluções inovadoras para a movimentação de materiais para serviços de engenharia.

No encerramento, o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, observou que o tema da inovação ainda é visto como algo recente — mas que essa discussão vem sendo travada ao longo dos anos sempre em busca de avanços tecnológicos e de processos produtivos. A infraestrutura, segundo ele, neste momento em que se discute a transição energética e os custos ambientais dos processos produtivos tem muito a ganhar com a busca por soluções inovadoras e adequadas às necessidades da economia brasileira.

## COMITÊ DE ENGENHARIA

## Os contratos devem se adequar à evolução da engenharia

O preço não pode continuar sendo o único critério para contratação dos serviços de engenharia. A técnica utilizada também precisa ser levada em conta

Na reunião de março, o diretor da ARCADIS, Juan Ladeira, o sócio da KPMG, Anderson Dutra, e o especialista em energia da AON, Marcus Macedo, discutiram os avanços e as possibilidades da transição energética. Nessa corrida, as características de sua matriz energética e da facilidade para implantação de usinas eólicas, fotovoltaicas e de plantas produtoras do hidrogênio verde conferem vantagens ao Brasil.

De acordo com Ladeira, da ARCADIS, fatores como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a pandemia da Covid-19 levaram países como a Alemanha a acelerar os esforços em direção à adoção de fontes limpas e renováveis de geração. Dutra, da KPMG, destacou a importância da eficiência energética e da utilização do BIM (sigla em inglês para Modelagem de Informação de Construção), que pode atender às necessidades de melhorias dos processos e aos desafios da transição energética. Por fim, Macedo, da AON, destacou os desafios na gestão dos riscos dos projetos frente aos desafios impostos no processo de transição energética.

**Não é possível conciliar o avanço e a inovação das técnicas de engenharia com os critérios ultrapassados que regem a contratação dos serviços públicos**



O comitê discutiu em maio formas de levar adiante ações em sinergia da ABDIB com outras associações. Os convidados para o encontro foram Eduardo Viegas, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO); Ricardo Gomes, presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); e Henrique Aragão, presidente da Federação Panamericana de Consultores FIDIC Latin America (FEPAC).

Entre os pontos de atuação definidos está o trabalho pela regulamentação da Nova Lei de Licitações (14.133/2021). Outro foco de atenção do comitê será a definição de um modelo de contrato para obras e serviços de engenharia. A contratação deverá se dar por critérios que levam em conta não apenas o preço, mas também a técnica utilizada. Isso afastaria a disputa, na opinião dos participantes, eventuais empresas aventureiras e sem a devida qualificação técnica.

A reunião de julho contou com a presença de Rogério Moreira Jacobsen, da Tokio Marine Seguradora, e do advogado André Freire, da Mattos Filho. Em debate, o novo papel das seguradoras no setor de infraestrutura diante das exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações (14.133/2021), prevista para entrar em vigor em 2024. De acordo com Jacobsen, a lei exigirá que a seguradora acompanhe mais de perto a execução dos projetos de engenharia, desde a fase da contratação até a conclusão do serviço.

## COMITÊ DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

## A hora de transformar vantagens em bons negócios

As condições climáticas e ambientais conferem ao Brasil vantagens comparativas importantes na transição energética. Resta transformá-las em vantagens competitivas

Criado pela ABDIB no primeiro semestre de 2023 para tratar de um dos temas centrais do debate econômico recente, o Comitê de Transição Energética realizou sua reunião inaugural em maio. No encontro, foram apresentados os objetivos e as linhas de atuação do grupo. Também se discutiu a agenda de trabalhos para 2023. O coordenador Antonio Bardella e a coordenadora-adjunta, Maria João Rolim, enfatizaram a necessidade da transição da matriz energética para o mundo e destacaram o papel do Brasil nesse cenário. “O Brasil tem um cenário diferente do mundo e todos querem ver o que o país tem a oferecer” disse Bardella. “Um dos desafios é gerar negócios nesse novo cenário”.

Entre os objetivos do comitê está o de realizar um trabalho vertical, que atraia integrantes de outros comitês e discuta a forma com que as mudanças climáticas estão interferindo nos negócios.

**Num momento em que o mundo quer o que o Brasil tem a oferecer em matéria de energia limpa, é importante usar esse cenário para gerar bons negócios para o país**

O esforço, conforme destacou a coordenadora-adjunta Maria João Rolim, é “transformar as vantagens comparativas do Brasil em vantagens competitivas”. Ou seja, aproveitar o acesso privilegiado do país a recursos renováveis e limpos — como a energia eólica e a fotovoltaica — e seu

grande potencial para a geração de hidrogênio verde. E, ao mesmo tempo, combater as fontes de emissão de carbono — tanto nas cidades quanto em áreas de florestas, sobre as quais pesa uma pressão cada vez maior pela preservação.

A reunião de julho contou com a presença de Roberto Schaeffer e de Alexandre Szklo, professores do Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na apresentação, eles desenvolveram um roteiro da transição energética por setores da indústria. Szklo fez um retrospecto dos processos de transição energética já presenciados no mundo e destacou que eles sempre são motivados por aspectos técnicos-econômicos, por limites naturais e por relações de poder. O atual cenário de transição vivido no Brasil é estimulado pela dimensão ambiental. A maior parcela das emissões de carbono no país não está associada à geração de energia, mas ao uso do solo. “Por isso, é fundamental que se adotem políticas que contemplem mudanças no padrão de uso do solo, associadas à transição nos outros setores”, disse ele.

O CEO da Thymos Energia, João Carlos Mello participou da reunião de julho e discutiu a transição energética na visão do setor elétrico. Ele deixou claro que existe um grande desalinhamento em relação à maneira com que os diferentes setores da economia e as diferentes regiões do mundo encaram o processo de substituição da atual matriz energética por uma nova, mais limpa e renovável.



Na opinião de Mello, a transição energética que está em curso não é um plano de anos, mas, sim, de décadas. Sobre a matriz energética brasileira, ele deixou claro que ela é composta predominantemente por fontes limpas e renováveis, mas que o país precisa se preocupar com os cerca de 12% a 15% gerados por fontes ainda “sujas” — que impedem que o país seja visto como um exemplo de energia verde no mundo.

A reunião de agosto contou com a participação da diretora de Estudos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da EPE, Heloisa Borges Bastos. Ela falou sobre o papel do gás na transição energética e as perspectivas de investimento no

Brasil. Ela destacou a diferença que existe entre o perfil das emissões de carbono no Brasil e no mundo. Atualmente, no Brasil, o uso da terra e a agricultura respondem por 62% das emissões líquidas de gases de efeito estufa. No mundo, esse número é de apenas 15%.

A diretora da ANEEL, Agnes Maria de Aragão da Costa, discutiu na reunião de setembro a política energética, e pontuou a importância dessa política estar aderente com a realidade dos países. De acordo com a diretora, nesse desenho é fundamental que o país não aceite uma narrativa que não faz parte de sua realidade. “Cada país tem seus desafios e realidades que devem ser consideradas no planejamento para a transição energética”, disse.

A reunião de outubro contou com a presença da diretora do Departamento de Transição Energética do MME, Mariana de Assis Espécie, que fez uma contextualização das iniciativas do Ministério em relação ao Plano de Transição Energética. De acordo com a diretora, o grande objetivo do programa é fazer da energia um elemento propulsor do desenvolvimento sustentável do país e de posicionamento estratégico nacional, com ênfase na reindustrialização.

O comitê definiu os próximos passos do comitê e implantou, na reunião de novembro, os Grupos de Trabalho responsáveis pela implementação de algumas das iniciativas propostas. As discussões tiveram início com a avaliação da situação atual do setor, a identificação de oportunidades de atuação, a identificação de gargalos e a proposta de um mapa com as ações mais importantes.

A reunião de dezembro contou com a participação do coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico/UFRJ (GESEL), Professor Nivalde J. De Castro, que apresentou a situação atual dos projetos de hidrogênio verde.

## COMITÊ DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

# Uma discussão que não pode ser adiada

Em sintonia com as exigências de uma sociedade cada vez mais diversa e plural, a ABDIB abre discussões sobre o tema da inclusão nas empresas de infraestrutura

Na reunião inaugural do Comitê de Inclusão, em maio, o consultor Guilherme Bara, da MAC Consultoria – que trabalha com a implantação de políticas de inclusão em empresas de grande porte – falou sobre a importância do mercado “desenvolver uma perspectiva estratégica sobre o assunto”. De acordo com ele, esse tema, dentro das organizações, precisa ser incluído entre a política de governança e estratégia de gestão. De acordo com Bara, o tema só avançará nas companhias quando a alta direção chamar o assunto para si e trazer a pauta para o nível da discussão estratégica.

“Diversidade” e “inclusão” são conceitos distintos e cada um deve receber o tratamento adequado dentro da política das empresas do setor.

Na visão de Bara, “diversidade” e “inclusão” são conceitos distintos e cada um deles deve ter o tratamento adequado dentro da política da empresa. Enquanto a “diversidade” é um conceito quantitativo – e diz respeito à presença nos diferentes níveis hierárquicos de uma organização de colaboradores que reflitam os diferentes grupos existentes na sociedade no que diz respeito a gênero, etnia, religião, orientação sexual e outros aspectos – o conceito de “inclusão” é qualitativo. Incluir é estabelecer uma cultura que permita reconhecer, respeitar e valorizar as singularidades dos colaboradores, oferecendo um ambiente com justiça de oportunidades e que não force as pessoas a deixarem do lado de fora da empresa quem elas realmente são. “O tratamento a esses dois temas deve partir da premissa de uma cultura de respeito e não discriminação”.



Em julho, o comitê avaliou os resultados prévios do Censo de Diversidade e Inclusão organizado pelo comitê com o objetivo de entender o momento das empresas associadas em relação ao tema e também de mapear o setor em relação aos critérios de diversidade e inclusão. As respostas ao questionário foram dadas por 22 profissionais de 16 empresas, com 11 setores representados. Entre os consultados, 72,7% são mulheres cisgênero, 90,9% são heterossexuais e 77,3% de raça branca. Isso sugere, na opinião de Cíntia Torquette, coordenadora-adjunta do Comitê de Diversidade e Inclusão, que o setor tem um baixo grau de diversidade.

Na reunião de agosto, o sócio do escritório de advocacia Machado Meyer, Fernando Xavier, compartilhou os desafios na vida pessoal e profissional de se apresentar como um homem gay no ambiente de trabalho. Xavier relatou sua experiência ao assumir-se homossexual dentro do ambiente corporativo e descreveu a importância, para esses profissionais, de haver um ambiente acolhedor dentro das instituições.

A experiência de diversidade da Siemens foi apresentada na reunião de setembro pela líder do programa de diversidade da empresa, Karen Valle. De acordo com ela, o objetivo do programa é promover a diversidade, a inclusão e o engajamento no ambiente de trabalho. A equipe da Siemens dedicada ao tema conta com mais de 100 colaboradores no Brasil, que trabalham de forma voluntária.

O programa está focado em quatro pilares transversais: LGBTQIA+, pessoas com deficiência, gênero e, finalmente, raça e etnia. A área conta com orçamento próprio e liberdade para o desenvolvimento dos programas — com o apoio e o engajamento da diretoria. Segundo ela, esses têm sido os fatores de sucesso do programa quando analisamos as entregas através do termômetro de avaliação interna da Siemens.

Erika Zoeller, gerente de Diversidade da Engie Brasil e responsável pelas ações da empresa na área para a América do Sul, apresentou em outubro os principais pontos de um programa que começou a ser desenvolvido e implantado durante a pandemia da Covid-19. O programa foi assumido pela alta direção da empresa — que se envolve diretamente na tomada de decisões relacionadas com o tema da diversidade e inclusão. Para a Engie, essa pauta é essencial para o sucesso dos esforços que farão desta empresa a líder internacional da transição energética.

Na última reunião do ano, em dezembro, os coordenadores do comitê apresentaram os resultados do Censo de Diversidade e Inclusão 2023. Também foi apresentado o planejamento das atividades para 2024 e um breve relato dos temas e participações do ABDIB Experience (ver seção *Eventos*, página 30).



## COMITÊS SETORIAIS

### COMITÊ ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO

# É preciso definir critérios para o uso do sol e dos ventos

O Estado precisa regulamentar a geração de energia por fontes alternativas, como a eólica e a solar fotovoltaica, para criar um mercado de longo prazo e sustentável

As reuniões do comitê pautaram-se nos temas mais destacados no debate, em especial a questão regulatória. Nesse sentido, o comitê definiu que o novo marco do setor elétrico precisa considerar:

- *Abertura de mercado sustentável, sem aumentar os subsídios cruzados intrasetoriais, baseando-se na competitividade efetiva e em regras claras de transição e incentivos à digitalização e à modernização das redes.*
- *Mecanismos para remunerar os serviços de flexibilidade e capacidade, pagos por todo o mercado de consumo. São necessárias regras que tragam segurança para o mercado e os clientes.*
- *Tarifas e encargos setoriais (redução de subsídios). As tarifas precisam ser modernizadas para equilibrar os incentivos entre mercado regulado, livre e geração distribuída. Os subsídios precisam estar explícitos e serem reduzidos.*
- *Operação do sistema elétrico e neutralidade tecnológica.*
- *Condições para transição de curto e médio prazos. Devem ser previstas condições prece-dentes para cada fase de modernização.*



Os pontos acima foram apresentados e discutidos com o Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em relação às fontes renováveis de energia, o Comitê realizou reuniões com a presidente-executiva da Abeeólica, Elbia Gannoum, e com o presidente-executivo da Absolar, Rodrigo Sauaia.

Elbia enfatizou a importância da energia eólica na matriz elétrica global, e, para aproveitá-la, será necessário fortalecer a cadeia produtiva com demanda sustentada de longo prazo e concluiu que há necessidade de uma política para o setor para criar o mercado de longo prazo sustentável.

Rodrigo, por sua vez, enfatizou o crescimento da participação da energia fotovoltaica na matriz energética através de investimentos de cerca de R\$ 160 bilhões desde 2002, melhorando a posição do Brasil no ranking dessa fonte de energia. Considera necessária a definição de regras de médio e longo prazo para o desenvolvimento sustentável do setor.

**O Brasil tem potencial para ser o protagonista na transição energética mundial. É necessário definir o marco de modernização do setor elétrico**

## COMITÊ DE GERAÇÃO

## O papel dos reservatórios para a segurança energética

Tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista técnico, as chamadas usinas reversíveis são viáveis para o Sistema Interligado Nacional

O professor Nivalde de Castro e o pesquisador Roberto Brandão, ambos do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participaram da reunião de novembro. Eles apresentaram um estudo sobre o armazenamento via Usinas Hidrelétricas Reversíveis.

Conforme a apresentação, os estudos demonstram que, do ponto de vista econômico e técnico, as usinas reversíveis são viáveis para o SIN – Sistema Interligado Nacional. Existem, no entanto, questões importantes a serem resolvidas para o desenvolvimento dessas usinas. Entre elas, estão a questão do inventário e dos projetos na sua fase inicial.

O setor precisa de avanços regulatórios para aproveitar todas as vantagens oferecidas pelas usinas



## COMITÊ DE TRANSMISSÃO

## O ano dos megaleilões

Num ano marcado pelos primeiros leilões que, somados, significam R\$ 60 bilhões em investimentos, a área de transmissão foi o centro das atenções no setor de energia

Na abertura dos trabalhos do comitê, em fevereiro, foram analisados os resultados do Leilão de Transmissão 02/2022 e as perspectivas para o primeiro leilão de 2023. No certame, realizado em dezembro de 2022, foram leiloados seis lotes, com investimentos estimados em R\$ 3,3 bilhões. Um novo Leilão, marcado para o dia 30 de junho de 2023, previa a instalação de 6.122 quilômetros de novas linhas, com CAPEX estimado de R\$ 16 bilhões.

Também se discutiu, naquela oportunidade, a Política de Segurança de Instalações de Transmissão. Trata-se de uma preocupação antiga da ABDIB que, juntamente com a ABRATE, encaminhou no dia 12 de janeiro uma carta ao Ministério de Minas e Energia, à Casa Civil e à ANEEL manifestando preocupação em relação aos atos de sabotagem contra linhas de transmissão.

A reunião também tratou do decreto nº 11.314/2022, sobre concessões vincendas de transmissão. Para o comitê, é fundamental que a regulamentação do decreto tenha regras claras, que permitam garantir segurança energética na mudança do operador. Também é importante assegurar que ativos estratégicos do sistema de transmissão não estejam sob operação de empresas aventureiras, que coloquem em risco a operação do sistema.

Os desafios do setor de transmissão, sobretudo diante da expansão da geração por fontes renováveis, foram discutidos em março. O encontro contou com a participação do Diretor de Planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) Alexandre Zucarato, que destacou o desafio atual de equacionar a relação entre a produção da energia solar e eólica, concentrada nas regiões Norte e Nordeste, e o consumo, concentrado majoritariamente no Sudeste.

O avanço do setor se dá num momento em que é necessário olhar para velhos problemas, como os atos de vandalismo que danificam as linhas de transmissão



O tema permaneceu em debate na reunião do dia 6 de outubro, que contou com a participação de Thiago Barral, Secretário de Planejamento e Transição Energética do Ministério das Minas e Energia. Barral abordou a necessidade de planejamento setorial como o grande desafio do setor e destacou que os investimentos na infraestrutura de transmissão são essenciais para o sucesso da integração de geração renovável e da transição energética, com competitividade e confiabilidade.

A reunião de 1º de junho avaliou os resultados do workshop “Desafios na Expansão da Transmissão”, realizado na sede da ABDIB no dia 11 de maio. O workshop foi promovido pela ABDIB em parceria com o instituto ABRATE e com a participação da CTEEP e da empresa de consultoria Alvarez & Marsal (ver nota Os Desafios da Expansão, página 60).

A reunião de julho teve início com a avaliação do leilão realizado no dia 30 de junho, que licitou mais de 6 mil quilômetros de linhas de transmissão. Os investimentos previstos são de R\$ 15,7 bilhões e o deságio médio foi de 51%. O leilão foi caracterizado por uma ampla disputa entre 29 proponentes e todos os lotes receberam propostas.

Em agosto, a reunião contou com a participação do Superintendente de Transmissão da EPE, Thiago Dourado, que fez uma análise do Programa de Expansão da Transmissão (PET) e do Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP), ciclo 2023. De acordo com Dourado, estão previstos mais de R\$ 77 bilhões de investimentos no próximo ciclo de transmissão.

Além desse montante, está em análise um segundo Bipolo de Corrente Contínua em função dos elevados montantes de expansão das plantas para geração de energia renovável em implantação na região Nordeste. Só esse segundo bipolo poderá acrescentar mais R\$ 20 bilhões em investimentos no setor. Em função dessa expansão, será avaliada a necessidade de implantação de um segundo Bipolo de Corrente Contínua com conexão no Nordeste. A obra não está prevista no PET/PELP



e, se for adiante, necessitará de investimentos entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões.

A reunião de setembro contou com a participação do Secretário de Energia Elétrica, Gentil Nogueira. Ao longo de sua apresentação, Nogueira destacou a importância do setor de transmissão no contexto de transição energética. O modelo brasileiro de energia elétrica, observou, foi construído com base no potencial de geração e consumo. Nos últimos anos, o sistema mudou com a necessidade de incorporação das fontes eólica e solar da região Norte e Nordeste ao mercado consumidor nas regiões Sul e Sudeste. Isso torna fundamental o sucesso dos leilões de transmissão em 2023 e 2024. O setor elétrico brasileiro é dinâmico, existe capacidade de crescimento sem a necessidade de investimento público e há interesse inclusive de empresas internacionais ingressarem no mercado. Porém existe a necessidade de tratar com celeridade a questão tarifária, que impõe custos mais elevados à geração centralizada e ao seu mercado consumidor.

Em setembro, a ABDIB recebeu a visita do diretor de operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) Christiano Vieira da Silva, para uma reunião que contou com a presença de 40 integrantes do comitê. A apresentação tratou das perspectivas da Operação do Sistema Interligado e dos desafios da transição energética.

Entre os pontos levantados pelo diretor, está o desafio de implantação de novas tecnologias no contexto de transformação do setor, mantendo a garantia e a confiabilidade do sistema de transmissão — que está prestes a receber R\$ 60 bilhões em novos investimentos, com a implantação de novas linhas destinadas a escoar a energia renovável produzida nas regiões Norte e Nordeste para os centros consumidores do Sudeste.

A ABDIB, em parceria com o Ministério das Minas e Energia, a ABRATE e a ABCEM, promoveu em outubro um workshop que tratou do financiamento do setor de transmissão de energia elétrica. O evento foi sediado pelo BNDES, no Rio de Janeiro. O objetivo foi a discussão e a apresentação de alternativas de funding para os investimentos vultosos em transmissão em curso no país, cuja expansão é fator fundamental para viabilizar o processo nacional de transição energética, o encontro contou com a participação de cerca de 150 pessoas, representando os principais elos da cadeia de investidores e fornecedores do segmento.

A reunião de novembro contou com a presença de Guilherme Zanetti Rosa, diretor do Departamento de Planejamento e Outorga de Transmissão e Distribuição de Energia e Interligações Internacionais do Ministério das Minas e Energia. Na abertura do encontro, o coordenador do comitê, Carlos Adolfo Pereira lembrou que as metas ambiciosas de geração de energia no Brasil exigem uma estrutura de transmissão mais robusta. O uso da eletricidade deverá apresentar na próxima década um crescimento de 20% em relação aos dez anos anteriores. Segundo ele, o mundo tem investido em geração, mas negligenciado a estrutura de transmissão. Tanto assim que, atualmente, os sistemas de geração têm 3000 GW — o que representa três vezes o Brasil — à espera de grids de transmissão.

A reunião de dezembro contou com a participação do Presidente da EPE, Thiago Guilherme Ferreira Prado, que apresentou os planos da empresa para os próximos anos. O Comitê também discutiu a Resolução Normativa Aneel nº 1.077, que trata da transferência de controle societário em alternativa à extinção de contratos de concessão, e sobre a Agenda Regulatória Aneel 2024/2025.

## OS DESAFIOS DA EXPANSÃO

O workshop presencial “Desafios na Expansão da Transmissão” foi realizado na sede da ABDIB no dia 11 de maio e contou com a presença do Secretário de Transição Energética do Ministério das Minas e Energia, Thiago Barral. O workshop foi promovido pela ABDIB, por meio do Comitê de Transmissão, em parceria com o Instituto ABRATE e com a participação da CTEEP e da empresa de consultoria Alvarez & Marsal.

No encontro, Barral destacou os grandes números do setor e a importância dos próximos leilões para o sistema de transmissão. “Os estudos e os cenários de planejamento energético apontam os investimentos na infraestrutura de transmissão como fator crucial para o sucesso da integração de geração renovável e da transição energética, com competitividade e confiabilidade”, disse Barral. “O plano é aumentar em 70% a capacidade de integração renovável, das regiões Norte e Nordeste com o Sistema Interligado Nacional, com foco no potencial eólico e solar até 2033”.

Após a participação do secretário, a empresa de consultoria Alvarez & Marsal apresentou o estudo sobre equipamentos e mão de obra necessários para atender à demanda prevista nos próximos leilões e a



capacidade de atendimento atual. Após a avaliação da consultoria, os representantes de diversos fornecedores presentes ao workshop reafirmaram a capacidade do setor em atender à demanda e sugeriram procedimentos de escalonamento que podem contribuir para se prevenir o risco de gargalos.

## COMITÊ DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

## Há espaço para ampliar e modernizar o parque de I.P.

Num ano marcado pelo aperfeiçoamento da estruturação dos projetos, avança o debate sobre a ampliação do uso dos sistemas de iluminação pública no país

A reunião de fevereiro contou com a presença de Otávio Fernandes, do IFC, braço do Banco Mundial para o setor privado, e de Felipe Teles Izabel da Cunha, da CAIXA. Foi discutida a nova rodada de estruturação de PPPs de Iluminação Pública entre as duas instituições, com a apresentação das principais inovações para os novos contratos.

Os contratos de Iluminação Pública são responsáveis por 37 dos 58 projetos que havia na carteira do IFC para o Brasil naquele momento. Dos 15 projetos já leiloados, 11 são do I.P. Esses projetos tinham gerado àquela altura investimentos da ordem de R\$ 22,1 bilhões e beneficiaram 224 municípios, com população estimada de 21,7 milhões de habitantes.

No caso da CAIXA, foi apresentado o resultado do chamamento público para a seleção para o Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP - FEP CAIXA. No total, foram contemplados 376 municípios, sendo 107 com projetos isolados e 269 consorciados. A expectativa é que esses projetos beneficiem mais de 26 milhões de pessoas e gerem investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões.

Os sistemas de I.P. se tornam mais eficientes e geram receitas acessórias para as concessionárias e os municípios quando incorporam recursos de *smart cities*

Daniela Ambrosi, da Marsh Corretora, falou na reunião de março sobre os principais desafios e soluções na estruturação de produtos voltados para o mercado de Iluminação Pública. “Trata-se de um serviço novo, que traz novos desafios, como por exemplo, o enquadramento da atividade em relação ao risco operacional”.

Na segunda parte da reunião, Márcio André Pinto, da Associação Brasileira de Concessionárias de Iluminação Pública (ABCIP) e Alexandre Dellai, da empresa Ledstar, apresentaram os principais impactos, para o setor, da revisão técnica da norma ABNT NBR 5101. A norma estabelece os requisitos mínimos para iluminação de vias públicas, buscando garantir a segurança do tráfego de pedestres e de veículos.

O Secretário de Planejamento e Parcerias do município fluminense de Angra dos Reis, André Luis G. A. Pimenta, apresentou na reunião de abril o projeto de I.P. sob gestão da Enel X do consórcio Luz de Angra. Além da Enel X, o consórcio é integrado pela Selt Engenharia e pela Mobit Brasil. O objetivo do consórcio é modernizar e gerenciar o sistema de iluminação de Angra, que conta com mais de 21 mil pontos de iluminação em LED. Das receitas geradas pelos serviços acessórios, 92% ficam com a concessionária, que é responsável pelo custeio e investimentos. Os 8% restantes representam o retorno financeiro da Prefeitura.

Antônio Alvarenga, coordenador do Grupo de Trabalho que estuda as experiências de financiamento de projetos no setor de Iluminação Pública, fez na reunião do dia 15 de junho uma

breve atualização do trabalho já realizado e destacou o papel do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no financiamento do setor. “O BDMG tem sido um importante financiador para o setor, com condições favoráveis para projetos menores e com diversos financiamentos ativos”.

Na reunião de agosto, o comitê analisou os impactos da Reforma Tributária nos projetos do setor. A apresentação foi feita pelo advogado Ricardo Maito, sócio do escritório Tozzini Freire. Adriana Ferreira, também sócia do Tozzini Freire, fez uma atualização das decisões judiciais em torno da PPP de Iluminação Pública no município de São Paulo. Na sequência, houve a atualização das demandas dos Grupos de Trabalho 1 e 2. Elas tratam das dificuldades das prefeituras para aditar os bancos de crédito e, também, das experiências no financiamento de projetos de Iluminação Pública no que diz respeito aos enquadramentos para emissão de debêntures incentivadas; project finance non-recourse, fontes e condições de financiamento.

A reunião de outubro contou com a participação dos representantes da TIM Brasil, Marcello Serafini e João Paulo Pereira. Eles apresentaram as iniciativas da empresa relacionadas a IoT e suas funcionalidades voltadas ao mercado de *smart cities*. A tecnologia permite, ainda, maior capacidade de controle do consumo de energia do município e ajuda na tomada de decisão para ações de eficiência energética.

Em novembro, a reunião contou com a participação do representante da CAIXA, Felipe Cunha, e do representante do BNDES, Leonardo Branco. Cunha apresentou a carteira de 26 projetos do banco para o setor. Os projetos beneficiam uma população de 11 milhões de pessoas e o CAPEX estimado é de R\$ 1,37 bilhão. Leonardo Branco, por sua vez, apresentou a carteira do banco no setor. De acordo com ele, o BNDES já assinou nove dos dez projetos de iluminação pública em que atuou. O CAPEX estimado de R\$ 1,8 bilhão.



## DIÁLOGOS DA INFRAESTRUTURA

### *Evento discute os contratos de PPPs em Iluminação Pública*

Com apoio da Frente Nacional de Prefeitos, a ABDIB lançou, em evento virtual realizado no dia 27 de abril, o “Diagnóstico dos Contratos de PPP de Iluminação Pública”. Trata-se de um levantamento completo dos contratos e dos procedimentos adotados desde a estruturação até a execução. Com um total de 40 páginas, o documento significa um subsídio importante aos municípios interessados em conceder os serviços de iluminação pública por meio de parcerias com empresas privadas.

O relatório foi produzido pelo Comitê de Iluminação Pública da ABDIB, por intermédio de um grupo de trabalho coordenado por Antônio Alvarenga, da EY, que contou com a participação de Adriana Ferreira Tavares, da TozziniFreire Advogados, Cynthia Pertence, do BNDES, Felipe Paula, da EY, Joyce Mackay, da Felsberg Advogados, Manuela Imbroisi, do BNDES, Mário Saadi, da Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados, Renan Sona, da Demarest Advogados e Tiago Oliveira, da Engie.

O objetivo do diagnóstico, que está disponível na páginas da ABDIB na internet (<https://www.abdib.org.br/2023/04/27/diagnostico-dos-contratos-de-ppp-de-iluminacao-publica/>), é avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando a modernização da iluminação pública e outras funcionalidades associadas nos municípios brasileiros. O texto busca incentivar a adoção de boas práticas de PPPs em iluminação.

Durante o evento foi destacada a expansão acelerada do mercado de PPPs de Iluminação Pública. Em 2019, havia pouco mais de 20 contratos assinados. Naquele momento, quatro anos depois, o número havia saltado para quase uma centena.



## COMITÊ DE RODOVIAS

## Relicitações e novas concessões pelo caminho

Enquanto a União pretende dobrar a malha de estradas concedidas nos próximos anos, o setor precisa resolver problemas antigos para expandir seu crescimento

Na reunião de fevereiro, foi feito um balanço do trabalho realizado por Davi Barreto à frente da diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ao final de seu mandato, no dia 17, Barreto reassumiu seu posto no Tribunal de Contas da União. Em sua apresentação, o ex-diretor destacou os avanços verificados nos últimos anos no relacionamento da agência com as concessionárias privadas de rodovias.

Outro ponto destacado foi o apoio das concessionárias de rodovias aos serviços de reparação dos danos causados pelos temporais no litoral norte de São Paulo durante o carnaval de 2023. Somadas, elas enviaram mais de 40 máquinas à região atingida pelos deslizamentos — e esse equipamento foi fundamental para a desobstrução das estradas e limpeza dos bairros atingidos pela lama.

Na reunião de 31 de março, foi discutido o processo de relicitação da BR-040 — que se encontra em análise pelo TCU. Outro tema abordado foi o do terceiro Regulamento das Concessões Rodoviárias (RCR-3), em elaboração pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A nova política em concessões do governo federal pode trazer inovações nas diretrizes e procedimentos de políticas públicas para as novas PPPs em rodovias.





A reunião de julho atualizou a situação das licitações previstas para o setor, com foco nos leilões dos lotes 1 e 2 das rodovias do Paraná, previstos para os meses de agosto e setembro. Na sequência, a advogada Daniela Mendes, da Aroeira Advogados, apresentou os principais pontos da Audiência Pública aberta pela ANTT sobre a proposta de regulamentação do Comitê de Prevenção e Solução de Disputas (Dispute Board).

Na parte final, Flávia Mattioli Tâmega, da Arteris, falou sobre o julgamento em curso no STF do Recurso Extraordinário 645181, que trata da isenção de pedágio para os veículos locais nas praças da BR-101 no município catarinense de Palhoça. A questão são os veículos locais, que circulam apenas dentro do município e que precisam recolher a tarifa a cada vez que passam pela rodovia.

Barreto, na reunião de outubro, atualizou o andamento dos projetos do Novo PAC e demonstrou a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura por parte dos diferentes entes da federação. Sobre a nova política em

concessões do governo federal, a proposta traz inovações e prevê boas práticas nas diretrizes e procedimentos de políticas públicas para os novos projetos de parceria privada em rodovias. Outro tema importante de acompanhamento do comitê é a pauta de sustentabilidade. Ela tem avançado com medidas que impactam o setor, como por exemplo, o andamento do PL 412/22 que cria o mercado regulado de carbono no Brasil.

A reunião de dezembro contou com a participação do Coordenador Geral de Projetos Especiais e Mudança de Clima do Ministério dos Transportes, George Yun, que apresentou o Estudo AdaptaVias. De acordo com Yun, o AdaptaVias é um estudo realizado pelo Ministério dos Transportes e tem como objetivo realizar um levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura federal de transportes terrestres (rodovias e ferrovias) existente e projetada. Esse estudo é fundamental para dar subsídios para tomadas de decisão para adaptação aos impactos causados pela mudança do clima.

## WORKSHOP DISCUTE NOVO CICLO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Rodovias promoveu, no final de junho, na sede da ABDIB, o workshop “Ciclo de Investimentos 2023 e 2024”. O evento teve como objetivo discutir os leilões rodoviários que deverão ser realizados nos próximos anos, tratar dos temas relacionados com as relicitações em andamento de trechos concedidos no passado, das alternativas de financiamento à disposição dos concessionários e de uma série de questões relacionadas com o setor. “O principal objetivo do evento foi avaliar os eventuais gargalos que devem ser enfrentados diante do grande volume de investimentos em rodovias previsto para os próximos anos”, disse o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini.

O Brasil conta hoje com um total de 24 concessões rodoviárias que, juntas, administram cerca de 20 mil quilômetros de rodovias em todas as regiões do país. Essa malha, formada por pouco mais de 13 mil quilômetros de estradas federais e cerca de 7 mil quilômetros de estradas estaduais, contou com um total de R\$ 53,8 bilhões em investimentos de 2010 para cá. Ela tende a mais do que dobrar nos próximos anos com as concessões de cerca de 30 mil quilômetros de estradas que hoje estão sob administração do poder público — e contam com recursos insuficientes para sua manutenção.

Os novos projetos, além de necessitar de uma modelagem que leve em conta as exigências técnicas, necessitarão de linhas de financiamento, garantias adequadas e uma rede de fornecedores em condição de atender à grande demanda que será criada não só pelos novos leilões como, também, pelos investimentos exigidos pelas concessões que estão próximas do vencimento. Esses temas foram tratados desde a abertura do evento que, além de Tadini, contou com a presença



do coordenador do Comitê de Rodovias, Gustavo Barreto, do diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) Marco Aurélio Barcelos, e do coordenador-adjunto do Comitê de Rodovias, Luis Baeta. Os dois destacaram os desafios e as oportunidades que o setor vive neste momento.

O primeiro painel tratou da dimensão do setor de construção e da cadeia de suprimentos frente ao volume de obras contratadas e a contratar. Os expositores foram Paulo Coutinho, conselheiro do Sindicato Nacional da Indústria de Construção, e Marcelo Cordeiro Ferraz, diretor de Supply Chain do Grupo CCR. Na opinião de Coutinho, “assim como ocorreu em outras ocasiões, o setor de construção pesada tem todas as condições para fazer frente ao acréscimo de demanda em obras, inclusive as de rodovias”.

O Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz, tratou da viabilização da retomada de investimentos em ativos estressados em rodovias. Finalmente, Cleyton Barros, Chefe de Assessoria Especial da Secretaria Especial do PPI, e Felipe Borim, Superintendente da Área de Infraestrutura do BNDES, trataram da financiabilidade dos projetos de infraestrutura em cenário adverso nas condições de crédito.

## COMITÊ DE FERROVIAS

## Hora de pôr o país sobre os trilhos

Apontadas como o mais sustentável entre os modais de transportes, as ferrovias brasileiras precisam de regras mais claras para expandir a malha de trilhos

Na reunião de 7 de fevereiro, a empresa Boston Consulting Group (BCG) tratou do tema Sustentabilidade em Ferrovias: Tendências, Desafios e Oportunidades. Thiago Cardoso, representante da consultoria, apresentou um estudo global que coloca o Brasil entre os 5 maiores países na emissão de carbono, considerando todas as emissões. Em relação aos transportes, o país responde por 3% das emissões no mundo, sendo o sétimo país nas emissões em transportes. Dentro dos transportes, a ferrovia é o modal mais sustentável.

A redução das emissões pelo setor como um todo passa por uma maior participação das ferrovias no transporte de cargas e, também, pela utilização de biocombustíveis, de gás natural e, no futuro, de hidrogênio verde em substituição ao diesel.

Em março, foi feito um balanço do desempenho do setor no ano de 2022 — com destaque para o fato de que, mesmo com o crescimento expressivo dos últimos anos, há espaço para uma ampliação ainda mais expressiva do modal ferroviário na matriz de transporte brasileira. O setor responde atualmente por 21,5% das cargas transportadas no país, refletindo uma densidade baixa na comparação com países como China, Estados Unidos, Índia, Canadá e até mesmo com a vizinha Argentina.

**A participação das ferrovias na matriz brasileira de transportes é baixa quando comparada com países como China, Estados Unidos, Índia, Canadá e até a Argentina.**



Os estudos apontam que é fundamental a ampliação dos investimentos no setor. Nesse sentido, a agenda de renovações e autorizações ferroviárias com investimentos privados, por mais robusta que seja, não será suficiente para suprir todas as necessidades. E que os projetos estruturantes exigirão dinheiro público para sair do papel.

O Secretário Nacional de Ferrovias, Leonardo Ribeiro, também defendeu na reunião de abril a ampliação de investimentos no setor. Com base em números levantados pela ABDIB, ele destacou a necessidade de investimentos de R\$ 196,2 bilhões em transporte e logística — sendo R\$ 30,8 bilhões desses recursos apenas para a construção de ferrovias.

O presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, falou na reunião de 6 de junho do papel da empresa — que nasceu da fusão da EPL com a Valec na expansão do mercado ferroviário brasileiro. Entre as atribuições da Infra, está a elaboração do novo Plano Nacional de Logística, que deverá contar com a participação da iniciativa privada. Para ele, os investimentos do governo são fundamentais para o desenvolvimento do setor.

A reunião de agosto recebeu Bernardo Figueiredo, especialista em ferrovias da BF Projetos, que tratou das principais necessidades da malha férrea no Brasil. De acordo com Figueiredo, o Brasil precisa que a malha conecte os pontos estratégicos da cadeia produtiva e amplie o uso do modal, atualmente concentrado no transporte de minérios e grãos para exportação. Esses produtos representam 90% do volume transportado pelas ferrovias. Analisando a composição da demanda, em que a carga geral representa 46% do volume medido em toneladas úteis, observa-se que as ferrovias têm papel residual no transporte desse tipo de mercadoria. O desafio é transferir parte desse volume para as ferrovias.

Na reunião, e com base na apresentação do Bernardo de Figueiredo, ficou definido que a ABDIB apresentaria ao Secretário Nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, um documento com as sugestões da entidade para o setor — o que foi feito na sede da ABDIB.

O economista Cláudio Frischtak, da Inter B Consultoria Internacional, na reunião de setembro, analisou os principais aspectos do projeto da EF-170, a Ferrogrão, e concluiu que ele apresenta uma série de inconsistências que, na prática, inviabilizam sua execução. A modelagem do projeto atual estima um gasto de capital de R\$ 10,68 bilhões e 9 anos para implantação. “Nossos estudos mostram,

no entanto, que as despesas podem chegar a R\$ 37 bilhões e um prazo de implantação próximo a 25 anos”, afirmou.

A reunião de dezembro contou com a participação do Diretor Executivo da ANTF, Davi Barreto, que apresentou as Metas e Desafios do Setor Ferroviário para 2024.



## COMITÊ DE PORTOS

## A autoridade portuária precisa se modernizar

Além do avanço de estudos jurídicos em relação à concessão dos serviços de zeladoria, é preciso definir até que ponto o setor portuário pode ir com as concessões

O Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, e o consultor José Di Bella Jr., da DBM Pesquisa e Projetos, debateram na reunião de maio os planos da Secretaria para o desenvolvimento dos portos brasileiros e avaliaram as condições para incremento dos investimentos no setor. Em sua apresentação, Di Bella analisou os diversos modelos de concessão portuária já adotados no mundo e comparou a eficiência de cada um deles. No caso específico do Porto de Santos, ele destacou a necessidade de aprofundamento dos estudos jurídicos, especialmente em relação à concessão dos serviços de zeladoria.

Na segunda parte da reunião, o secretário Pierdomenico destacou as iniciativas e diretrizes da Secretaria. “Os portos precisam ser pensados dentro de uma política de Estado, preservando seu papel público e sua vocação estratégica para o desenvolvimento. Nesse modelo, a desestatização da Autoridade Portuária não interessa ao país”.

A reunião de 21 de novembro contou com a participação do presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Jesualdo Conceição da Silva. Ele apresentou a agenda dos aprimoramentos necessários para o setor portuário nos próximos anos e defendeu a modernização e aprimoramento da gestão das autoridades portuárias.



Os portos brasileiros não perdem eficiência para terminais americanos ou europeus. O problema está em aspectos regulatórios, que precisam ser revistos

## COMITÊ DE AEROPORTOS

## Os termos e os limites das relições

Num momento em que os principais terminais já estão quase inteiramente nas mãos de concessionárias privadas, é preciso avançar com as questões regulatórias

Em reunião conjunta com o Comitê de Desestatização, no dia 15 de fevereiro, o Comitê de Aeroportos recebeu o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Tiago Pereira, e a gerente de Outorgas de Infraestrutura Aeroportuária da instituição, Jacqueline de Azevedo Silva (*ver seção do Comitê de Desestatização, página 42*).

A reunião de 29 de março teve início com um breve histórico do uso de precatórios para pagamento de outorgas e de outros valores a receber pelo Poder Concedente. Uma portaria da Advocacia Geral da União (AGU) de novembro de 2022 normatizou os procedimentos em torno da Emenda Constitucional 113/2021. A portaria criou empecilhos para o uso dos precatórios. Uma nova decisão da AGU, baixada recentemente, suspendeu os efeitos da portaria anterior e criou uma comissão para definir novas normas no prazo de 120 dias.

A reunião foi aberta a outros comitês igualmente afetados pela decisão do governo de dificultar o cumprimento da norma constitucional. A concessionária Rumo, do setor de ferrovias, por exemplo, decidiu ingressar na Justiça para assegurar o uso de precatórios no pagamento de outorga da renovação antecipada do contrato de concessão ferroviária da Malha Paulista. No caso dos aeroportos, a concessionária AENA, que arrematou na 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias o blo-



### O processo de relição dos aeroportos esclareceu questões que poderão contribuir para o avanço desse processo para as rodovias e outros setores

co SP/MS/PA/MG, que inclui o aeroporto de Congonhas, tenta utilizar precatórios, no valor de R\$ 1,16 bilhão, para quitar parte da outorga.

O Secretário Nacional de Aviação Civil, Juliano Noman, foi o convidado da reunião do mês de maio. Em pauta, a avaliação da relição do aeroporto potiguar de São Gonçalo do Amarante, o primeiro leilão do gênero realizado no país. O aeroporto foi arrematado pela Zurich Airport pelo valor de R\$ 320 milhões, o que representa um ágio de 41% sobre o lance mínimo definido.

Para o secretário, foi um teste importante para o modelo de relição. “Temos, agora, o conhecimento do caminho processual que uma relição precisa percorrer e as melhorias que podemos fazer para torná-lo mais célere”. Na opinião de Noman, o aprendizado será útil não apenas para os processos de relição-



ção de aeroportos mas, também, para outros setores que enfrentam a mesma necessidade. Em relação ao aeroporto de Viracopos, a ANAC encaminhará ao Tribunal de Contas da União o cálculo dos haveres e deveres da concessionária. O cálculo é complexo, pois envolve, por exemplo, multas por atraso de obras que não ficaram prontas no prazo pactuado no contrato de concessão.

O Secretário de Parcerias e Concessões do Rio Grande do Sul, Pedro Capeluppi, apresentou em junho o programa de concessão dos terminais dos municípios de Passo Fundo e de Santo Ângelo. A perspectiva é que os aeroportos sejam licitados com investimentos previstos de R\$ 86 milhões. Além dos aeroportos, o Estado ampliará sua carteira de projetos, com a inclusão de escolas, hospitais e novas rodovias no programa.

Em agosto, contou com a participação dos advogados André Luiz Freire, Henrique Lago e Renato Di Dio, do escritório Mattos Filho. Na pauta, o andamento dos processos de repactuação das concessões após a conclusão do processo e a publicação do acórdão pelo Tribunal de Contas da União.

O tema inicial do debate foi a portaria do governo que restringiu a aeroportos localizados a até 400 quilômetros de distância os voos com origem ou destino no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. A exigência seria revogada pelo Conselho Nacional de Aviação Civil no dia 9 de novembro.

A reunião de outubro contou com a participação do Procurador Geral da ANAC, Gustavo Albuquerque, que fez uma análise do papel do consensualismo na resolução de conflitos. Atualmente existem nove processos em andamento na Secex Consenso, sendo dois do setor de aeroportos. O desafio é estabelecer limites para essa nova discussão contratual e que as resoluções estabelecidas sejam igualitárias às condições de mercado.

A reunião de dezembro tratou do processo de relicitação e de repactuação de concessões. Também foi feita a atualização das novas iniciativas do Ministério de Portos e Aeroportos no sentido de buscar o reequilíbrio dos contratos por meio da inclusão de aeroportos regionais em concessões existentes. Também foi discutido o impacto da Reforma Tributária sobre o setor.

## COMITÊ DE MOBILIDADE URBANA

## A solução precisa ser rápida

O modelo de concessões de mobilidade urbana precisa incluir procedimentos céleres e seguros de cancelamento dos contratos em casos de inadimplência do poder concedente

O comitê tratou, ao longo de 2023, dos temas mais destacados de interesse das empresas e dos usuários do sistema de mobilidade urbana. A coordenadora Juliana Criscuolo e o coordenador-adjunto Pedro Campos falaram, entre outros temas, da necessidade de estruturação de mecanismos para a extinção consensual de concessões em caso de inadimplemento do poder concedente. Pelos critérios atuais, esse processo é moroso e ineficaz. O comitê se propôs a apresentar sugestões para a alteração na lei atual, visando tornar o processo mais célere e consensual. O comitê também concluiu, ao longo dos meses, o estudo para implantação do modelo de Autoridade Metropolitana.

Outra necessidade observada é a elaboração de uma proposta de receitas acessórias para os projetos, por meio, por exemplo, da exploração de imóveis adjacentes à concessão. A intenção do comitê é propor que o tema já seja tratado no edital do projeto.

Os projetos de mobilidade urbana precisam incluir as receitas acessórias que poderão ser geradas pela exploração de imóveis adjacentes à concessão



## COMITÊ DE INDÚSTRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## A sinergia entre a reindustrialização e o mercado global

Num momento em que o país precisa se reindustrializar num mercado cada vez mais competitivo e globalizado, a ABDIB unifica os comitês que tratam desses temas

Em junho, a ABDIB anunciou a unificação dos comitês de Indústria e de Relações Internacionais. Tomada com o objetivo de otimizar a estrutura de comitês, a decisão se justificou pela sinergia entre a esperada reindustrialização do país e a necessária inserção da indústria brasileira no mercado global. O novo comitê de Indústria e Relações Internacionais tem como coordenadores Luis Mosquera e Daniel Godinho.

Antes da unificação, os dois comitês já tinham participado, em conjunto com o Comitê de Inovação, da reunião em que o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Wallace Moreira Lima, apresentou a estrutura da secretaria e falou do plano de trabalho proposto pelo titular da pasta – o vice-presidente da República e ministro Geraldo Alckmin.

Participar das discussões nos fóruns internacionais é oportunidade para influenciar a adoção de políticas favoráveis ao Brasil junto às principais economias do mundo.



No encontro, que também contou com a presença de integrantes dos comitês de Inovação e de Relações Internacionais, Moreira Lima destacou que, de acordo com os objetivos traçados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo titular do MDIC – o vice-presidente da República e ministro Geraldo Alckmin – foram definidas as sete missões que deverão ser enfrentadas pela política industrial que vier a ser elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). São elas:



**Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para erradicar a fome.**



**Complexo da saúde resiliente para a prevenção e o tratamento de doenças.**



**Infraestrutura sustentável para a integração produtiva.**



**Transformação digital da indústria.**



**Descarbonização da indústria, viabilização da transição energética e bioeconomia.**



**Tecnologias críticas para a soberania e a defesa nacionais.**



**Moradia e mobilidade sustentáveis para o bem-estar nas grandes cidades.**

Em setembro, a reunião contou com a participação das representantes da CNI, Constanza Biasutti, Gerente de Comércio e Integração Internacional, e de Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro, Gerente de Relações Internacionais. Elas apresentaram a metodologia de trabalho e os objetivos do B20 – que é um fórum destinado a promover o diálogo entre os governos dos países do G-20 com a comunidade empresarial desses países.

De acordo com Biasutti, entre as funções do B20 está a de propor políticas públicas destinadas ao G20. Por essa razão, para o setor industrial brasileiro, participar das discussões de políticas em diferentes áreas pode ser uma oportunidade para influenciar nas discussões e adoção de políticas junto às principais economias do mundo.



## COMITÊ DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

## Novos investimentos à vista no setor de saneamento

Superadas as incertezas em relação ao risco de retrocessos regulatórios, o setor se prepara para uma nova onda de investimentos

A intenção do governo de alterar pontos da legislação para o setor, com a concessão de privilégios às concessionárias estaduais, foi apresentada pelo presidente da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – ABCON –, Percy Soares. A incerteza e a falta de clareza em relação a esse aspecto poderiam gerar risco para novos investimentos.

No entendimento da ABDIB, conforme defendeu o coordenador-adjunto do comitê, Daniel Keller, a intenção não é abrir competição entre as concessionárias privadas e as empresas públicas do setor – mas explorar a complementaridade entre as duas estruturas. Keller defendeu a ampliação do percentual de 25% de participação estatal nas PPPs do setor. Também é necessário defender o fortalecimento da Agência Nacional de Águas (ANA), que deve ser reforçada em seu papel.

A discussão sobre a legislação prosseguiu com a análise do conteúdo dos decretos 11.466/2023 e 11.467/2023, que propunham alterações no Marco do Saneamento. Na avaliação do comitê, os pontos alterados teriam efeito praticamente nulo para o setor, uma vez que algumas operações estaduais já foram concedidas à iniciativa privada. Além disso, companhias como a SABESP, de São Paulo, e a COPASA, de Minas Gerais, já deixaram clara a intenção de respeitar os princípios previstos na lei original. Tais princípios preveem que as companhias estaduais de saneamento não disponham de vantagens em relação às empresas privadas nos processos de concessão dos serviços municipais de água e esgoto.

A discussão do posicionamento da ABDIB em relação aos decretos 11.466 e 11.467, que alteraram o Marco Regulatório do Saneamento. Também foi analisado o Projeto de Decreto Legislativo 98/2023, já aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado. Na ocasião, a ABDIB se manifestou sobre o tema e encaminhou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, um documento oficial relacionado ao tema.

A incerteza e a falta de clareza por parte do poder concedente aumentam o risco para novos investimentos.



## ABDIB DISCUTE OS DESAFIOS DO SANEAMENTO

A ABDIB realizou, em agosto, na sede da associação, em São Paulo, o workshop “Saneamento: Desafios do Setor”. O evento foi aberto pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e moderado por Rogério Tavares, Coordenador do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, responsável pela organização do encontro. A intenção, de acordo com Tadini, foi discutir o extenso programa previsto para o setor em nível nacional em virtude dos desdobramentos do Novo Marco Regulatório aprovado em 2020. O objetivo, além disso, foi identificar os eventuais problemas na implementação e execução dos programas.

### REGULAÇÃO

O primeiro painel, que discutiu as questões relacionadas com o financiamento e a regulação dos projetos de saneamento, contou com a participação do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leonardo Picciani e do Diretor Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, SABESP, André Salcedo. Também participaram Cíntia Leal Marinho de Araújo, Superintendente de Regulação Econômica da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e Eduardo Nali, Chefe de Departamento do BNDES.

De acordo com o secretário Picciani, a meta de universalização dos serviços de saneamento no país, prevista pelo Marco Regulatório para ser alcançada até o ano de 2033 dificilmente será cumprida. Mesmo assim, a lei acertou ao estabelecer um prazo para seu cumprimento e ao aproveitar a evidência que o tema ganhou desde o início deste ano para “mobilizar todos os recursos, públicos e privados, para o financiamento dos serviços”.

Na opinião do presidente da SABESP, é preciso criar mecanismos de estímulo para que os municípios se consorciem, por pertencerem à mesma bacia hidrográfica, por proximidade geográfica ou por qualquer outro critério — e, tendo o Estado como indutor, avancem na questão do saneamento. Ele observou, também, a importância de se tratar do papel do saneamento no bojo da agenda ambiental e de se incluir e destacar as especificidades desses serviços nas discussões em torno da Reforma Tributária.

Cíntia Marinho, da ANA, falou sobre as metas de universalização estabelecidas pela Agência e Nali, do BNDES, apresentou as linhas e os programas que o banco de fomento utiliza para atender às necessidades dos operadores.



## A NECESSIDADE DE REGIONALIZAÇÃO

O segundo painel tratou das questões relacionadas com a modelagem da regionalização dos serviços e contou com a presença de Manoel Renato Machado, Secretário Adjunto da Infraestrutura Social e Urbana do PPI da Casa Civil, Luciana Capanema, Chefe de Departamento da Área de Estruturação de Projetos do BNDES e de Percy Soares Neto, Diretor Executivo da Associação das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON).

Luciana Capanema, do BNDES, falou do pipeline de projetos do banco — que já estruturou 12 projetos levados a leilão. Há, além deles, outros 12 projetos em estruturação e mais três em perspectiva. O total previsto de investimentos é de R\$ 120 bilhões —, sendo que desses recursos cerca de R\$ 61 bilhões tinham sido contratados àquela altura. A população atendida pelos projetos é de 79 milhões de pessoas — o que corresponde a 30% da meta prevista pelo banco.

Machado, do PPI, disse que o papel da secretaria não é o de estruturar — como no caso do BNDES, da CAIXA e de outros organismos — mas “dar um sentido de padronização e de coordenação federativa” aos projetos.

Percy Soares, da ABCON, lembrou que a questão da regionalização entrou na discussão com o objetivo de dar às operadoras um ganho de escala capaz de viabilizar os projetos. E que o atraso na adoção desse procedimento se deve à falta de articulação com os municípios — que buscam ter voz mais ativa no processo. “Esse é um dos principais desafios na implantação do Marco do Saneamento”.

## CADEIA DE SUPRIMENTOS

No terceiro e último painel foi discutida a questão dos suprimentos e universalização dos serviços. A mesa foi integrada por Sabrina Sch-



neider Martinez, Gerente de Departamento de Indústria de Base do BNDES, Gustavo Siqueira, Diretor do grupo Saint Gobain e presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (ASFAMAS) Karla Bertocco, sócia e head de Infraestrutura da Mauá Capital e Mário Ramacciotti, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

Na opinião dos debatedores, a indústria brasileira está equipada para fornecer máquinas, equipamentos e os insumos para atender à expansão dos serviços — e existem linhas de crédito e mecanismos de financiamento capazes de suprir todas as necessidades específicas do setor. Mesmo assim, há oportunidades de investimentos em alguns segmentos, como os tubos de ferro fundido, os tubos e resinas de PVC, que podem se beneficiar do atual momento.

## COMITÊ DE RESÍDUOS SÓLIDOS

## É preciso definir o critério de remuneração dos serviços

Os lixões não serão extintos se não houver uma regra clara e não for adotada uma taxa ou uma tarifa para pagar a quem presta o serviço

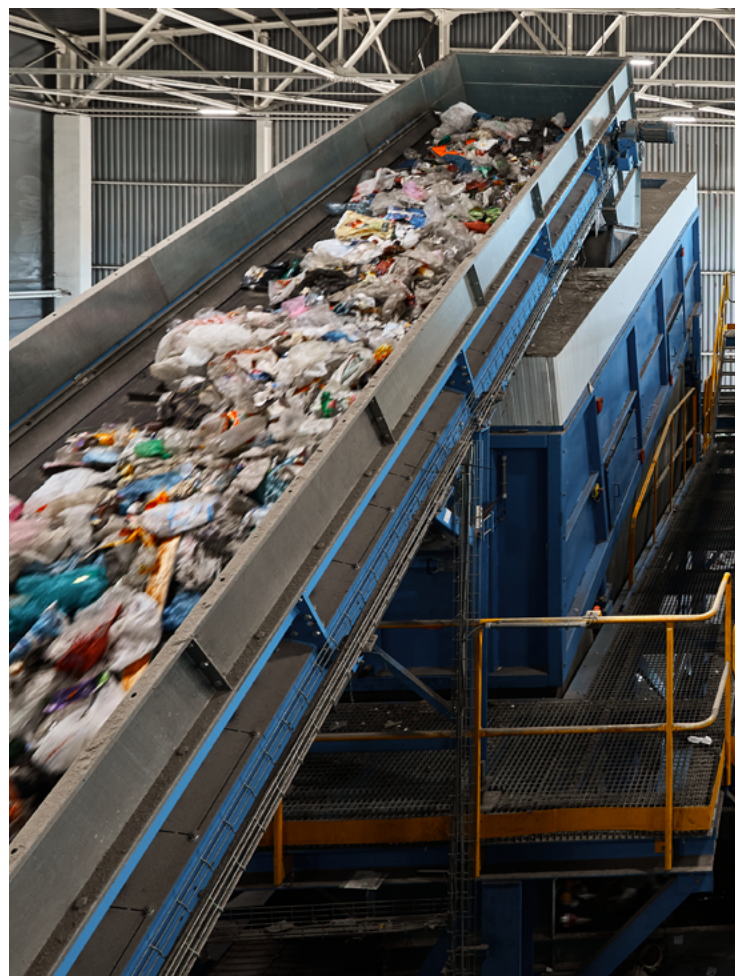
O ex-Secretário Nacional do Saneamento, Pedro Maranhão, tomou posse como coordenador-executivo do comitê na reunião de março. No encontro, o representante da Central de Custódia da Logística Reversa de Embalagens, Fernando Bernardes, falou sobre a destinação correta de equipamentos elétricos e de resíduos de óleo contaminado, conhecidos como PCB (sigla em inglês para “Bifenilas Policloradas”).

O especialista Fabricio Soler avaliou na reunião a auditoria TCU sobre implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O diagnóstico é preocupante: dos 5.570 municípios do país, apenas 1.689 atenderam a norma de referência 1, que regulamenta o instrumento de cobrança por taxa ou tarifa. Desse total, apenas 151 municípios têm autossuficiência financeira. Outra conclusão é a dificuldade em se alcançar as metas para eliminação dos lixões.

A capacitação de pessoas dos segmentos mais vulneráveis para trabalhos com reciclagem poderá ter um impacto positivo na geração de renda dessa parte da população.

A reunião de abril contou com a presença de representantes do BNDES, da CAIXA e do Banco do Nordeste do Brasil, que são os principais bancos públicos financiadores de projetos para o setor no país. Eduardo C. Nali, pelo BNDES, Arthur Felipe Rodrigues da Silva e Américo Ary Peixoto, pela CAIXA, e Emiliano Portela, pelo Banco do Nordeste, discutiram as linhas de financiamento oferecidas pelas instituições e aprofundaram na questão da necessidade de ampliação das fontes de recursos existentes.

Os representantes da CAIXA, Arthur Felipe Rodrigues da Silva e Américo Ary Peixoto, destacaram os programas Saneamento Para Todos e Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA). O representante do BNB, Emiliano Portela, destacou o Programa



de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental e Infraestrutura Complementar, FNE Verde, que é a principal linha de financiamento do banco para o setor de resíduos sólidos. Eduardo Nali, do BNDES, destacou o impacto de decretos publicados no início do governo para o destravamento do financiamento para o setor.

A reunião de maio, em conjunto com o Comitê Infrassocial, contou com a presença do Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Eduardo Correa Tavares. Ele falou sobre as fontes de financiamento para aterros sanitários e para hospitais, escolas, parques e outros equipamentos de infraestrutura social. Tavares destacou os avanços em relação ao Fundo de Desenvolvi-

mento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS), que tem um patrimônio superior a R\$ 900 milhões e é administrado pela BRL Trust Investimentos, Vinci Partners e EY.

O problema das valas, lixões e aterros no estado de São Paulo foi analisado na reunião de junho. O encontro contou com a presença de Evaldo Azevedo, Coordenador de Saneamento da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (SIMA), de Cristiano Kenshi, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), e de Edson Martinez, da Associação Paulista de Municípios. Azevedo destacou a existência, na época, de 252 valas em todo estado. As valas, no passado, tiveram o funcionamento autorizado em caráter provisório, mas se tornaram definitivas. “Essa prática precisa ter um fim”, afirmou.

A reunião de julho contou com a participação de Pablo Pereira dos Santos, especialista em PPPs do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sobre as Melhores Práticas em Modelagem de Concessões de Resíduos Sólidos. A reunião contou, também, com a participação de Ramon Ferreira, líder de PPPs e de Concessões da empresa de consultoria Accenture. O advogado Lucas Navarro Prado, do escritório Navarro Prado, especializado em infraestrutura, também analisou a questão sob o enfoque jurídico.

A apresentação girou em torno do Guia Prático de Estruturação de Concessões, elaborado pelo BID a partir das diretrizes para estruturação de concessões de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos definidas pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), do governo federal e do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), da CAIXA. O documento integra um dos três campos de atuação do BID no que se refere às PPPs — e que tem seu enfoque voltado justamente para a consolidação das Boas Práticas em Concessões de Resíduos Sólidos.



Em agosto, a reunião contou com a participação do Coordenador de Regulação de Resíduos Sólidos da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Daroz e Alexandre Anderáos, representando a Superintendente de Regulação de Saneamento Básico da ANA, Cíntia Leal Marinho De Araújo. Eles falaram sobre as normas de referência em resíduos sólidos já editados pela agência para os avanços e desafios diante do Novo Marco Legal do Saneamento.

O tema central da reunião de setembro foi o sistema MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e a necessidade de avanço para a implantação do sistema em nível nacional. O encontro contou com a participação do Supervisor de Sistema MTR na Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA), Odilon Amado, que fez uma contextualização do sistema. De acordo com Amado, o MTR é auto declaratório, onde as informações são emitidas pelo usuário gerador de resíduos.

A reunião de novembro contou com a participação do presidente do Instituto Rever, Paulo Petroni, e do Superintendente da ABIVIDRO, Lucien Belmonte, que falaram sobre o mercado de créditos de logística reversa e reciclagem. De acordo com Belmonte, o índice de reciclagem no Brasil está estagnado, sendo fundamental a captura de novos resíduos para essa finalidade. Petroni, por sua vez, afirmou que um programa de capacitação das pessoas dos segmentos mais vulneráveis da população para trabalhos com reciclagem poderá ter um impacto positivo na geração de renda dessa parte da população.



## COMITÊ DE INFRAESTRUTURA SOCIAL

## Novas oportunidades para Estados e Municípios

Com projetos cada vez mais bem estruturados, aumenta o número de hospitais, escolas, parques e até presídios administrados pelo setor privado

A reunião de fevereiro registrou a presença de Manoel Renato Machado Filho, Secretário Adjunto de Infraestrutura Social e Urbana da Secretaria Especial para o PPI. Ele falou do remanejamento do PPI do antigo Ministério da Economia para a Casa Civil da Presidência, e destacou que a estrutura do programa se mantém inalterada desde a criação, em 2016. Machado também destacou os instrumentos federais de apoio à estruturação de concessões e parcerias: o FEP/CAIXA, com recursos federais de R\$ 290 milhões e o FDIRS, que dispõe de recursos federais da ordem de R\$ 800 milhões.

A Superintendente de Estruturação de Projetos do BNDES, Luciene Machado, assumiu em março a coordenadoria adjunta do comitê. O encontro contou, ainda, com a participação de Luís Claudio Everton, Secretário Nacional de Inclusão Socioeconômica do Ministério de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), indicado pelo titular da pasta, Wellington Dias, para acompanhar os trabalhos do comitê em nome do ministério.

De acordo com Luciene Machado, as metas do banco incluem a ampliação da escala dos projetos e a criação de um pipeline robusto de

O FEP/CAIXA conta com R\$ 290 milhões e o FDIRS, também da CAIXA, dispõe de outros R\$ 800 milhões para investir na estruturação de projetos de infraestrutura social

iniciativas infrasociais. O secretário Everton, por sua vez, enfatizou que o MDS não limita sua atuação ao gerenciamento dos programas existentes e será ativo no lançamento de projetos de inclusão social.

O Chefe do Departamento de Estruturação de Projetos do BNDES, Leonardo Pereira, e a gerente de Projetos, Andrea Soares, apresentaram em abril detalhes do projeto de PPP em Educação do município de Recife. O projeto prevê a construção de 40 novas unidades de educação infantil por meio de Parceria Público-Privada (PPP). O investimento previsto é de R\$ 481 milhões e o OPEX de R\$ 549 milhões, durante os 25 anos de concessão.

Na segunda parte da reunião foram analisadas as medidas de estímulo às PPPs anunciadas no início do ano pelo Ministério da Fazenda. Na percepção do comitê, as medidas são favoráveis, embora incompletas. Faltam, por exemplo, medidas para a estruturação de garantias do Tesouro para as PPPs federais.

A reunião de maio contou com a presença do Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Eduardo Correa Tavares. Ele falou sobre fontes de financiamento para aterros sanitários e para hospitais, escolas, parques e outros equipamentos relacionados com a infraestrutura social. Tavares destacou os avanços em relação ao Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) que tem atualmente um patrimônio superior a R\$ 900 milhões, e é administrado pela BRL Trust Investimentos, Vinci Partners e EY.

Na reunião de junho, o Secretário de Parcerias e Investimentos do Tocantins, Thomas Jefferson Gonçalves apresentou o projeto da PPP do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina na capital do estado, Palmas. O objetivo, com o novo hospital, é oferecer atenção integral ao parto e nascimento, além dos serviços de ginecologia, obstetria e atenção neonatal.

Lucas Costa, diretor de Estruturação de Projetos da Companhia Carioca de Participações (CCPAR), esteve presente na reunião de julho. Ele deu detalhes sobre o modelo de PPP utilizado no Hospital Souza Aguiar, um dos maiores complexos de emergências em saúde do país, e falou sobre a ampla carteira de programa de

concessões que vem sendo administrada pelo município do Rio de Janeiro.

A reunião de setembro contou com a participação do gerente executivo da CAIXA, Ricardo Oliveira. Ele é o responsável pelas PPP's de Iluminação Pública e de Infraestrutura Social na instituição e destacou a carteira de projetos em estruturação pelo banco. “Os 71 projetos em carteira tocados atualmente pela CAIXA em diferentes estágios somam investimentos de R\$ 30 bilhões. Entre os projetos de infraestrutura social temos uma iniciativa no campo da educação infantil, duas em habitação social e outras duas referentes a unidades socioeducativas”.

Na reunião de outubro, o Secretário da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais, Pedro Bruno e a Subsecretária de Parcerias, Fernanda Alen, falaram sobre a carteira de projetos do Estado para os próximos anos. Bruno destacou que, em 2023, havia 19 contratos em execução no Estado. Eles representam R\$ 23 bilhões em investimentos. Apenas para as concessões rodoviárias havia mais de R\$ 1,5 bilhão de investimentos em curso.

A reunião de novembro contou com a participação do Secretário Executivo de Parcerias Estratégicas na Prefeitura de Recife, Alexandre Pessatte, que falou sobre o Projeto de Atenção Primária de Recife – PE (PPP 100% Saúde da Família). O encontro também contou com a participação do Chefe de Coordenação da Unidade Gestora de Parcerias do Paraná, João André Sarrolli, que apresentou as perspectivas do Governo do Estado do Paraná para concessões e parcerias no setor.

A Secretária de Parcerias da Prefeitura de Porto Alegre, Ana Maria Pellini, e o economista e Coordenador do Programa Escola Bem Cuidada, Carlos Henrique Corrêa, apresentaram suas carteiras de projeto na reunião do dia 15 de dezembro. No encontro, também foi apresentado o Programa Escola Bem Cuidada – Município de Porto Alegre e a Agenda do Comitê InfraSocial 2024.



## WORKSHOP APROFUNDA O DEBATE SOBRE AS PPPS SUBNACIONAIS

Com o objetivo de proporcionar a troca de informações em relação às medidas recentemente anunciadas pelo governo federal para apoio aos projetos de PPPs dos entes subnacionais, o Comitê InfraSocial realizou no dia 20 de junho um workshop presencial na sede da ABDIB. Aberto pelo presidente-executivo da entidade, Venilton Tadini, e conduzido pelo Coordenador do comitê, Ramon Ferreira, o encontro contou com as presenças de Eduardo Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; Viviane Bezerra, Assessora Especial de Infraestrutura Social e Urbana do PPI; Edson Silveira Sobrinho Assessor do Tesouro Nacional e Leonardo Pereira, Chefe de Departamento de Estruturação de Projetos de InfraSocial do BNDES.

Em mais de quatro horas de um debate que desceu a detalhes técnicos importantes, foram apontadas questões e feitas recomendações sobre procedimentos que deverão ser considerados nas próximas etapas do processo. As informações levantadas no encontro serão usadas como suporte para a elaboração do trabalho que vem sendo realizado por integrantes do comitê e que será divulgado aos associados e levado ao governo federal, como contribuição da ABDIB para esse debate.





PLANOS DE  
AÇÃO DOS  
COMITÊS  
PARA 2024



# Desestatização

— **Coordenador:**  
Luiz Claudio S. Campos (EY)

— **Coordenador-adjunto:**  
Rodrigo Barata (Madrona)

## Objetivos

Fomentar a agenda de projetos de desestatização (concessões, PPPs e venda de ativos), inclusive no âmbito subnacional, oferecendo apoio para estruturação de novos projetos, financiamento e relacionamento com as áreas técnicas dos órgãos de controle.

## Plano de ação

- Cenário econômico atual e a estruturação de projetos de infraestrutura (p. ex. discussões sobre os impactos dos juros altos e da pouca liquidez no mercado na implementação de projetos de infraestrutura).
- Infraestrutura social (p. ex. discussões sobre o desenvolvimento de projetos de presídios, escolas, parques e no setor de saúde e a prestação de serviços públicos eficientes pela Administração).
- Privatização SABESP (discussão do andamento, perspectivas e pontos de atenção do projeto).
- Privatizações recentes realizadas – lições aprendidas e desafios (pensamos em chamar os representantes da Eletrobras, Corisan e CODESA).
- Agenda com estruturadores (discussão de planos e andamentos dos projetos com BNDES, IFC e BID).Regulação e controle da execução de contratos – panorama e análise.



# Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias

— **Coordenador:**  
Ralph Rosenberg (Perfin Infra)

— **Coordenador-adjunto:**  
André Dabus (Marsh)



## Objetivos

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos, riscos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e bancabilidade. O comitê tem como principais pilares de sua atuação: I) implementação do project finance non recourse, utilizando a experiência internacional; II) ampliar a atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (*equity*) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos; IV) Colaborar com entes públicos na implementação das mudanças previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/21, em específico, no capítulo que trata da ampliação das garantias para obras e serviços de engenharia.



## Plano de ação Financiamentos e Fundos

- Colaborar com agências reguladoras na padronização do processo de qualificação/habilitação de fundos de investimentos interessados em participar de certames relacionados a investimentos de infraestrutura;
- Atuar juntos às instituições oficiais de crédito (BNDES, CEF, BB, BASA, BNB, entre outras) para definir modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura.
- Atuar junto ao mercado de capitais estabelecendo parceria com as entidades representativas desse mercado como ANBIMA e B3 para fomento do setor.
- Atuar junto aos investidores institucionais para ampliação de *funding* para projetos de infraestrutura. Exemplo: utilização de debêntures de infraestrutura tratadas no PL 2.646/2020.
- Promover a articulação com instituições multilaterais (BID, BIRD, NDB e CAF) para o apoio aos investimentos no setor.
- Estimular a realização de projetos direcionados a atividades econômicas que respeitem as pessoas e preservem o meio ambiente (finanças sustentáveis).
- Cooperar para o estabelecimento de critérios e parâmetros para projetos adequados para o fomento da financiabilidade do setor em linha com os pilares ESG (governança corporativa, ambiental e social) e mercado de carbono.
- Atuar para desenvolver seguros contra riscos não gerenciáveis, entre eles os riscos de variação cambial para captação de recursos externos, riscos políticos, de demanda e de crédito, em sintonia com o Instituto de Inovação de Seguros e Garantias da FGV (IIRS) do qual a ABDIB é membro do Conselho Consultivo.



## Plano de ação

### Riscos

- Analisar e propor mecanismos contratuais e extracontratuais que possam ser aplicados em projetos de infraestrutura para mitigação dos riscos que possam dificultar a atração de investimentos, entre os quais destacamos: climáticos extraordinários, políticos, crédito, demanda, variação cambial.
- Em ação conjunta com o Comitê Engenharia, discutir com o mercado segurador as melhores práticas para a adoção do BIM ou outras ferramentas tecnológicas para gestão e administração contratual, bem como da implementação dos temas voltados a matriz de riscos e ampliação das garantias previstas na Lei 14.133/21 Licitações e Contratos Administrativos.
- Contribuir na divulgação das vantagens na implementação do conceito de ESG como mecanismo de redução e otimização de riscos e seguros.

- Colaborar com o governo federal na implementação dos mecanismos Públicos para mitigar riscos não gerenciáveis que não são seguráveis pelo mercado segurador privado.



## Plano de ação

### Garantias

- Implementação do project finance non recourse ou limited recourse: intensificar os debates com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais sobre estruturas de seguros e garantias que podem ser utilizadas como alternativa às fianças bancárias pré-completion.
- Desenvolver canais de comunicação com agências reguladoras com o objetivo de melhorar a relação com mercado segurador, focando na eficiência da execução do seguro garantia.

# Legal e Tributário

## Coordenadores:

Lauro Celidônio Neto (Mattos Filho Advogados) e Marcio Alabarce (CCR)

## Objetivos

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da ABDIB, bem como aos demais comitês da entidade, em temas coletivos que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura. São três linhas de atuação. A primeira, prospectiva, visa o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas que impactem o setor. A segunda, reativa, visa solucionar problemas concretos enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. A terceira, de debate e aprofundamento das discussões acerca de questões legais e tributárias que estejam relacionadas à infraestrutura. O comitê também analisa e orienta a diretoria e associados da ABDIB sobre o ingresso da entidade como *amicus curiae* e outras medidas judiciais em temas de interesse coletivo da entidade.

## Plano de ação

- Acompanhamento da regulamentação das debêntures de infraestrutura.
- Acompanhamento de propostas legislativas de interesse dos associados, especialmente no que se refere à lei de concessões e à nova lei de licitações.
- Acompanhamento de novas modelagens, editais de concessão, especialmente no que concerne à matriz de risco.
- Acompanhamento de discussões judiciais relevantes acerca de temas ligados à infraestrutura, especialmente acerca da incidência de IPTU em imóveis em concessão, e adotar ações complementares às demais entidades setoriais.
- Acompanhamento da regulação de mercado de carbono, de modo a permitir o uso internacional desse mecanismo para financiamento e estruturação de projetos.
- Acompanhamento das discussões sobre renovação e relicitação dos projetos de concessão, especialmente junto ao TCU.
- Acompanhamento e aperfeiçoamento das regras sobre a utilização de precatórios para pagamento de outorgas, e implementação por Estados e Municípios.
- Acompanhamento de propostas relativas às agências reguladoras para evitar retrocessos.
- Acompanhamento da regulação da reforma tributária e atuação junto ao Congresso e Executivo, de modo a evitar retrocessos quanto à simplificação da tributação, aumento da carga tributária, especialmente durante o período de transição.
- Acompanhamento dos projetos de lei de reforma da legislação do Imposto de Renda, CSLL e tributação de dividendos.
- Acompanhamento e atualização sobre a implementação e eventuais discussões da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).



# Sustentabilidade

— **Coordenadora:**  
Marilene Ramos (Águas do Brasil)

— **Coordenadora-adjunta:**  
Cosette Xavier (Natturis)

## Objetivos

Fomentar o engajamento das empresas do setor de infraestrutura no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil nos Acordos Internacionais como de Paris e na implementação da Agenda ESG (governança corporativa, ambiental e social) buscando as melhores práticas ambientais, sociais e de governança. Discutir e acompanhar a estruturação e a implementação do Mercado de Carbono Regulado no Brasil. O Senado aprovou o projeto de lei nº 412/22, que tem como objetivo regulamentar o mercado de carbono no Brasil, estabelecendo um sistema de comércio (SBCE<sup>1</sup>). Este PL ainda voltará à Câmara e, após aprovado, seguirá a etapa de regulamentação.

Identificar, avaliar e apoiar o setor na busca de soluções dos problemas identificados no âmbito do licenciamento ambiental, nos diversos níveis federativos, que causam insegurança jurídica e conflitos judiciais devido à dubiedade ou ausência de legislação específica para a temática tratada, ausência de dados ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes para a padronização e disponibilização dos mesmos, ausência de cooperação e padronização de procedimento entre os órgãos intervenientes e órgãos licenciadores gerando compensações sem nexos causal com os impactos ambientais causados pela atividade licenciada.

Atuar para prevenir ou reverter a judicialização das disputas ambientais, trazendo as discussões para âmbito técnico proporcionado pela instância de mediação de conflitos.



Contribuir com as consultas públicas referentes aos editais de concessões e de consulta públicas de normas, procedimentos e projetos de leis nas temáticas socioambientais

## Plano de ação

- Avaliar os impactos do mercado regulado de carbono no setor de infraestrutura e atuar na sua regulamentação. As definições completas sobre o sistema de negociação do Brasil ainda precisam ser estabelecidas pelo Comitê Interministerial sobre Mudança Climática, assim como a composição do órgão de governança responsável por desenvolver e revisar anualmente o Plano Nacional de Alocação (PNA).
- Discutir os principais avanços e potenciais entraves para o setor de infraestrutura no Brasil na agenda do clima, inclusive na discussão sobre mercado de carbono.
- Promover a discussão sobre as melhores práticas ESG e o papel do setor de infraestrutura nas políticas relacionadas às mudanças climáticas e propor encaminhamentos.
- Estabelecer parcerias com os comitês setoriais e entidades atuantes na área de mudanças climáticas e economia do baixo carbono na avaliação das potencialidades e principais tecnologias voltadas para a sustentabilidade ambiental do setor de infraestrutura.
- Acompanhar e participar da discussão da política ambiental no nível federal e estadual, bem como dos projetos de lei e das normas infralegais relacionados ao licenciamento ambiental e à gestão ambiental de forma que contemplem as especificidades do setor de infraestrutura.
- Promover a discussão da agenda ESG (governança corporativa, social e ambiental) das empresas do setor de infraestrutura.
- Acompanhar a discussão sobre a Política de Responsabilidade Socioambiental nas instituições financeiras naquilo que afeta o financiamento ao setor de infraestrutura.
- Contribuir com os demais comitês da ABDIB na análise dos termos de referência nas audiências e consultas públicas para as concessões e PPPs de infraestrutura.
- Estabelecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais para buscar soluções técnicas e jurídicas no âmbito da mediação ambiental e na agenda ESG e de mudanças climáticas.



# Inovação

## Coordenador:

Maurício Endo (Aegea)



## Objetivos

Promover e incentivar a interação das empresas associadas da ABDIB com o ecossistema de inovação para acelerar a transformação dos projetos e serviços de infraestrutura por meio da aplicação de novas tecnologias disruptivas (automação, blockchain, data & analytics, Inteligência Artificial, Internet das Coisas etc.) objetivando aumentar significativamente a eficiência e a sustentabilidade dos projetos de infraestrutura nas fases de projeto, construção, financiamento, operação e manutenção dos ativos, e assim reduzir o déficit e melhorar a qualidade dos serviços da infraestrutura nacional.



## Plano de ação

- Organizar reuniões bimensais do Comitê de Inovação com especialistas de inovação e tecnologia para debater sobre novas tendências e tecnologias emergentes no Brasil e no mundo.
- Organizar, no segundo trimestre, o evento ABDIB Infratech Day 2024 com as empresas associadas classificadas no ranking das 150 empresas mais inovadoras do Valor Inovação 2023 para apresentar casos de sucesso e compartilhar as lições aprendidas.
- Organizar reuniões do Comitê de Inovação com representantes de órgão de Fomento à Inovação (FINEP, BNDES, EMBRAPII, etc.) para aproveitar os recursos subsidiados e a fundo perdido disponíveis.
- Realizar intercâmbio com hubs de inovação, tais como o IPT Open, Distrito e Cubo.
- Elaborar proposições de melhoria na regulação existente para acelerar a utilização de soluções inovadoras na implantação, financiamento, operação e manutenção da ativos de infraestrutura.



# Engenharia

## — Coordenador:

José Carlos Valsecchi (Arcadis Logos)

## — Coordenador-adjunto:

Mauro Viegas Neto (Concremat)



## Objetivos

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e, de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, melhorar o conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da ABDIB.



## Plano de ação

- Continuar o processo de aproximação com entidades coirmãs do setor de engenharia consultiva, tais como ABCE, FIDIC e SINAENCO, já convidadas e com assento no comitê, trocando informações, experiências e conhecimento de forma a promover uma atuação mais sinérgica e integrada.
- Discutir as novas tendências do mercado de engenharia, notadamente as relativas à sustentabilidade, inovação e automação.
- Discutir as implicações da nova Lei de Licitações principalmente as novas modalidades de seguro e continuar a luta contra contratações de menor preço para serviços especializados de engenharia.
- Realizar um workshop no primeiro semestre sobre inovação e automação.
- Realizar um workshop no segundo semestre sobre o estado da arte das práticas de engenharia relativas à mudanças climáticas.
- Iniciar discussões sobre posicionamento do comitê na COP 30, a ser realizada no Brasil em 2025.
- Ampliar o networking entre stakeholders dos diversos setores correlacionados à engenharia.
- Apoiar a Diretoria e Conselho da ABDIB na discussão das relevantes questões técnico-político-econômicas da nação.



# Transição Energética

— **Coordenador:**  
Antonio Bardella (Promon)

— **Coordenadora-adjunta:**  
Maria João Pereira Rolim  
(Rolim, Goulart, Cardoso Advogados)



## Objetivos

Influenciar a regulamentação em trâmite na esfera federal sobre temas que afetam a transição energética, bem como elaborar *roadmap* para vetores selecionados pelo comitê em 2023.



## Plano de ação Grupo de Trabalho Crédito de Carbono

- Nivelamento com apresentação específica sobre o tema.
- Acompanhar as pautas e atuais PLs referentes à criação e adoção de mercado de carbono brasileiro.
- Avaliar os impactos e oportunidades originadas de mercados compulsórios e voluntários na indústria de base, bem como os impactos tributários sobre a comercialização de títulos de emissão de carbono.
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das negociações e ações voltadas ao desenvolvimento do mercado de carbono e mecanismos estabelecidos no Acordo de Paris.



## Plano de ação Grupo de Trabalho de Biocombustíveis e BECCS (captura e armazenamento de carbono) no processo produtivo

- Nivelamento dos conceitos de BECCS, mantendo o foco em setores de difícil abatimento/longa distância – aviação e marítimo.
- Elaboração de *roadmap* de biocombustíveis selecionados (biogás, SAF, etanol de 2ª geração, hidrogênio de baixo carbono).
- Elaboração de *roadmap* para utilização de BECCS.



## Plano de ação Grupo de Trabalho de Eletrificação

- Elaboração de *roadmap* considerando as tecnologias e infraestruturas necessárias para eletrificação de transportes de longa distância.
- Grupo de Trabalho NBS (Soluções Baseadas na Natureza).
- Nivelamento dos conceitos de NBS, incluindo os temas controversos em discussão atualmente.
- Elaboração de *roadmap*.

# Diversidade e Inclusão

— **Coordenador:**  
Sérgio Garcia (Arteris)

— **Coordenador-adjunto:**  
Cintia Torquetto



## Objetivos

Apoiar a ABDIB na construção de um ambiente favorável às práticas ligadas à diversidade e inclusão no setor de infraestrutura, por meio da conscientização das empresas associadas, com o objetivo de influenciar a construção de uma sociedade mais justa, baseada nos principais pilares da diversidade e inclusão.



## Plano de ação

- Incentivar a participação de classes sub-representadas nos fóruns da ABDIB, especialmente nos Conselhos.
- Observar a diversidade e inclusão em cada e em todas as atividades desenvolvidas pela ABDIB (de representações institucionais a congressos, etc).
- Estabelecer parcerias com entidades promotoras da diversidade e inclusão no Brasil.
- Desenvolver o Guia de melhores/piores práticas de diversidade e inclusão no setor de infraestrutura (empresas e em projetos de infraestrutura).
- Promover eventos de conscientização sobre o tema.
- Desenvolver programa executivo de treinamento sobre diversidade e inclusão para empresas associadas e não associadas.
- Elaboração de termo de compromisso das empresas associadas como promoção da diversidade e inclusão nas empresas.
- Rever o código de conduta e regimentos para inclusão de premissas que contemplem pilares da diversidade.
- Criar condições e promover contratações de pessoas de classes sub-representadas como colaboradores da ABDIB.
- Desenvolver projeto com apoio de consultoria para aprimoramento e detalhamento do plano de ação.



# Estratégico do Setor Elétrico

— **Coordenador:**  
Luiz Otávio Assis Henrique (EDP)

— **Coordenador-adjunto:**  
Luiz Felipe Falcone (EDP)

## Objetivos

Para 2024, o comitê propõe o acompanhamento e o diálogo qualificado a respeito da agenda regulatória do setor elétrico, com análise de impactos nos diversos segmentos da indústria do setor elétrico e atuação com a administração pública, instituições e agentes setoriais.

## Plano de ação

- Propor, atuar e participar, com autoridades do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia (matriz de energia em transformação).
- Acompanhar e propor questões relacionadas à transformação da matriz energética do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- Aprofundar, propor e estruturar os critérios de sustentabilidade nas operações do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil.
- Acompanhar e atuar nos temas da agenda regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para prorrogação das concessões, remuneração dos serviços de geração e condições sustentáveis para a abertura de mercado no curto prazo.
- Acompanhar e propor ações que mantenham as regras gerais de equilíbrio dos contratos de concessão, dando continuidade às discussões relacionadas aos eventos extraordinários, incluindo os efeitos dos eventos climáticos extremos.
- Atuar em prol da modernização do setor elétrico nos processos regulatórios e legislativos, notadamente o PL 414/2021, possíveis novas propostas e agenda infra legal necessária para a regulamentação.
- Atuar para o estabelecimento das condições regulatórias para a transição sustentável e garantia das condições de equilíbrio e agilidade para a abertura do mercado de energia elétrica, com o tratamento das questões estruturantes (ex. sobrecontratação, supridor de última instância, separação entre fio e energia, tarifa binômia).
- Contribuir com a agenda prioritária a ser estabelecida pela administração pública e regulador, em prol da segurança jurídica e medidas de desenvolvimento produtivo e competitivo do setor.
- Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- Acompanhar e propor ações para integração entre setores correlatos, com benefícios integrados.
- Acompanhar e propor ações para inserção de novas tecnologias integradas, com destaque para a mobilidade elétrica, armazenamento de energia, novas fontes e visão integrada com foco no cliente.

# Geração de energia

## — Coordenador:

Carlos Adolfo de Souza Pereira



## Objetivos

Identificar, propor e apoiar medidas que viabilizem investimentos de expansão e modernização da transmissão, bem como ações que visam garantir a sustentabilidade para o setor de transmissão de energia elétrica.



## Plano de ação

- Aprimorar e consolidar o modelo regulatório. Contribuir proativamente nos temas da agenda regulatória do setor de transmissão de energia elétrica visando seu aprimoramento e consolidação, atuando no sentido de influenciar construtivamente e promover amplo debate para que o setor se torne cada vez mais atrativo, eficiente e estável, com foco no respeito aos contratos e na previsibilidade regulatória. Nesse sentido, serão acompanhadas com bastante ênfase o estabelecimento de diretrizes e processos para as concessões vincendas de transmissão.
- Fortalecer a transmissão para a transição energética. O especial momento de forte transição energética no sistema elétrico nacional, decorrente de processos de descarbonização e de maciça utilização de novas fontes de geração renováveis, impõe uma reavaliação das funções e dos recursos tecnológicos aplicáveis ao setor de transmissão de energia, preservando a valorização dos atributos do SIN, explorando novas soluções e promovendo debates que propiciem a seleção de técnicas e das melhores práticas observadas internacionalmente.
- Buscar competitividade e liberdade econômica. A forte expansão e modernização do sistema de transmissão exige uma cadeia de fornecimento pujante e competitiva, em condições e prazos compatíveis com os planos e necessidades dos empreendimentos. Nesse sentido, exerce permanente diálogo a articulação junto aos órgãos de governo, associações de fornecedores e de fabricantes, instituições financeiras etc., de forma a garantir as condições necessárias para a efetivação dos programas de expansão e modernização da transmissão, sempre privilegiando princípios de liberdade econômica vigentes.
- Maior confiabilidade e flexibilidade do SIN. Promover ambiente colaborativo de disseminação das melhores práticas operativas e de melhoria contínua do serviço prestado. Liderar ações efetivas para o aperfeiçoamento do marco regulatório associado a qualidade das Funções Transmissão – FT em Corrente Alternada e a correta aplicação do conceito de caso fortuito ou de força maior, com especial atenção às questões decorrentes de eventos climáticos extremos.
- Segurança dos bens e instalações do SIN. Buscar a implementação pelo Estado de política de prevenção e combate contra ações criminosas que atingem as instalações de transmissão, consideradas como infraestruturas críticas do País, buscando envolver forças de segurança de âmbito federal em coordenação com segmentos de segurança de outros níveis governamentais, visando ágil resposta nos casos em que se fizer necessário.
- Governança setorial: manter permanente diálogo com as diversas instituições do setor elétrico, tendo em vista o papel fundamental da entidade como representante do setor de infraestrutura nacional, buscando estabelecer de canal permanente de interlocução com entidades como MME, EPE, ONS e ANEEL, além de outras instituições afins.

# Iluminação Pública

## Coordenadores:

Gustavo Gusmão (EY) e  
Adriana Tavares (Tozzini Freire)



## Objetivos

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando à modernização da iluminação pública e outras funcionalidades associadas nos municípios brasileiros, particularmente incentivando a adoção de boas práticas de estruturação, regulação e financiamento de PPPs em iluminação pública.



## Plano de ação

- Propor e executar ações visando à consolidação de um ambiente regulatório robusto para o setor de iluminação pública.
- Debater e disseminar propostas para incorporar e viabilizar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes como receitas acessórias nos contratos de PPPs de iluminação pública, inclusive no que concerne à modelagem dos projetos e a eventuais dispositivos que inibam propostas irrealistas nas licitações.
- Debater os impactos da Reforma Tributária para o setor de iluminação pública.
- Incrementar ações de promoção e divulgação das PPPs de iluminação pública como modelos eficientes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento de parques de iluminação pública nos municípios brasileiros, com consequentes impactos para a melhoria de vida nas áreas urbanas.
- Realizar estudos e diagnósticos visando a aperfeiçoar aspectos de modelagem, licitação e gestão de projetos de PPPs de iluminação pública.
- Diagnosticar e propor melhorias aos mecanismos de financiamento a PPPs de iluminação pública.
- Identificar e disseminar inovações referentes ao setor de iluminação pública.
- Debater e estudar mecanismos de IA (Inteligência Artificial) e como a conexão com 5G pode desenvolver e modernizar as PPPs de iluminação pública.
- Monitorar a gestão de contratos de PPP em IP identificando descumprimentos contratuais recorrentes e incidência de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro.
- Acompanhar o desenvolvimento dos projetos de PPP em 2024 com objetivo de monitorar e avaliar a adoção de boas práticas do mercado, desafios enfrentados pelos *players*.



# Rodovias

— **Coordenador:**  
Gustavo Barreto (CCR)

— **Coordenador-adjunto:**  
Luis Baeta (Aroeira Salles Advogados)



## Objetivos

Garantir condições para realização dos investimentos públicos e privados em rodovias necessários para atender a demanda logística no país.

Contribuir e incentivar para melhoria contínua regulatória do setor de rodovias, no âmbito nacional e subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos em novos projetos e em projetos existentes.

Discutir e disseminar boas práticas relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social, inovação, governança no setor de rodovias, associada à estrutura financeira e de garantias dos projetos.

Apoiar interlocução assertiva, técnica e fundamentada com agentes públicos e privados no setor de rodovias.



## Plano de ação

O plano de ação do Comitê de Rodovias tem periodicidade anual e está estruturado em 4 (quatro) pilares, alinhados aos objetivos estratégicos do comitê e dos quais sairão ações específicas, tais como: reuniões de trabalho, workshops, notas técnicas, posicionamentos, entre outros. Os pilares para o plano de ação são:

### Segurança jurídica e regulatória

— Contribuir para avanço de normas técnicas relevantes com impacto setorial em rodo-



vias, especialmente no âmbito de mecanismos formais de participação social.

— Incrementar discussões sobre a governança e segurança jurídica no âmbito estadual e municipal, disseminando boas práticas regulatórias, como a criação, revisão e consolidação do arcabouço normativo.

### Diálogo e consensualismo entre o poder público e agentes regulados

— Propor melhorias no programa de concessões de rodovias e políticas públicas, com vistas a trazer sustentabilidade e competitividade para novos projetos.

— Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU), para evolução nas modelagens de projetos e soluções consensuais nos âmbitos da corte de contas.

- Acompanhar e contribuir com diálogo transparente e técnico com parlamentares, demandas estruturantes e projetos de lei que impactam o setor de rodovias.
- Propor discussões sobre fóruns de soluções consensuais na administração pública, como Advocacia Geral da União, Controladoria Geral da União, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Tribunal de Contas de Mato Grosso, e sua replicabilidade em outras esferas, inclusive subnacionais.

### Financiabilidade e planejamento dos projetos de infraestrutura

- Ampliação da oferta de modelos de project finance, com o aumento da oferta de parcial ou non recourse, já praticados no mercado internacional.
- Ampliar o diálogo para incentivar a realização de investimentos públicos nas rodovias não concedidas, com foco em mecanismos de financiamento público e vinculação de receitas/outorgas.
- Ampliar a possibilidade de exploração de receitas acessórias no âmbito das rodovias concedidas, de modo a permitir maior atratividade aos ativos licitados.
- Contribuir para a elaboração de políticas públicas de planejamento de médio e longo prazos destinados ao setor de rodovias.

### ESG e Inovação

- Participar ativamente na formulação de propostas vinculadas às agendas climáticas, visando o desenvolvimento de infraestruturas resilientes, sustentáveis e alinhadas com uma economia de baixo carbono.
- Contribuir efetivamente para os debates acerca da inovação e da replicabilidade de casos bem-sucedidos no âmbito do setor rodoviário.



# Ferrovias

## — Coordenador:

Julio Fontana Neto (Rumo)

## — Coordenador-adjunto:

Davi Barreto (ANTF)



## Objetivos

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente (por meio da prorrogação dos contratos em vigor), em ampliação da malha (com novas concessões e autorizações), obtenção de regimes especiais de benefícios, com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo.



## Plano de ação

- Identificar e encaminhar ao Poder Executivo as necessidades de ajustes para que o novo regime de autorização para exploração do transporte ferroviário ganhe concretude e tenha sinergia positiva com o atual subsistema ferroviário nacional.
- Endereçar solução para cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre bens públicos arrendados da União.
- Contribuir, de forma geral, para a modernização da regulação, notadamente no apoio à ANTF na implementação da autorregulação técnico operacional do setor ferroviário.
- Acompanhar e apoiar os processos de prorrogação (antecipada ou ordinária) dos contratos de concessão, como FCA, Malha Sul e Ferrovia Teresa Cristina.
- Atuar na reforma tributária para assegurar que seja benéfica ou neutra para o setor, isto é, para que não haja aumento da carga tributária sobre investimentos e serviços em infraestrutura de transportes.
- Acompanhar e contribuir para que se tenha uma regulação adequada para a devolução de trechos antieconômicos.
- Acompanhar e contribuir para a retomada das autorizações ferroviárias.
- Acompanhar e contribuir para que o Projeto de Políticas para Ferrovias tenha um sentido de melhorar a atual regulação e planejamento do setor ferroviário no país.
- Colaborar para garantir a prorrogação dos benefícios de PIS/COFINS e do direito ao creditamento sobre combustíveis (óleo diesel), por ao menos mais 12 meses.
- Contribuir para garantir a manutenção do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) por pelo menos dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2024, medida importante para concretizar a política de infraestrutura de transportes na qual estão previstos investimentos com renovações das concessões ferroviárias, com novas ferrovias e com leilões de terminais portuários.
- Colaborar para garantir o reequilíbrio dos contratos em razão do aumento do preço dos insumos relacionados aos investimentos obrigatórios e assegurar o reajuste dos tetos tarifários em razão da alta dos preços dos principais insumos e do diesel.



## Portos

— **Coordenador:**  
Antonio Carlos Sepulveda  
(Santos Brasil)

— **Coordenador-adjunto:**  
José Augusto de Castro  
(Tozzini Freire Advogados)

### Objetivos

Promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.

### Plano de ação

O setor portuário brasileiro experimentou desenvolvimento substancial a partir de sua modernização com a aprovação da lei nº 8.630/1993, e posteriormente com a lei nº 12.815/2013, ambas reduzindo progressivamente as restrições à movimentação de cargas de terceiros em terminais privados.

Há, todavia, alguns pontos do atual marco jurídico dos portos que podem ser aprimorados. O Comitê de Portos da ABDIB propõe-se a atuar com base nos seguintes pilares:

- Aprimoramento da governança / gestão portuária: o setor enfrenta um histórico déficit técnico na administração dos portos públicos, especialmente a partir das regras para escolha de diretores e conselheiros. Além disso, há relevantes dificuldades de gestão em função das regras de contratação pública aplicáveis às companhias docas. Há necessidade de aprimoramento destas normas.

- Redução do custo de captação para investimentos: as taxas de juros no Brasil estão entre as mais altas do mundo, inclusive para realização de investimentos. Mecanismos como as recentemente aprovadas debêntures de infraestrutura são ótimas iniciativas, que requerem expansão.

- Redução da carga tributária: o Congresso Nacional aprovou recentemente a reforma tributária, que busca simplificar o sistema tributário brasileiro, embora ainda não haja indicativo claro de redução da carga de tributos. Atualmente, o REPORTO é um dos mecanismos de contenção da carga aplicável à aquisição de equipamentos para o setor portuário e ferroviário, que torna viáveis diversos investimentos no setor. É preciso tornar o REPORTO uma política perene, sem necessidade de discussão e esforço institucional para sua manutenção a cada par de anos.

- Descarbonização: o movimento global por descarbonização cobra igualmente do setor portuário sua parcela, que passa por: (i) redução da “pegada de carbono” não só no próprio terminal, mas em sua cadeia de suprimentos; (ii) preparação para recebimento de embarcações de baixa emissão de carbono. É impossível buscar medidas nesta direção.

Para 2024, o comitê tem planejadas as seguintes atividades:

- Conclusão do trabalho do grupo de trabalho especial que irá propor medidas à liderança do Ministério dos Portos e Aeroportos, com foco nos pilares acima descritos.
- Realização de reuniões periódicas de seus membros com convidados especialistas (do setor público e do setor privado) nos temas com pertinência temática com os pilares do comitê.

# Aeroportos

## — Coordenador:

Marcelo Allain (BR Infra Group)

## Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

## Plano de ação

- Acompanhamento das pautas do novo governo e propostas para apoio ao setor aéreo, como uso do FNAC e sobre papel da INFRAERO.
- Acompanhar os processos de relicitação e repactuação de concessões aeroportuárias, em especial dos aeroportos de Galeão (GIG) e Viracopos (SP), bem como a conclusão da relicitação do ASGA (RN).
- Analisar os impactos de mudanças tributárias, tendo em vista a regulamentação dos novos impostos IBS e CBS sobre o setor aéreo.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e redução de emissões CO2 no setor aeroportuário.



# Mobilidade Urbana

## Coordenadores:

Juliana Criscuolo (CCR)  
e Pedro Campos (CCR)



## Objetivos

Manter a ABDIB como interlocutora com competência reconhecida para discussão de questões vinculadas à mobilidade urbana, em particular nos grandes centros metropolitanos, servindo de ambiente de discussão setorial, inclusive apoiando ações destinadas à concepção de mecanismos de gestão, como autoridades metropolitanas de transportes (AMT).

Discutir e garantir condições para realização dos investimentos públicos e privados em mobilidade urbana necessários para atender a demanda no país.

Contribuir com a melhoria contínua regulatória do setor e incentivá-la, no âmbito nacional e subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos em novos projetos e em projetos existentes.

Discutir e disseminar boas práticas relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social, inovação, governança no setor de mobilidade, associada à estrutura financeira e de garantias dos projetos.



## Plano de ação

- Promover fóruns visando a difusão de projetos em mobilidade urbana.
- Participar e promover fóruns de discussões, compartilhar o resultado de estudos com autoridades públicas e outros interessados a fim de difundir e contribuir com a consti-



tuição de AMTs, considerando a importância da estruturação de um regime jurídico adequado para as regiões metropolitanas, inclusive para suportar e viabilizar a estruturação de projetos de mobilidade.

- Identificar principais fatores que, além da inexistência de uma AMT, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo propostas que possam ser apresentadas e discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado, com destaque para os que assegurem o cumprimento das obrigações pecuniárias por parte do poder concedente e a segurança jurídica dos contratos.
- Promover fóruns e discutir, com agentes do setor e o poder público, as estruturas de garantias públicas para projetos de mobilidade urbana.
- Promover discussões sobre marcos regulatórios vigentes, em consulta pública e em tramitação nos poderes legislativos.
- Promover discussões e desenvolver propostas de medidas efetivas para contribuir com a diminuição de crimes relacionados a atos de vandalismo e roubos de cabos de energia no transporte público.

# Indústria e Relações Internacionais

## — Coordenador:

Luis Mosquera (Siemens)

## — Coordenador-adjunto:

Daniel Godinho (WEG)



## Objetivos

Em 2024, o comitê pretende aprofundar discussões e ações no âmbito do MDIC na execução da política industrial no País — integrada numa estratégia de desenvolvimento econômico a ser discutida com o setor privado — com foco no aumento da competitividade e produtividade, aproveitando, inclusive, as novas oportunidades que surgem no contexto de transição energética rumo a uma economia mais verde.

Ao mesmo tempo, o Comitê irá acompanhar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.

- Promover debates para elaboração de políticas públicas de comércio exterior visando à uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Trabalhar, em conjunto com o Comitê de Inovação, para a obtenção de mais recursos públicos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Colaborar com a reforma tributária para favorecer a agenda do desenvolvimento industrial.
- Contribuir para a formulação de política industrial, que englobe fomento e inovação, em consonância com as melhores práticas internacionais ASG e a economia de baixo carbono.
- Debater e trabalhar pela implantação de tecnologias modernas (por exemplo: tecnologia 5G, segurança cibernética, mobilidade elétrica, transição energética). Convidar especialistas para debater essas tecnologias.
- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.
- Acompanhar e participar das ações e interesses da infraestrutura e indústrias de base no âmbito do B20 e COPs 29 e 30.



## Plano de ação

- Aprofundar o relacionamento e o desenvolvimento de trabalhos com entidades voltadas para o setor industrial, como FIESP, CNI, IEDI e CEBRI.
- Discutir e sugerir ações para compatibilizar a política industrial à política macroeconômica.
- Acompanhar e propor ações de política pública no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
- Propor a implantação de programas de qualificação de mão de obra e formação/fomento à educação.
- Promover a reedição do Seminário da Indústria com a participação de especialistas nacionais e internacionais.

# Petróleo e Gás Natural

— **Coordenador:**  
Em definição

## Objetivos

Promover, apresentar e apoiar iniciativas que desenvolvam o setor, com destaque para medidas que impulsionam oportunidades de negócio para empresas produtoras de hidrocarbonetos e companhias fornecedoras de bens e serviços.

## Plano de ação

- Trabalhar para impedir que prosperem medidas que afetem negativamente as condições de atratividade do E&P brasileiro, com destaque à regulamentação do Imposto Seletivo sobre extração, comercialização e importação e exportação de hidrocarbonetos, prevista para o primeiro semestre de 2024.
- Contribuir com iniciativas que façam avançar a agenda regulatória da ANP para o biênio 2024-25, de modo a assegurar a plena operacionalização da Lei do Gás.
- Aprimoramento do processo de licenciamento ambiental e de planejamento da oferta de blocos exploratórios das rodadas da ANP, assegurando previsibilidade aos agentes econômicos.
- Simplificação da tributação do setor de gás natural, à luz da nova estrutura de mercado.
- Apoiar iniciativas e políticas públicas que permitam o avanço da exploração e produção dos recursos não convencionais do Brasil, com destaque para a unificação das fases de exploração e produção do licenciamento ambiental nos órgãos ambientais dos estados.
- Estimular a construção de soluções negociadas para temas controversos que hoje afetam o setor de transporte de gás natural, respeitando sempre princípios de concorrência, isonomia e transparência.
- Contribuir para formulação de políticas públicas que impulsionem a construção de projetos de infraestrutura que contribuam para ampliar o consumo de gás natural do País, pautadas sempre pela racionalidade econômica.
- Apoiar e estimular medidas que ampliem o conhecimento geológico das bacias terrestres de nova fronteira.
- Apoio à continuidade do plano de desinvestimentos de ativos da Petrobras e a cessão de direitos dos campos maduros, de baixo potencial de produção e riscos reduzidos.
- Defesa da manutenção da liberdade de preços, da livre negociação entre as partes, da livre iniciativa e da segurança jurídica e regulatória no setor, o que inclui mecanismo de mercado estável para o reajuste de preço dos derivados, condição necessária para um mercado com multiplicidade de agentes, diversidade de modelos de negócio e preços alinhados ao mercado internacional.



# Recursos Hídricos e Saneamento Básico

— **Coordenador:**  
Rogério Tavares (Aegea)

— **Coordenador-adjunto:**  
Daniel Keller (Una Partners)



## Objetivos

Monitorar e propor ações setoriais voltadas ao cumprimento das metas de universalização do atendimento, em 2033/2040, previstas no marco legal.



## Plano de ação

- Articular a realização de seminários/workshops para discussão dos principais temas do setor, com atores do governo federal, estados, municípios, associações, organismos multilaterais e instituições financeiras.
- Acompanhar o processo de edição de normas de referência para regulação setorial, conduzido pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA), encaminhando, quando couber, sugestões para o aprimoramento dos textos levados à consulta pública.
- Monitorar os processos de regionalização da prestação de serviços de saneamento, participando com sugestões para que ganhem efetiva viabilidade.
- Incentivar o desenvolvimento de modelagens diversificadas de parceria, entre operadores públicos e privados, para a prestação de serviços de saneamento, focando o alcance das metas de universalização.
- Examinar, em articulação com o Comitê de Finanças, estruturas de project finance, que tenham sido ou venham a ser implementadas, em financiamentos de bancos de fomento.
- Contribuir nas discussões sobre a nova versão do Decreto regulamentador da Lei 11445/2007 (substituirá o Decreto 7217/2010), que será submetida à consulta pública, pelo MCidades.
- Monitorar propostas no setor de recursos hídricos, notadamente segurança hídrica e reuso, além de abordagens sobre a questão da resiliência hídrica, em função de situações de escassez decorrentes das mudanças climáticas.
- Propor programa de visitas, para associados ABDIB, às diversas experiências de participação privada na prestação de serviços de saneamento.
- Colocar em discussão alternativas para equacionar os problemas da drenagem urbana, por meio de parcerias com o setor privado (pressuposto básico é a tarifação dos serviços e cofaturamento com serviços de água e esgoto).



# Resíduos Sólidos

— **Coordenador:**  
Carlos Villa (Solvi)

— **Coordenador-executivo:**  
Pedro Maranhão (ABREMA)



## Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para a modernização do setor e também para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades e discutidas com a sociedade de forma a retratar as necessidades setoriais. Dentre os temas que são objeto do comitê, estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da governança pública e a busca de uma maior segurança jurídica para a atividade empresarial no setor de resíduos sólidos.



## Plano de ação

- Dialogar com a sociedade a respeito da importância da sustentabilidade do setor tendo como base em publicações técnicas a respeito da implementação da cobrança tarifa/taxa dos serviços para o desenvolvimento sustentável de resíduos sólidos nas cidades, implementando a figura do usuário pagador (poluidor-pagador).
- Contribuir com os projetos de lei que impactam o setor, que tratam de temas como saúde e segurança na atividade profissional de limpeza, regulamentação do marco regulatório do saneamento básico e regras para contratação pública, entre outros.
- Continuar acompanhando os julgamentos do Supremo Tribunal Federal (embargos de declaração da decisão do STF que impediu a implantação e operação de aterros sanitários em áreas de proteção permanente) e manifestações por *amicus curiae* (julgamento de recurso contra a cobrança de tarifa por concessionária de serviços de limpeza urbana na cidade de Joinville-SC).
- Fortalecer o MTR eletrônico (Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos) nos diferentes estados já implantados e acelerar a implantação em novos estados fortalecendo a parceria na gestão do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos).
- Acompanhar o desenvolvimento do mercado de carbono nacional, reconhecendo o papel mitigador do setor, mantendo o Brasil na condição de gerador/vendedor para atender às demandas de compensação no Brasil e em outros países, por meio dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).
- Seguir com as ações previstas no plano de ações feito a partir do planejamento de comunicação do setor de resíduos sólidos, promovendo eventos em estados brasileiros e fomentando parcerias com diversos segmentos da sociedade.
- Fomentar o Panorama e o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) como importantes ferramentas de gestão e apontando a importância da cobrança para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em linha com o marco legal do saneamento básico e com o atingimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para gestão e manejo de resíduos sólidos assumidas pelo governo brasileiro, permitindo a erradicação de cerca de 3 mil lixões.

# Infrasocial

- **Coordenador:**  
Ramon A. Pimenta Ferreira (Accenture)
- **Coordenador-adjunto:**  
Luciene Machado (BNDES)



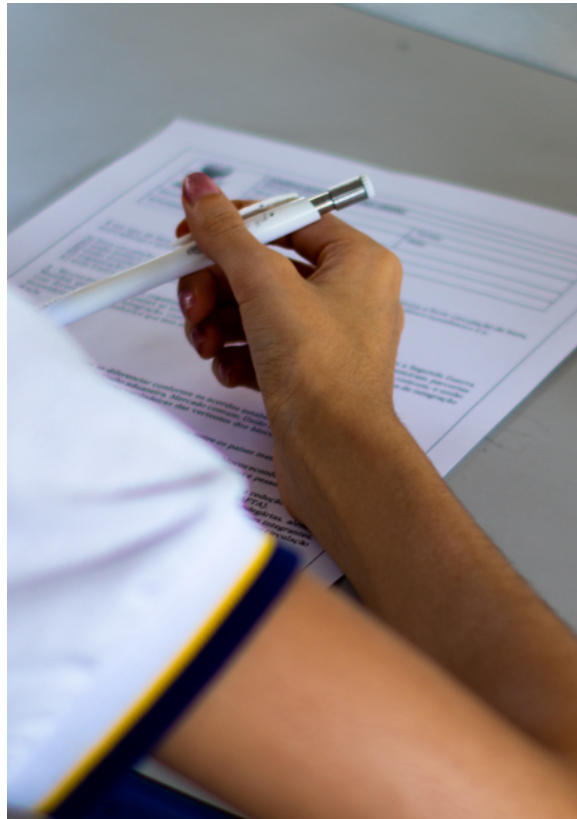
## Objetivos

Discutir temas relacionados com as concessões e Parcerias Público Privadas nas áreas de educação, saúde, segurança pública e recreação. Esta iniciativa se destina a incorporar ao escopo os temas relacionados com essa área, que tem se aberto cada vez mais para o lado privado e em sintonia com as evoluções constantes da economia e com as oportunidades geradas pelos projetos inovadores.



## Plano de ação

- Apresentação e discussão do trabalho gerado no GT-1.
- Definição de plano de ações, a partir dos eventos e discussões do GT1.
- Estruturação de um modelo de garantias robusto para os projetos.
- Consolidação dos mecanismos de financiamentos, incluindo a possibilidade de emissão de debêntures.
- Revisão dos limites legais de recursos públicos investidos em PPPs de Infrasocial, a exemplo do teto de 5% da Receita Corrente Líquida dos municípios que pode ser investida em PPPs.
- Pacote de alterações legislativas para viabilizar PPPs, incluindo questões tributárias.
- Estudo Benefícios e Vantajosidade das PPPs de Infrasocial em andamento.
- Elaboração de um Guia de Melhores Práticas para os projetos.
- Estudos das possibilidades de inserção de tecnologia e inovação em PPPs.
- Discussões sobre o escopo das PPPs. Exemplo: Inclusão da bata azul (saúde) e implicações do novo marco regulatório (educação).
- Interlocução com stakeholders e agentes dos setores de Infrasocial.
- Aprimoramento do mecanismo para dar escala aos projetos e permitir a sua replicabilidade.
- Estruturação de um Guia de Boas Práticas.
- Contato com FNP (Frente Nacional dos Prefeitos).
- Contato com a UNOPS.



## ENCONTROS E DEBATES

## As vozes da infraestrutura

Em 2023, os comitês da ABDIB receberam um total de 110 autoridades, empresários e especialistas que trataram dos principais temas da infraestrutura

A importância dos debates promovidos pela ABDIB pode ser medida pela qualidade dos convidados para as reuniões dos Comitês. Ao longo de 2023, a entidade recebeu autoridades, acadêmicos, consultores, concessionários, executivos e advogados que apresentaram suas ideias e seus argumentos a respeito da situação da infraestrutura. Veja quem esteve conosco e o que disse cada um de nossos convidados.



**Agnes Maria de Aragão da Costa**, diretora da ANEEL, participou da reunião do Comitê de Transição Energética no dia 13 de setembro. Ela apontou a importância da política energética ser aderente à realidade dos países. De acordo com a diretora, nesse desenho é fundamental que o país não aceite uma narrativa que não faça parte de sua realidade. “Cada país tem seus desafios e realidades, que devem ser considerados no planejamento para a transição energética”, disse.



**Alessandra Ribeiro**, da Tendências Consultoria, estimou na reunião do Comitê Legal e Tributário do dia 14 de junho que a Reforma Tributária terá um impacto entre 4% e 20% do PIB em 15 anos. “Também está previsto um choque de produtividade de, em média, 0,4 ponto percentual em relação ao cenário básico, com efeito de 10% em 10 anos”. Além disso, deverá aumentar a capacidade de investimento, com redução de custos e aumento da competitividade.



**Alessandro Octaviani Luís**, titular da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) participou, ao lado de João Augusto Cordovil Carneiro, do IFC, (ver nota nesta seção) da reunião do Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias, no dia 25 de maio. Ele destacou o esforço da SUSEP no sentido de compreender os gargalos do mercado segurador e afirmou que a superintendência deverá propor reformas institucionais para ampliar a oferta de produtos que aumentem a segurança nas contratações para os projetos de infraestrutura.



**Alexandre Pessatte**, Secretário Executivo de Parcerias Estratégicas na Prefeitura de Recife, participou da reunião do Comitê de Infrassocial do dia 10 de novembro. Ele apresentou o Projeto de Atenção Primária de Recife (PE) (PPP 100% Saúde da Família), que tem como principal objetivo a expansão do acesso à Saúde da Família gratuita e de qualidade com o atendimento de 100% da população SUS do município. O projeto conta com 41 unidades de saúde da família, com infraestrutura para alocar 127 equipes de saúde e 127 equipes de saúde bucal.



**Alexandre Zucarato**, diretor de Planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), apresentou ao Comitê de Transmissão do dia 2 de março os principais desafios para o setor nos próximos anos. “Há um descompasso entre a transmissão e a geração, que cresce de forma descentralizada, especialmente no que se refere às fontes renováveis”. Na visão de Zucarato, os desafios exigem, além de investimentos, soluções de gestão, de engenharia e de tecnologia para otimizar a rede de transmissão e aumentar a eficiência dos equipamentos.



**André Luiz Freire**, do escritório Mattos Filho, em companhia de seus colegas advogados **Henrique Lago** e **Renato Di Dio**, participaram da reunião do Comitê de Aeroportos do dia 15 de agosto. Eles falaram do andamento dos processos de repactuação das concessões após a conclusão do processo e a publicação do acórdão referente a esse tema pelo Tribunal de Contas da União.



**André Luis G. A. Pimenta**, secretário de Planejamento e Parcerias de Angra dos Reis (RJ), na reunião do Comitê de Iluminação Pública no dia 20 de abril, falou sobre as oportunidades de investimentos no município e apresentou o projeto de I.P. concedido ao consórcio Luz de Angra, liderado pela Enel X e integrado pela Selt Engenharia e pela Mobit Brasil. O objetivo é modernizar e gerenciar o sistema do município, que conta com mais de 21 mil pontos de iluminação em LED. Entregue à concessionária, o serviço significa uma economia de R\$ 6 milhões por ano para o caixa da companhia.



**Bernardo Figueiredo**, da BF Projetos, participou da reunião do Comitê de Ferrovias do dia 1º de agosto e analisou as necessidades mais urgentes da malha ferroviária do Brasil. O país, segundo ele, precisa que a malha conecte os pontos estratégicos da cadeia produtiva nacional e amplie para as cargas gerais o uso do modal, atualmente concentrado em grãos e minérios para exportação — que respondem por 90% do volume transportado pelas ferrovias.

## AS DEBÊNTURES DA INFRAESTRUTURA



**Arnaldo Jardim**, (Cidadania/SP), deputado federal e presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, visitou a sede da ABDIB no dia 27 de janeiro para um encontro com o presidente-executivo, Venilton Tadini, e a diretoria-executiva da associação. Na reunião, foi apresentado a Jardim a edição de 2023 do Livro Azul da Infraestrutura — o mais completo e abrangente levantamento sobre concessões e parcerias público-privadas feito no país. Além disso, o deputado apresentou os principais pontos da agenda legislativa da infraestrutura para 2023.

Jardim voltou à entidade no dia 20 de setembro e participou da reunião do Conselho Consultivo do dia 20 de setembro. Na ocasião, manifestou otimismo em relação ao andamento no Congresso das pautas de interesse do setor de infraestrutura. Jardim expressou satisfação com a aprovação pelo Senado, na sessão do dia anterior, 19 de setembro, do projeto que cria as debêntures de infraestrutura, voltadas para os investidores institucionais, como os fundos de pensão. O projeto havia sido aprovado na Câmara em 2020 e, por ter sofrido alterações no Senado, foi submetido mais uma vez à apreciação dos deputados — que o aprovaram em dezembro.



**Christiano Vieira da Silva**, diretor de operação do Operador Nacional do Sistema, participou no dia 5 de outubro, na sede da ABDIB, de uma reunião que contou com a presença de cerca de 40 membros associados que integram o Comitê de Transição Energética. A reunião tratou das perspectivas do ONS em relação ao crescimento da participação da energia gerada por fontes renováveis no Sistema Interligado Nacional. Entre os pontos levantados pelo diretor, está a manutenção da confiabilidade do sistema diante da expansão que virá a partir dos investimentos de R\$ 60 bilhões previstos para os próximos anos em três novas linhas de transmissão.



**Cláudio Frischtak**, presidente da Inter B Consultoria Internacional, analisou na reunião do Comitê de Ferrovias do dia 5 de setembro os principais aspectos do projeto da EF-170, a Ferrogrão. Ele concluiu que o projeto apresenta inconsistências que, na prática, inviabilizam sua execução. A modelagem do projeto atual estima um gasto de capital de R\$ 10,68 bilhões e 9 anos para implantação. “Nossos estudos mostram, no entanto, que as despesas podem chegar a R\$ 37 bilhões e um prazo de implantação próximo a 25 anos”, afirmou.



**Constanza Biasutti**, Gerente de Comércio e Integração Internacional, e **Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro**, Gerente de Relações Internacionais, da CNI, participaram do Comitê de Indústria e Relações Internacionais, em 27 de setembro. Elas apresentaram a metodologia de trabalho e os objetivos do B20 – fórum destinado a promover o diálogo entre os governos dos países do G-20 com a comunidade empresarial desses países. Uma das funções do B20 é propor recomendações políticas ao G20. Para o setor industrial brasileiro, participar das discussões de políticas em diferentes áreas pode ser uma oportunidade para influenciar nas discussões junto às principais economias do mundo.



**Christian Davis**, diretor de operações da Spline, na reunião do Comitê de Iluminação Pública do dia 15 de junho destacou a importância das receitas acessórias nos projetos administrados por consórcios municipais do setor. “Elas são o foco principal das concessionárias no projeto”, disse. Outra possibilidade a ser explorada é a da geração de receita por meio de publicidade, a partir do fornecimento de internet nas praças públicas.



**Daniella Ambrosi**, da Marsh Corretora, falou na reunião do Comitê de Iluminação Pública do dia 16 de março sobre os principais desafios e soluções na estruturação de produtos voltados para o mercado de I.P. “Trata-se de um serviço novo, que traz novos desafios, como, por exemplo, o enquadramento da atividade em relação ao risco operacional.” Por essa razão, a seguradora desenvolveu uma matriz com escala de riscos e análise de probabilidades que devem ser levadas em conta na atividade. O objetivo da matriz é melhorar a comunicação entre os stakeholders e deixar mais claros os riscos de cada etapa da operação.



**Davi Barreto**, ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), apresentou na reunião do Comitê de Rodovias do dia 24 de fevereiro um balanço do trabalho realizado durante seu mandato encerrado na semana anterior. Um dos pontos destacados por Barreto foi o avanço na qualidade do relacionamento da agência com as concessionárias privadas de rodovias. Também houve, na avaliação do ex-diretor, avanços de natureza regulatória, com uma melhoria na elaboração de projetos e contratos a partir de critérios mais claros e razoáveis. Davi Barreto também participou da reunião do Comitê de Ferrovias no dia 15 de dezembro e falou sobre as metas e desafios do setor ferroviário para 2024.



**Dany Lima de Oliveira**, diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês), apresentou na reunião do Comitê de Aeroportos do dia 26 de setembro dados sobre a recuperação do mercado aéreo brasileiro — que tem o quarto maior mercado doméstico do mundo — depois da pandemia da Covid-19. Lima afirmou que a movimentação de passageiros em 2023 confirma a recuperação iniciada em 2022 e supera os números anteriores à pandemia, referentes a 2019. Segundo ele, o Brasil teve em 2023 o melhor mês de agosto da história, com 8,5 bilhões de RPK — unidade de demanda do mercado aéreo e que se refere ao número de passageiros pagos por quilômetro voado. Em agosto de 2019, o índice foi de cerca de 8 bilhões de RPK.



**Eduardo Nali** pelo BNDES, Arthur Felipe Rodrigues da Silva e Américo Ary Peixoto, pela CAIXA, e Emiliano Portela, pelo Banco do Nordeste, participaram da reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 26 de abril. Eles discutiram as linhas de financiamento oferecidas por cada instituição e se aprofundaram na questão da necessidade de ampliação das fontes de recursos existentes.



**Eduardo Corrêa Tavares**, secretário nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, foi o convidado da reunião conjunta dos Comitês de Infrassocial e de Resíduos Sólidos realizada no dia 9 de maio. Ele falou sobre as fontes de financiamento para aterros sanitários e para hospitais, escolas, parques e outros equipamentos relacionados com a infraestrutura social.

**Edson Martinez**, da auditoria ambiental da Associação Paulista de Municípios, na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 28 de junho, manifestou preocupação em relação à forma de gestão dos resíduos pelos municípios. “Alguns prefeitos reconhecem que sequer têm planos para essa situação.” Muitos municípios encaminham seus resíduos para valas e não para aterros adequados. Para ele, está clara a necessidade de se elaborar um planejamento que leve à solução definitiva do problema.



**Eduardo Viegas**, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO); **Ricardo Gomes**, presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); e **Henrique Aragão**, presidente da Federação Panamericana de Consultores FIDIC Latin America (FEPAC), participaram da reunião do Comitê de Engenharia no dia 23 de maio, onde foram discutidas formas de se estabelecer ações de sinergia entre as associações. Entre os pontos de atuação definidos está o trabalho pela regulamentação da Nova Lei de Licitações (14.133/2021).



**Elbia Gannoum**, presidente executiva da ABEEeólica, participou da reunião do Comitê Estratégico do Setor Elétrico realizada no dia 2 de outubro. Em sua opinião, a energia eólica e a solar vão definir a matriz elétrica global nos próximos anos. Os chineses, a partir de 2027, pretendem ter 100 GW adicionais, com crescimento de 30% em energia eólica. Em 2022, a China representou 47% das novas instalações onshore no mundo. No mesmo ano, o Brasil ocupou a terceira posição, com um potencial de mais de 1,4 TW a ser explorado em eólicas onshore e offshore.



**Eliane Detoni**, Secretária Especial de Parcerias Estratégicas do Estado do Mato Grosso do Sul, apresentou na reunião do Comitê de Desestatização do dia 18 de abril os principais avanços da carteira de concessões e PPPs em seu estado. Ela deu ênfase aos cuidados com a estruturação de projetos, como os da concessão do Bioparque Pantanal e da coleta e destinação adequada de resíduos sólidos na área de saúde. A secretária também destacou a preocupação do estado com a boa execução e com o aperfeiçoamento da regulamentação dos novos contratos. Também participaram da reunião, para falar do avanço das concessões e PPPs em seus estados, Diogo Bezerra, Secretário do Gabinete de Projetos Estratégicos do Governo de Pernambuco, e Gabriel Fajardo, da Secretaria de Parcerias e Concessões do Estado do Rio Grande do Sul.



**Evaldo Azevedo**, Coordenador de Saneamento da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), destacou na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 28 de junho o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, realizado pelo consórcio SP Ambiental. O plano tem 48 metas e cada uma delas leva em conta a gestão de resíduos, economia circular, construção civil, saneamento, saúde e outros critérios.



**Erika Zoeller**, gerente de Diversidade da Engie Brasil e responsável pelas ações da empresa na área para a América do Sul, participou da reunião do Comitê de Diversidade e Inclusão, no dia 19 de outubro. Ela apresentou os principais pontos de um programa que começou a ser desenvolvido pela empresa quatro anos atrás. O programa foi assumido pela alta direção da empresa — que se envolve diretamente na tomada de decisões relacionadas ao tema da diversidade e inclusão. Para a Engie, a pauta é essencial para o sucesso dos esforços que a tornarão líder internacional da transição energética.



**Fabrizio Pierdomenico**, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, analisou na reunião do Comitê de Portos do dia 9 de maio os planos para desenvolvimento dos terminais do país e avaliou as condições para incremento dos investimentos no setor. Segundo ele, os portos precisam ser pensados dentro de uma política de Estado, preservando seu papel público e a vocação estratégica para o desenvolvimento. Nesse modelo, segundo o secretário, a desestatização da Autoridade Portuária não interessa ao país.



**Felipe Cunha**, representante da CAIXA, participou da reunião do Comitê de Iluminação Pública do dia 23 de novembro e apresentou a carteira de iluminação pública do banco, incluindo projetos em consórcio municipal. Os 26 projetos do banco para o setor beneficiam 11 milhões de pessoas e têm um CAPEX estimado de R\$ 1,37 bilhões.



**Fernando Bernardes**, representante da Central de Custódia da Logística Reversa de Embalagens, contextualizou na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 29 de março a questão da destinação correta de resíduos de óleo contaminados e de equipamentos elétricos, conhecidos como PCB (sigla em inglês para "Bifenilas Policloradas"). O tema faz parte de uma agenda do Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que trata da destinação adequada desses materiais, atendendo ao protocolo firmado na convenção de Estocolmo.



**Fernando Feitosa**, representante da ANTT, destacou na reunião do Comitê de Rodovias no dia 26 de setembro o andamento do Regulamento de Concessões Rodoviárias. O RCR 1, segundo ele, simplificou a regulação no setor. Já o RCR 2 tratou de temas relacionados a bens, obras e serviços nos contratos de concessão. O RCR 3 trouxe como uma das principais inovações a adoção do mecanismo de cobrança por fluxo livre (*free flow*) em rodovias. O RCR 4 traz tratativas de fiscalização e penalidades. E, por último, o RCR 5 trará questões importantes sobre encerramento dos contratos, como os critérios para a relicitação e caducidade, por exemplo.



**Fernando Xavier**, sócio do escritório de advocacia Machado Meyer, compartilhou, na reunião do Comitê de Diversidade e Inclusão realizada no dia 31 de agosto, os desafios na vida pessoal e profissional de se apresentar como um homem gay no ambiente de trabalho. Xavier relatou sua experiência ao assumir-se homossexual dentro do ambiente corporativo e descreveu a importância, para esses profissionais, de contar com um ambiente acolhedor dentro das instituições.



**Gabriel Fajardo**, Secretário Adjunto de Parcerias do Rio Grande do Sul, participou da reunião do Comitê de Infrassocial, no dia 4 de agosto, e fez uma atualização do andamento dos projetos de parcerias do estado. Fajardo destacou o projeto de concessão de dois blocos de rodovias, com CAPEX estimado de R\$ 10 bilhões nos quais deverá ser implantado o sistema *free flow*. Isso possibilitará a melhora do fluxo e restringirá a cobrança da tarifa de pedágio aos trechos efetivamente percorridos das rodovias.



**Gentil Nogueira**, Secretário de Energia Elétrica, participou da reunião do Comitê de Transmissão realizada no dia 18 de setembro. Ao longo de sua apresentação, o Secretário destacou a importância da transmissão no contexto de transição energética. O sistema brasileiro de energia foi construído com base nos potenciais de geração e de consumo. Nos últimos anos, o sistema mudou, com a necessidade de incorporação das fontes eólica e solar da região Norte e Nordeste ao mercado consumidor nas regiões Sul e Sudeste. E, por isso, é fundamental o sucesso dos leilões de transmissão em 2023 e 2024.



**George Santoro**, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, **Leonardo César Ribeiro**, Secretário Nacional de Transportes Ferroviários, e **Fernanda de Godoy Penteado**, Diretora do Departamento de Outorgas Rodoviárias, participaram da reunião do Comitê de Desestatização do dia 6 de setembro, que contou com a participação de integrantes do Comitê de Ferrovias e do Comitê de Rodovias. Na pauta, a carteira de desestatização do Ministério. No caso das rodovias, está prevista para os próximos três anos a otimização de pelo menos 15 contratos de concessões rodoviárias, com a previsão de investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões. Cerca de R\$ 11 bilhões deverão ser investidos até 2025. O número de concessões previstas para o próximo ano pode chegar a 12.





**George Yun**, Coordenador Geral de Projetos Especiais e Mudança de Clima do Ministério dos Transportes, participou da reunião do Comitê de Rodovias realizada no dia 4 de dezembro e apresentou o Estudo AdaptaVias. Trata-se de um estudo realizado pelo Ministério dos Transportes que tem o objetivo de realizar um levantamento dos impactos e riscos da mudança do clima sobre a infraestrutura federal de transportes terrestres (rodovias e ferrovias) existente e projetada.



**Guilherme Zanetti Rosa**, diretor do Departamento de Planejamento e Outorga de Transmissão e Distribuição de Energia e Interligações Internacionais do Ministério das Minas e Energia, participou da reunião do Comitê de Transmissão do dia 9 de novembro e falou sobre a expansão do setor elétrico nos próximos dez anos. Ele lembrou que, em março deste ano, o MME teve sua estrutura alterada. O DPOTI é ligado à Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento, juntamente com outros três departamentos. Entre eles, o responsável pela Transição Energética.



**Guilherme Bara**, da MAC Consultoria, participou da reunião de inauguração do Comitê de Diversidade e Inclusão realizada no dia 18 de maio. Portador de deficiência visual, ele trabalha com a implantação de políticas de inclusão em empresas de grande porte. Esse tema, segundo ele, precisa ser incluído pelas organizações entre as políticas de governança e da estratégia de gestão.



**Gustavo Albuquerque**, Procurador Geral da ANAC, participou da reunião do Comitê de Aeroportos realizada no dia 18 de outubro e fez uma análise do papel do consensualismo na resolução de conflitos. De acordo com o procurador, a arbitragem tem ocupado espaço crescente na solução de pendências. Atualmente, existem nove processos em andamento na Secex Consenso, sendo dois referentes ao setor de aeroportos. O desafio é estabelecer limites para que as resoluções estabelecidas sejam aceitas pelo mercado.



**Heloisa Borges Bastos**, diretora de Estudos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis da EPE, participou da reunião do Comitê de Transição Energética do dia 24 de agosto. Ela falou sobre o papel do gás na transição energética e as perspectivas de investimento no Brasil. Ela também analisou o perfil das emissões que, no Brasil, é distinto do perfil global. Atualmente, no Brasil, o uso da terra e a agricultura respondem por 62% das emissões líquidas de gases de efeito estufa. No mundo, esse percentual é de apenas 15%.



**Jesualdo Conceição da Silva**, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, participou da reunião do comitê de Portos, no dia 21 de novembro. Ele apresentou a agenda dos aprimoramentos necessários para o setor portuário nos próximos anos. Entre as prioridades da associação, está a defesa do aperfeiçoamento da gestão das autoridades portuárias.



**João André Sarolli**, chefe de coordenação da Unidade Gestora de Parcerias do Paraná, na reunião do Comitê InfraSocial do dia 10 de novembro, falou sobre as perspectivas do Governo do Estado para concessões e Parcerias Público Privadas para o setor nos próximos anos.



**João Augusto Cardovil Carneiro**, do IFC, participou da reunião do Comitê de Financiamento, Riscos e Garantias no dia 25 de maio, ao lado de Alessandro Octaviani Luís, superintendente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (ver nota nesta seção, na página 111). Carneiro fez um balanço das ações da instituição, que é o braço do Banco Mundial para o setor privado, no que diz respeito à infraestrutura e destacou a posição do Brasil nos projetos do IFC. “Nosso foco está nos países em desenvolvimento e o Brasil é o segundo maior, em volume de projetos”, disse.



**Jorge Bastos**, presidente da Infra S.A., falou na reunião do Comitê de Ferrovias do dia 6 de junho do papel da empresa — que é o resultado da fusão da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) com a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias. Entre os trabalhos sob responsabilidade da Infra, está o novo Plano Nacional de Logística, que deverá ser elaborado com participação da iniciativa privada.



**José Di Bella Jr.**, da DBM Pesquisa e Projetos, participou da reunião do Comitê de Portos do dia 9 de maio. Ele analisou os modelos de concessão portuária adotados no mundo e comparou a eficiência de cada um deles. No caso do Porto de Santos, ele destacou a necessidade de aprofundamento dos estudos jurídicos, especialmente em relação à concessão dos serviços de zeladoria.



**Juan Ladeira**, diretor da ARCADIS, **Anderson Dutra**, sócio da KPMG, e **Marcus Macedo**, especialista em energia da AON, discutiram os avanços e as possibilidades da transição energética na reunião do Comitê de Engenharia realizada no dia 28 de março. Para Ladeira, a guerra entre Rússia e Ucrânia e a pandemia da Covid-19 levaram países desenvolvidos a acelerar a busca por fontes renováveis de geração. As características da matriz energética e as condições naturais conferem vantagens ao Brasil. Dutra destacou a importância da eficiência energética. Macedo, por fim, apontou os desafios na gestão dos riscos dos projetos frente aos desafios do processo de transição energética.



**Juliano Noman**, Secretário Nacional de Aviação Civil, participou da reunião do Comitê de Aeroportos no dia 25 de maio. Em pauta, relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal, o primeiro leilão do gênero realizado no país. O aeroporto foi arrematado pela Zurich Airport pelo valor de R\$320 milhões, o equivalente a 41% sobre o lance mínimo. Noman atualizou, também, a situação em que as relicitações de Viracopos, em Campinas, e Galeão, no Rio de Janeiro, se encontravam àquela altura.



**Karen Valle**, líder do programa de diversidade da Siemens, esteve presente na reunião do Comitê de Diversidade e Inclusão do dia 28 de setembro, que teve como objetivo a apresentação da experiência de diversidade da Siemens. O objetivo do programa é promover a diversidade, a inclusão e o engajamento no ambiente de trabalho. A equipe da Siemens dedicada ao tema conta com mais de 100 colaboradores no Brasil, que trabalham de forma voluntária.



**Leonardo Pereira**, Chefe do Departamento de Estruturação de Projetos do BNDES, e Andrea Soares, Gerente de Projetos do banco, participaram da reunião do Comitê de Infraestrutura Social do dia 25 de abril. Eles apresentaram detalhes do projeto de PPP em Educação do município de Recife. O projeto prevê a construção de 40 novas unidades de educação infantil por meio de Parceria Público Privada (PPP). As novas creches-escolas deverão atender cerca de 9 mil alunos com idade de zero a cinco anos, em período integral.



**Leonardo Branco**, representante do BNDES na reunião do Comitê de Iluminação Pública realizada no dia 23 de novembro, apresentou a carteira do banco no setor. De acordo com ele, o BNDES atuou em 10 projetos de iluminação pública, sendo 9 já assinados, com CAPEX estimado de R\$ 1,8 bilhões. Ressaltou, ainda, que o banco atua em municípios com no mínimo 300 mil habitantes, o que limita sua atuação nessa modalidade de projetos.



**Leonardo Ribeiro**, Secretário Nacional de Ferrovias, defendeu na reunião do Comitê Ferrovias do dia 4 de abril a necessidade de novos investimentos no setor. “O Brasil precisa de choque de realidade e de investimentos”, disse ele. A quantidade de malha ferroviária sofreu retrocesso histórico e a malha hoje é inferior à que existia nos anos 1970. Com base em números levantados pela ABDIB, Ribeiro destacou a necessidade de investimentos de R\$ 196,2 bilhões em transporte e logística — sendo R\$ 30,8 bilhões desses recursos apenas para a construção de ferrovias.



**Luciana Costa**, diretora de Infraestrutura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, participou no dia 12 de junho, na sede da ABDIB, da reunião do Comitê de Financiamento, Riscos e Garantia, em conjunto com os comitês de Transição Energética e de Sustentabilidade. Na apresentação, foram discutidas as mudanças que deverão ser postas em prática na política de financiamento para o setor pelo banco de fomento.



**Lucien Belmonte**, Superintendente da ABIVIDRO, participou da reunião do Comitê de Resíduos Sólidos realizada no dia 29 de novembro e falou sobre o mercado de créditos de logística reversa e reciclagem. O índice de reciclagem no Brasil está estagnado, o que torna fundamental a captura de novos resíduos para essa finalidade. Essa necessidade envolve soluções de engenharia e, por consequência, recursos para seu desenvolvimento. Por isso, é importante que seja adotado um modelo de créditos da reciclagem.



**Luciene Machado**, superintendente de Estruturação de Projetos do BNDES, apresentada na reunião do dia 7 de março como nova coordenadora-adjunta do Comitê de Infraestrutura Social, disse que o banco “está comprometido com a modelagem e a estruturação de projetos em infraestrutura social e, em especial, no assessoramento aos estados e municípios”.

**Luís Claudio Everton**, Secretário Nacional de Inclusão Socioeconômica do Ministério de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), disse ao Comitê de Infraestrutura Social, na reunião do dia 7 de março, que a pasta não limitará sua atuação ao gerenciamento dos projetos existentes. “O ministério será ativo na elaboração de projetos de inclusão social”. Everton foi designado pelo titular da pasta, ministro Wellington Dias, para participar dos trabalhos do comitê em nome do ministério.



**Mailson da Nóbrega**, economista e ex-ministro, participou da reunião do Conselho de Administração do dia 14 de junho. Falou sobre os projetos de Reforma Tributária sobre o consumo em tramitação no Congresso e analisou seus possíveis impactos sobre a economia. O ex-ministro fez uma avaliação do sistema tributário brasileiros, que, na sua opinião, é “o pior do mundo”.



**Manoel Renato Machado Filho**, Secretário Adjunto de Infraestrutura Social e Urbana da Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos, falou na reunião do Comitê de Infraestrutura Social de 3 de fevereiro sobre o remanejamento do PPI para a Casa Civil da Presidência da República. Machado destacou que desde a criação do programa, em 2016, sua estrutura vem se mantendo inalterada em todas as alterações de organograma. Ele também apresentou os instrumentos federais de apoio à estruturação de concessões e parcerias e os fundos que, somados, ultrapassam R\$ 1 trilhão.



**Marcello Serafini e João Paulo Pereira**, representantes da TIM Brasil, participaram da reunião do Comitê de Iluminação Pública no dia 19 de outubro. Eles apresentaram as iniciativas da empresa relacionadas a IoT e suas funcionalidades voltadas ao mercado de *smart cities*. O uso de luminárias inteligentes permitirá que o sistema obedeça às rotinas estabelecidas pela concessionária em termos de consumo e manutenção. O sistema permitirá, por exemplo, fazer manutenções preditivas e otimizar todo o processo de gestão.



**Maria Eugênia Buosi**, Sócia de ESG Financial Risk Management da KPMG, participou da reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 28 de junho e apresentou o KPMG ESG Yearbook Brasil 2023. O documento foi elaborado por investidores, gestores de recursos e especialistas, que analisaram as práticas ambientais, sociais e de Governança corporativa de 200 maiores empresas listadas na B3, a bolsa de valores brasileira sediada em São Paulo.



**Mariana de Assis Espécie**, diretora do Departamento de Transição Energética do Ministério das Minas e Energia, participou da reunião do Comitê de Transição Energética realizada no dia 3 de outubro e fez uma contextualização do Plano de Transição Energética em curso na instituição. De acordo com ela, o grande objetivo do programa em estruturação é fazer da energia um elemento propulsor do desenvolvimento sustentável do país, com ênfase na reindustrialização. Uma transição com menos emissão de carbono e, principalmente, com segurança energética.



**Marina Grossi**, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), esteve na reunião do Conselho de Administração da ABDIB do dia 9 de agosto. Economista, ela é uma das mais destacadas autoridades brasileiras em sustentabilidade e falou sobre o impacto no setor privado do Plano de Transição Ecológica do governo. O plano conta com seis eixos estruturantes: Finanças Sustentáveis; Bioeconomia; Transição Energética; Adensamento Tecnológico; Economia Circular e Infraestrutura Verde e Saneamento.



**Marilene Ramos**, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Águas do Brasil e coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da ABDIB, falou na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 28 de junho sobre a evolução da agenda ESG na empresa. Entre metas estabelecidas para 2033, estão a perda de no máximo 25% da água tratada, a proteção de mananciais, a certificação ISO 14001 para todas as concessionárias da empresa e a maior participação de mulheres e negros em cargos de gestão.



**Nivalde de Castro**, professor do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participou da reunião do Comitê de Geração realizada no dia 23 de novembro. Ele apresentou um estudo sobre o armazenamento via Usinas Hidrelétricas Reversíveis.



**Odilon Amado**, Supervisor de Sistema MTR na Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA), participou da reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 26 de setembro que apresentou como tema central o sistema MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) e a necessidade de avanço para a implantação do sistema em nível nacional. Amado fez uma contextualização do sistema – que é autodeclaratório. Ou seja, o único responsável pelos dados do MTR é o gerador de resíduos.

**Otávio Fernandes**, Coordenador de Regulação de Resíduos Sólidos da Agência Nacional de Águas (ANA), e Alexandre Anderáos, representando a Superintendente de Regulação de Saneamento Básico da ANA, Cíntia Leal Marinho De Araújo, estiveram na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 30 de agosto. Eles falaram sobre as normas de referência em resíduos sólidos já editados pela agência para os avanços previstos no Novo Marco Legal do Saneamento.



**Paulo Petroni**, presidente do Instituto Rever, participou da reunião do Comitê de Resíduos Sólidos realizada no dia 29 de novembro e falou sobre o mercado de créditos de logística reversa e reciclagem. Petroni disse em sua apresentação que, atualmente, existe um grande mercado a ser desenvolvido, com capacidade de retirar da informalidade pessoas da classe mais vulnerável que atuam com a reciclagem.



**Pedro Bruno**, Secretário da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais, participou da reunião do Comitê Infrassocial realizada no dia 6 de outubro, juntamente com a Subsecretária de Parcerias, Fernanda Alen. Eles apresentaram a carteira de projetos do Estado para os próximos anos. Bruno destacou que, atualmente, estão em execução na carteira de projetos do Estado 19 contratos, que representam R\$ 23 bilhões em investimentos. "Só em rodovias temos neste ano mais de R\$ 1,5 bilhões em investimentos em projetos concedidos."



**Pedro Capeluppi**, secretário de Parcerias e Concessões do Rio Grande do Sul, apresentou na reunião do Comitê de Aeroportos do dia 21 de junho o programa de concessão dos terminais dos municípios de Passo Fundo e de Santo Ângelo. A perspectiva era a de que os aeroportos fossem licitados ainda em 2023, com investimentos de R\$ 86 milhões. Da carteira de projetos do Estado, também constam escolas, hospitais e novas rodovias no programa.



**Ricardo Oliveira**, gerente executivo da CAIXA, participou da reunião mensal do Comitê de Iluminação Pública do dia 1º de setembro. Ele é o responsável pelas PPP's de Iluminação Pública e de Infraestrutura Social na instituição. Na apresentação, ele destacou a carteira de projetos em estruturação pelo banco. Os 71 projetos em diferentes estágios somam investimentos estimados de R\$ 30 bilhões.



**Ricardo Maito**, advogado e sócio do escritório Tozzini Freire, analisou na reunião do Comitê Iluminação Pública do dia 17 de agosto os impactos da Reforma Tributária nos projetos do setor. Adriana Ferreira, também sócia do Tozzini Freire, fez uma atualização das decisões judiciais em torno da PPP de Iluminação Pública no município de São Paulo.



**Roberto Falco**, diretor de T&D da Accenture, falou na reunião do Comitê de Inovação realizada no dia 10 de março sobre a tecnologia 5G e seu impacto sobre a indústria. Ele apontou as oportunidades para o setor neste momento em que a indústria se vê diante de novas exigências e de novos desafios. “A tecnologia 5G deve responder ao desafio de uma energia mais distribuída e renovável, com impacto na operação e manutenção das redes”, afirmou.



**Rodrigo Sauaia**, presidente-executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), participou da reunião do Comitê de Transição Energética do dia 20 de setembro. De acordo com ele, o Brasil conta com uma matriz energética diversificada e composta pelas fontes hídrica, eólica e biomassa. Nos últimos anos, o país aumentou consideravelmente a participação da energia solar fotovoltaica, com investimentos de R\$ 159 bilhões desde 2012. Isso melhorou significativamente sua posição no ranking mundial no uso dessa fonte.



**Silvia Cabral**, da Norte Energia, na reunião do Comitê de Resíduos Sólidos do dia 28 de junho, falou dos aspectos relacionados com as práticas ESG na Usina de Belo Monte — que, em capacidade plena de geração, fornece eletricidade para 50 milhões de pessoas. Maior hidrelétrica 100% nacional, Belo Monte gera energia limpa e renovável. Os investimentos em sustentabilidade na área sob responsabilidade da Norte Energia tiveram início antes que a usina entrasse em operação, em 2019, e já exigiram investimentos de R\$ 6 bilhões.



**Ronaldo Gomes Carmona**, assessor especial da diretoria de Inovação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), acompanhado pelo superintendente de Inovação, William Rospadowski, participou da reunião conjunta dos Comitês Inovação, Indústria e Relações Internacionais do dia 3 de agosto. A empresa tem hoje um orçamento de R\$ 10 bilhões para investimentos e pratica uma taxa de juros de 2% ao ano.



**Thiago Cardoso**, representante da Boston Consulting Group (BCG), apresentou na reunião do Comitê de Ferrovias do dia 7 de fevereiro um estudo global que coloca o Brasil entre os cinco maiores países na emissão de carbono, considerando todas as emissões. Em relação aos transportes, o país ocupa a sétima posição e responde por 3% das emissões no mundo, sendo o sétimo país nas emissões em transportes. Dentro do modal de transportes, ferrovias é o modal mais sustentável e uma mudança na emissão pelo setor passa por uma maior participação das ferrovias no transporte de cargas.



**Thiago Barral**, Secretário de Planejamento e Transição Energética do Ministério das Minas e Energia, teve presença destacada nas reuniões e eventos da ABDIB no primeiro semestre do ano. Antes de participar do painel sobre Transição Energética no **ABDIB Fórum 2023**, realizado no dia 12 de abril, (ver seção neste relatório), ele já havia comparecido à reunião do Comitê de Transmissão realizada no dia 6 de abril, onde apontou os principais desafios para o setor de transmissão frente à expansão da geração nos próximos anos. “Os investimentos na infraestrutura de transmissão são essenciais para o sucesso da integração de geração renovável e da transição energética, com competitividade e confiabilidade”.

Barral também compareceu e foi o principal expositor do workshop Desafio da Transição, realizado no dia 11 de maio na sede da ABDIB, em São Paulo. O evento foi presencial e discutiu temas que mobilizam o setor em razão do volume expressivo de investimentos necessários para implantação das novas linhas que deverão ser seus leilões concluídos em 2024.



**Thiago Dourado**, superintendente de transmissão da EPE, participou da reunião do Comitê de Transmissão realizada no dia 3 de agosto, e fez uma análise do Programa de Expansão da Transmissão (PET) e do Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP), ciclo 2023. De acordo com Dourado, estão previstos mais de R\$ 77 bilhões de investimentos no próximo ciclo de transmissão.



**Thiago Guilherme Ferreira Prado**, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), participou da reunião do Comitê Transmissão no dia 11 de dezembro e falou sobre o setor de transmissão no horizonte de planejamento do setor elétrico.



**Thomas Jefferson Gonçalves**, Secretário de Parcerias e Investimentos do Tocantins, atualizou na reunião do Comitê Infrassocial do dia 2 de junho os projetos e as oportunidades de investimento nesse setor no Estado. Ele ressaltou a importância do projeto de PPP do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina. “A PPP surge da necessidade de melhorar a qualidade do atendimento, tendo em vista a precariedade das instalações atuais”, destacou.



**Thomaz Toledo**, diretor-presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), destacou na reunião do Comitê de Sustentabilidade do dia 28 de fevereiro, da qual também participou o subsecretário executivo da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, Anderson Oliveira, o esforço de modernização da empresa, que é o principal braço executor da Secretaria de Meio Ambiente. Esse esforço incluiu a realização de concurso público para recomposição do quadro de pessoal e permitir a melhoria da operação. Oliveira, por sua vez, apontou entre os principais objetivos da secretaria as privatizações da EMAE e da SABESP.



**Tiago Pereira**, diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, e **Jacqueline de Azevedo Silva**, gerente de Outorgas de Infraestrutura Aeroportuária da instituição, participaram da reunião conjunta dos comitês de Aeroportos e de Desestatização, realizada no dia 15 de fevereiro. Na pauta, o andamento dos processos de relicitação dos aeroportos de São Gonçalo do Amarante, ASGA, em Natal (RN), Viracopos, em Campinas (SP) e do Galeão, no Rio de Janeiro (RJ). Também foi feito um breve histórico dos processos de relicitações rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias pelo advogado Rodrigo Barata, da Madrona Advogados.



**Wallace Moreira Lima**, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), participou da reunião do Comitê de Indústria no dia 19 de junho. No encontro, que também contou com a presença de integrantes dos comitês de Inovação e de Relações Internacionais, Moreira Lima apresentou a estrutura da Secretaria e traçou o plano de trabalho para alcançar a neointustrialização proposta pelo titular da pasta – o vice-presidente da República e ministro Geraldo Alckmin. .



**Valter Frigieri Júnior**, Diretor de Planejamento e Mercado da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) defendeu na reunião do Comitê de Rodovias do dia 31 de março os benefícios na utilização do concreto no pavimento das vias urbanas e das rodovias. Ele destacou, por exemplo, a alta durabilidade, os melhores resultados para o meio ambiente e a viabilidade econômica, devido aos aumentos sucessivos dos preços dos materiais asfálticos.



**Waneska Barboza**, Secretária de Saúde de Aracaju, e os representantes do IFC, Tomas Anker, e do BNDES, Leonardo Pereira, apresentaram na reunião do comitê de Infraestrutura Social no dia 7 de março o projeto de PPP de Atenção Primária em Saúde na capital sergipana. O projeto abrange 19 unidades de saúde e prevê investimentos de R\$ 135 milhões até 2045. O OPEX médio anual é estimado em R\$ 69,7 milhões.



## EDUCAÇÃO CORPORATIVA

## Cursos para formação de profissionais da infraestrutura

O programa Educorp, da ABDIB, que completa 20 anos em 2024, oferece capacitação aos interessados em atuar em um dos setores que mais crescem na economia do país

Criado há 20 anos, o programa de Educação Corporativa da ABDIB tem o objetivo de atender às demandas das empresas associadas — que necessitam desse suporte para complementar a formação dos executivos, técnicos e especialistas que atuam na área de infraestrutura. Ao longo dessas duas décadas, milhares de profissionais participaram das aulas que, a partir de 2020 — devido à pandemia da Covid-19 —

passaram a ser ministradas por meios digitais. Isso proporcionou mais agilidade e permitiu que pessoas de todo o país se inscrevessem no programa. A importância do programa pode ser medida pela quantidade de matriculados nos programas Educorp. No ano passado, 275 profissionais participaram dos cursos — um crescimento expressivo em relação aos 146 alunos de 2022.

### CURSOS OFERECIDOS EM 2023

#### Regulação Econômica em Infraestrutura | Nível I

→ Daniel Keller

→ 06/03/2023

#### Seguros e Garantias para Infraestrutura

→ André Dabus

→ 19/07/23 e 29/11/23

#### Project Finance

→ Fernando Fleury

→ 12/04/23 e 03/08/23

→ Duas turmas

#### Regulação Econômica em Infraestrutura | Nível II

→ Daniel Keller

→ 18/09/2023

#### Modelagem de Investimentos em Projetos de Infraestrutura

→ Gabriela Engler

→ 15/05/2023

#### Modelos de Regulação e Equilíbrio Econômico Financeiro

→ Fernando Marcato

→ 03/10/2023

#### Concessões e PPPs em Saneamento

→ Gesner Oliveira

→ 11/04/2023

## CURSOS PREVISTOS 2024



### Modelagem de Investimentos em Projetos de Infraestrutura

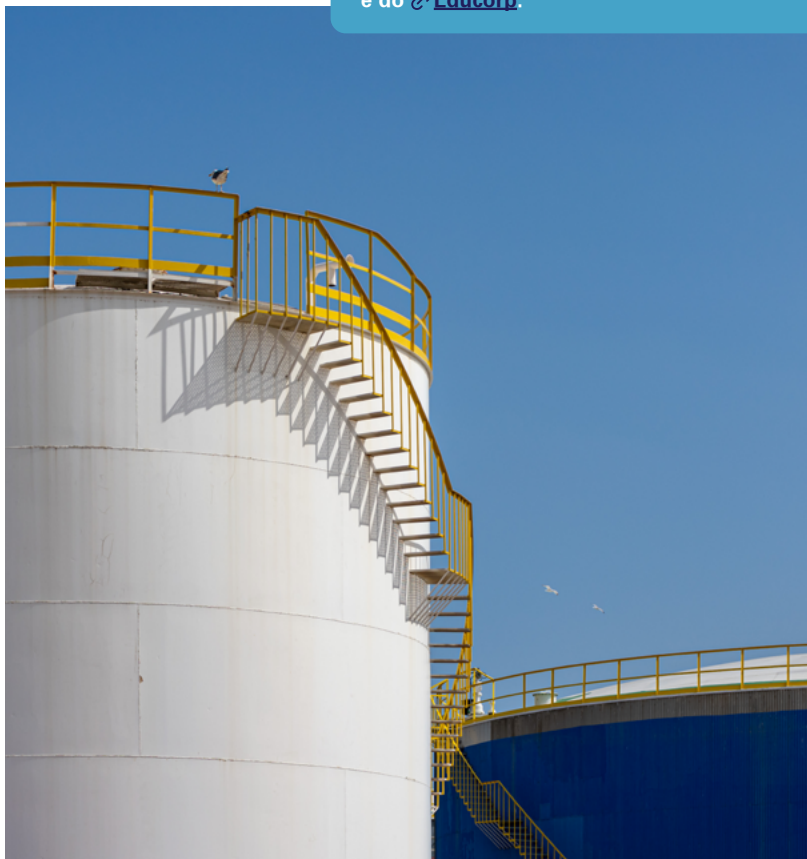
→ Gabriela Engler

→ 11/03/2024

O curso apresenta uma visão abrangente sobre a modelagem de investimentos em projetos de infraestrutura, sob uma perspectiva multidisciplinar que combina aspectos de planejamento, econômico-financeiros e jurídicos. A partir de diversos exemplos práticos de diferentes setores, os participantes poderão compreender as estratégias possíveis para abordagem dos investimentos em projetos de infraestrutura. O curso inova ao proporcionar, com base em casos reais, enquadramento didático das alternativas para modelagem de investimentos e desvendar os bastidores da tomada de decisão dos agentes públicos no processo de estruturação de projetos.



As datas dos cursos podem sofrer alterações ao longo do ano. Acompanhe no site da [ABDIB](#) e do [Educorp](#).



### Project Finance

→ Fernando Fleury

→ 15/04/2024

O objetivo do curso de Project Finance é preparar o aluno para atuar nas diversas partes envolvidas no financiamento de projetos de infraestrutura: empresas, financiadores, seguradoras e demais colaboradoras. Visa também criar um olhar integrado sobre os empreendimentos em suas várias etapas: planejamento, licitação, financiamento, construção e gestão, compreendendo como os instrumentos transmitem ao se passar de uma fase para outra.



## Modelos de Regulação e Equilíbrio Econômico Financeiro

→ **Fernando Marcato**  
→ **29/04/2024**

Sempre diante de casos práticos, demonstrará as formas de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e PPPs a partir dos diversos modelos de regulação existentes nos setores da infraestrutura. Também abordará estratégias de mitigação e compartilhamento dos riscos e mecanismos legais e regulatórios que estão avançando para o alcance do equilíbrio contratual.



## Concessões e PPPs em Saneamento

→ **Gesner oliveira**  
→ **13/05/2024**

O curso apresentará os principais aspectos sobre concessões e PPP em saneamento e visa colaborar para a formação de educação profissional aos analistas e executivos das construtoras, financiadoras, seguradoras, dos bancos e consultorias em geral, bem como dos gestores públicos e público em geral.



## Regulação Econômica em Infraestrutura | Nível I

→ **Eric Brasil**  
→ **18/04/2024**

O curso de Regulação Econômica em Infraestrutura está estruturado com a finalidade de apresentar aos discentes referencial teórico e prático sobre análise de políticas públicas, regulação, microeconomia e finanças relativos a projetos de infraestrutura, parcerias público-privadas e concessões de serviços públicos.

O intuito é capacitar os alunos a compreenderem e adotarem ferramentas de construção e análise do arcabouço regulatório envolvido e necessário nos diversos segmentos da infraestrutura, através de uma abordagem prática e técnica dos conceitos e problemas.

## Regulação Econômica em Infraestrutura | Nível II

→ **Eric Brasil**  
→ **06/06/2024**

O Nível II do curso de Regulação Econômica em Infraestrutura tem o objetivo de aplicar os conceitos e ferramentas apresentados no Nível I do curso ao arcabouço regulatório dos segmentos de transporte, saneamento e telecomunicações.

Está estruturado com a finalidade de apresentar aos discentes referencial teórico e prático sobre análise de políticas públicas, regulação, microeconomia e finanças relativos a projetos de infraestrutura, parcerias público-privadas e concessões de serviços públicos.

O intuito é capacitar os alunos a compreenderem e adotarem ferramentas de construção e análise do arcabouço regulatório envolvido e necessário nos diversos segmentos da infraestrutura, através de uma abordagem prática e técnica dos conceitos e problemas.



## Transição Energética, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do Setor Elétrico

→ [Maria João C. P. Rolim](#)

→ [17/09/2024](#)

A dinâmica do setor elétrico demanda constantes atualizações regulatórias e legislativas. Esta realidade tem se intensificado ainda mais com o cenário de mudanças climáticas, transição energética e uma agenda de sustentabilidade corporativa. Acompanhar o dinamismo setorial é um desafio para os profissionais que já atuam no setor, os que pretendem atuar e também para aqueles que precisam entender o funcionamento setorial para o desempenho de suas funções. A proposta do curso é a de trazer ao participante um entendimento da estrutura e funcionamento do setor elétrico brasileiro em um cenário de mudanças climáticas e transição energética com implicações significativas na estrutura e funcionamento setorial. O curso foi idealizado para que os participantes possam ter uma ampla visão dos desafios globais que afetam o setor, e um maior detalhamento acerca dos impactos deste cenário nas alterações regulatórias e estruturais que impactam a dinâmica setorial. As sessões serão conduzidas de uma forma dinâmica e participativa, tendo como professores convidados nomes expoentes na área.

Formatado de modo a trazer uma base conceitual aliada a uma visão estratégica das alterações setoriais, o curso atende a profissionais do setor que possuam diversos níveis de experiência, bem como a profissionais de setores correlatos que possuem interesse no entendimento do funcionamento do setor elétrico.



As datas dos cursos podem sofrer alterações ao longo do ano. Acompanhe no site da [ABDIB](#) e do [Educorp](#).



## Seguros e garantias para infraestrutura

→ [André Dabus](#)

→ [25/03/2024](#)

O desenvolvimento do segmento de infraestrutura no Brasil demanda por soluções diferenciadas e inovadoras do mercado segurador brasileiro. As recentes mudanças no ambiente regulatório, exigirá de todos os envolvidos no ambiente de contratação pública, conhecimento aprofundado dos mecanismos de identificação e alocação de riscos, da nova estrutura de garantias previstas nesta nova lei, tanto na fase de licitação quanto para assinatura dos contratos, e também a estruturação da garantia pública em projetos de parcerias público-privadas, buscando analisar os correlatos instrumentos jurídicos, formas contratuais e racionalidade econômico-financeira.

## ABDIB NA IMPRENSA

## Apoio aos avanços e alerta para os riscos de retrocesso

Com presença constante na imprensa em 2023, a ABDIB assumiu a dianteira na defesa dos temas de interesse da infraestrutura

A ABDIB, em 2023, foi presença constante na imprensa brasileira — seja por meio de artigos assinados por seu diretor-presidente Venilton Tadini e pelo diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães, seja pela menção ao trabalho e aos pontos de vista da associação em reportagens produzidas pelos principais veículos de comunicação do país. Já nos primeiros dias do ano, a entidade marcou posição em relação aos atos extremistas do dia 8 de janeiro e, além de defender a apuração rigorosa dos fatos, pediu a punição dos responsáveis.

“A forma como foram tratados os pilares da República gera insegurança”, disse Tadini à edição digital do jornal Valor Econômico no dia seguinte aos acontecimentos. O presidente da associação se referia aos possíveis impactos negativos dos atos “terroristas de vandalismo” sobre o ânimo dos investidores interessados em projetos de infraestrutura no Brasil.

A entidade, antes mesmo da posse do novo governo, vinha dando sua contribuição técnica e seu apoio institucional à ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura — condição que sempre considerou essencial para o crescimento sustentável da economia. Também foi apontada, de forma recorrente, a necessidade de um projeto de desenvolvimento capaz de orientar esses investimentos a partir de objetivos bem definidos de política industrial.

Sempre que foi necessário, a ABDIB alertou para os riscos de retrocesso regulatório embutidos em decisões como as que ameaçavam a autonomia das agências reguladoras. E, também, como a que propôs, ainda nos primeiros dias do ano, a revogação de pontos importantes do Novo Marco Legal do Saneamento.



## Para setor de infraestrutura, ataques à democracia geram insegurança a investidores

Para as empresas do setor de infraestrutura, os atos terroristas realizados no domingo (8), em Brasília, por bolsonaristas radicais, geram insegurança aos investidores. Em diversas notas de repúdio publicadas nesta segunda-feira (9), entidades cobraram a defesa das instituições democráticas. “A questão fundamental para quem já investe no país e para novos entrantes é a segurança jurídica. A forma como foram tratados os pilares da República gera insegurança”, disse Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Ele classifica a ação como um ato terrorista de vandalismo.

09/01/2023

[Valor Econômico](#)

## Deputado defende reforma tributária com desoneração de investimentos

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, visitou a sede da ABDIB no dia 27 de janeiro para um encontro com o presidente-executivo, Venilton Tadini, e com toda a diretoria-executiva da associação. O objetivo da reunião foi a apresentação, feita ao deputado, do Livro Azul da Infraestrutura 2023 — o mais completo e abrangente levantamento sobre concessões e parcerias público-privadas feito no país. O trabalho, que está em sua terceira edição, mostra a situação de cada um dos projetos conduzidos pela União, pelos estados e pelos municípios.

19/01/2023

[Agência Infra](#)

## Por uma âncora fiscal virtuosa

O jornal O Globo publicou artigo assinado por Venilton Tadini e Roberto Guimarães com o ponto de vista da ABDIB sobre a situação fiscal do Brasil. Para eles, o debate em torno da âncora fiscal brasileira tem ganhado intensidade nos últimos anos, e a necessidade de alterá-la se mostra cada vez mais evidente. Hoje a âncora é alicerçada na Regra de Ouro, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Teto de Gastos.

19/02/2023

[O Globo](#)

## Rascunho do ‘Novo PAC’ anima setor privado

O Valor Econômico publicou uma reportagem em que a ABDIB e outras entidades analisam o Programa federal. O “Novo PAC” do governo federal ainda está em elaboração, mas as diretrizes sinalizadas até agora agradaram o setor de infraestrutura. Para a ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), as diretrizes do programa são animadoras.

23/03/2023

[Valor Econômico](#)

## 'A adoção do teto de gastos foi o ajuste mais perverso da economia', diz presidente da Abdib

O presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, sempre foi um crítico da ausência de Estado na infraestrutura. Na avaliação dele, não é possível ter avanço do setor sem que haja investimento público. Isso porque alguns projetos não são viáveis economicamente apenas com a iniciativa privada. Nessa linha, também é um crítico ao teto de gastos que foi implementado nos últimos anos e puniu o investimento do governo. "É o ajuste mais perverso que existe numa economia, porque você está acabando com seu capital fixo para o potencial de crescimento futuro." O executivo diz estar otimista com a nova proposta de controle de gasto público apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, apesar da preocupação com a responsabilidade fiscal, será possível voltar a investir.

11/04/2023

[O Estado de São Paulo](#)



## Decretos de saneamento podem gerar atrasos e afastar novos investidores

Os decretos do saneamento básico, assinados pelo governo federal na semana passada, poderão destravar investimentos por meio de novas PPPs (Parcerias Público-Privadas). No entanto, as mudanças também criam fatores de incerteza para a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033, avaliam especialistas. Uma das preocupações é que as novas regras afastem investidores privados, o que limitaria as fontes de recursos e reduziria a concorrência das licitações. Entre 2011 e 2021, foram alocados cerca de R\$ 173,1 bilhões no setor, dos quais 12% vieram de empresas privadas, segundo dados da Abdib (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base).

13/04/2023

[Valor Econômico](#)

## Em evento da Abdib, diretor do BNDES defende revisão da TLP

A revisão da TLP é necessária para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financie a neoindustrialização brasileira, disse nesta quarta-feira (12) o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do banco, José Luis Pinho Leite Gordon, em evento da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). "Como alguém apoia inovação com taxa a 18% ao ano? Como exportar dessa forma?", questionou. Citando o presidente do banco, Aloizio Mercadante, afirmou que o BNDES voltou, mas precisa dos instrumentos corretos para atuar.

14/04/2023

[Valor Econômico](#)



## Hidrogênio verde desponta como o combustível da próxima década

O hidrogênio verde (H2V) será o combustível da próxima década, concordam os especialistas. Também não há dúvidas sobre a vocação do Brasil para se tornar um dos maiores fornecedores globais do “petróleo do futuro”, beneficiado pela abundância de energia limpa e por vantagens logísticas. O desafio é transformar em realidade o potencial identificado por consultorias, como a alemã Roland Berger, que estima para o país uma receita anual de R\$ 150 bilhões nessa cadeia de valor em 2050. “O hidrogênio verde é um elemento estratégico na transição justa para a economia de baixo carbono, principalmente se considerado o equilíbrio entre acessibilidade, estabilidade e sustentabilidade”, diz o vice-presidente sênior da Siemens Energy para a América Latina, André Clark, que também preside o conselho de administração da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

28/04/2023

[Valor Econômico](#)

## Déficit anual de investimento no setor é de R\$ 31 bi

O Brasil registra um déficit de R\$ 30,8 bilhões por ano de investimento em infraestrutura ferroviária. Este é o aporte anual que a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) julga ser necessário para o país investir, ao longo de dez anos, e suprir a demanda por nova malha ferroviária. O levantamento da associação foi apresentado aos técnicos do Ministério dos Transportes para auxiliá-los na estrutura de políticas públicas para o setor. Além da demanda por investimento na expansão da malha, a entidade também calculou quanto seria necessário para eliminar gargalos da rede ferroviária, o que totaliza R\$ 20,4 bilhões anuais ao longo da próxima década.

28/04/2023

[Valor Econômico](#)

## Capitalismo pragmático Artigo: Venilton Tadini e Roberto Guimarães

Vivemos numa democracia fundamentada nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, sob a ordem econômica do capitalismo e precisamos fazer cumprir a Constituição, sobretudo nos objetivos fundamentais. Entre eles estão a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos. Infelizmente, precisamos admitir que, até aqui, falhamos no cumprimento desses objetivos. Os problemas não são de hoje. Eles nos perseguem há séculos. Chegou a hora de questionarmos a eficácia das políticas públicas adotadas a pretexto de resolvê-los.

18/05/2023

[Poder 360](#)

## Após crescimento do PIB, ABDIB pede queda rápida dos juros

O jornal Estado de Minas publicou um texto baseado em informações da ABDIB em que analisa a alta de 1,9% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, divulgado nesta quinta-feira (1/6). De acordo com a Associação, os números ainda precisam ser vistos com cuidado, e indicam a necessidade de redução das taxas de juros. A ABDIB ainda destaca a redução de 3,4% nos investimentos, que são responsáveis pelo crescimento e pela geração de empregos no futuro. Por outro lado, também, houve um crescimento mais do que discreto, de modestos 0,2%, no consumo das famílias e do governo.

01/06/2023

[O Estado de Minas](#)

## Governo define 21 instituições que vão compor o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

Uma portaria publicada no “Diário Oficial da União” desta segunda-feira (19) definiu as 21 instituições da sociedade civil cujos dirigentes vão compor o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). O colegiado será responsável pela elaboração da nova política industrial brasileira. A portaria é assinada pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) foi convidada para integrar o CNDI.

19/06/2023

[Valor Econômico](#)



## BNDES se opõe a projeto que exige aval do Congresso para empréstimos para exportação

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) se mobiliza contra a aprovação de um projeto que poderá criar amarras para operações de financiamento a serviços de exportação. O texto, proposto pelos deputados Mendonça Filho (União-PE) e Daniel Freitas (PL-SC), exigiria aval do Congresso para esse tipo de ação. O banco tem sido auxiliado na mobilização contra o projeto por entidades de classe como a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base) e a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), que enviaram manifestações à CCJ.

20/06/2023

[Folha de São Paulo](#)

## Falta de mão de obra e insumos ameaça investimento bilionário em rodovias

O investimento nas rodovias federais pode alcançar R\$ 30 bilhões em 2023, somando o aporte do governo federal em obras públicas e recursos aplicados nas estradas concedidas à iniciativa privada. Com grande volume de obras (...), o setor monitora os riscos de gargalos com a falta de profissionais qualificados e escassez de insumos. Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), admitiu que o risco para o setor de rodovias já foi notado pela entidade, que fará workshop na sexta-feira (30) para discutir o problema com integrantes do governo e representantes da cadeia de fornecimento.

26/06/2023

[Valor Econômico](#)

## Setor de infraestrutura prevê onda de reequilíbrios em concessões

Um eventual aumento de carga tributária sobre concessões de infraestrutura poderá gerar uma onda de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, avalia a Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). A entidade ainda não tem um cálculo do impacto e pondera que cada segmento terá reações diferentes. Porém, a percepção é que concessões que já estão em fase mais madura (ou seja, investimentos já realizados) serão as mais afetadas, independentemente do setor.

07/07/2023

[Valor Econômico](#)

## Indústria celebra volta de incentivos e projeta maior competitividade

A indústria recebeu de forma positiva a reformulação dos incentivos do BNDES ao financiamento às exportações. O banco quer retomar sua vocação de fomento às exportações e terá R\$ 20 bilhões em quatro anos para auxiliar a produção, especialmente de pequenas e médias empresas que tenham comprometimento com inovação, eficiência e pautas socioambientais, a juros de 1,7% ao ano. A indústria ainda não consegue medir exatamente o impacto da medida, mas a considera necessária. “O BNDES está voltando a fazer financiamento de projetos para o exterior de produtos e equipamentos cuja geração de emprego e renda se dá aqui e isso alavanca o potencial da indústria local”, diz Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

29/06/2023

[Valor Econômico](#)



## PPPs de Estados e municípios avançam, mas garantias ainda são desafio

O modelo de Parcerias Público Privadas (PPPs), que o governo federal planeja impulsionar, reúne um estoque de ao menos 121 projetos em Estados e capitais brasileiras, com potencial de investimento a partir de R\$ 37 bilhões, segundo dados da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Apesar do avanço, o formato ainda deverá enfrentar desafios, principalmente na questão das garantias, mesmo com os estímulos da União. Hoje, a carteira mapeada pela Abdib é pulverizada entre 30 entes federativos e contempla 14 setores, com destaque para infraestrutura social e de lazer (35 iniciativas), energia (19), saúde (16) e mobilidade urbana (14).

11/07/2023

[Valor Econômico](#)

## Falta de verba pública e de interesse privado travam expansão de ferrovias

Mesmo com a pressão global pela transição energética e pela redução de poluentes, a expansão das ferrovias no Brasil deve seguir bem atrás dos projetos de estradas nos próximos anos. Um levantamento da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) aponta que há 19 leilões de infraestrutura previstos no Brasil para 2023 e 2024, e apenas um deles é ferroviário — o trem intercity do Governo de São Paulo.

15/07/2023

[Folha de São Paulo](#)

## Leilões já previstos podem levantar R\$ 126 bi até 2024

Em leilões já anunciados até o ano que vem, o país vai demandar que os interessados em participar de projetos de transmissão de energia, rodovias, terminais portuários, mobilidade e saneamento invistam no mínimo R\$ 126 bilhões. A estimativa é da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) a partir de certames com informações definidas ou em estágios mais avançados (além da realização de anúncio de intenções) -, alguns dos quais já têm editais publicados.

13/07/2023

[Valor Econômico](#)



## **BNDES não financiar exportação de serviço é como proibir merenda escolar por caso de desvio, diz Abdib**

As empresas de infraestrutura e indústrias de base reclamam da postura “pé no chão” adotada pelo BNDES na liberação de linhas de financiamentos para exportações de bens e serviços. Querem a volta do programa, um dos motores do banco nos governos Lula e Dilma Rousseff.

Representadas pela Abdib, elas afirmam que o BNDES represa os recursos com a desculpa de que o programa está suspenso à espera de um novo marco.

01/08/2023

[Folha de São Paulo](#)

## **PAC 3 deve enfrentar gargalos ambiental e de construção civil**

A terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento, batizado como Novo PAC, uma das apostas do governo Lula para alavancar o crescimento da economia, deverá enfrentar gargalos na execução das obras. Entre os desafios centrais a serem considerados pelo programa, estão o processo de avaliação ambiental dos empreendimentos e a capacidade - financeira e operacional - das construtoras do país, além da qualificação de mão de obra, na visão de especialistas e representantes do setor de infraestrutura ouvidos pelo Valor. Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), engrossa o coro em defesa do projeto em tramitação no Congresso e também vê riscos de o licenciamento voltar a ser um fator de atrasos e paralisações de obras.

12/09/2023

[Valor Econômico](#)

## **Novo PAC: Brasil precisa mais que dobrar investimento para modernizar infraestrutura**

O novo PAC será lançado num cenário de investimentos insuficientes em infraestrutura e que se repete há anos. Para modernizar o setor, o país precisaria mais do que dobrar os aportes atuais. Em 2022, esses aportes somaram o equivalente a 1,86% do PIB, conforme levantamento da Inter B Consultoria. Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), está mais otimista com a nova edição do PAC porque identifica alguns avanços na gestão pública que não havia nas primeiras edições, nos governos anteriores do PT.

09/08/2023

[O Globo](#)

## **Crise da produção: veja quanto o Brasil precisa investir para retomar nível recorde dos anos 70**

O Brasil precisa investir anualmente de forma sustentável R\$ 456 bilhões na indústria de transformação, por um período de sete a dez anos, para retornar ao mesmo patamar de produtividade da década de 1970. O cálculo dos investimentos necessários para elevar o baixo padrão de produtividade do Brasil foi feito pela primeira vez pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) em estudo antecipado ao Estadão. A inspiração para o estudo partiu de dados divulgados sempre pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que mostram como está o investimento na infraestrutura e quanto teria de ser o investimento para suprir os gargalos nos mais diversos segmentos para cobrir a depreciação.

02/10/2023

[O Estado de São Paulo](#)



## “O Brasil é um país sem transporte”, afirma presidente da ABDIB

Com uma redução drástica de investimentos nos últimos 10 anos, a infraestrutura de transporte no Brasil não acompanhou os avanços registrados nos setores de energia e telecomunicações. “Esse é o nosso maior gargalo de competitividade, porque ele inclui as estruturas rodoviária, ferroviária, hidrovias e cabotagem”, afirma o presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini, que lembra que a necessidade de superávits no Brasil reduziu os recursos orçamentários para transportes e logística a 0,32% do PIB no ano passado, quando seriam necessários 2,26% do PIB para que a infraestrutura logística brasileira não ficasse atrasada. Em números, são R\$ 192,6 bilhões a menos do que o necessário. “O Brasil é um país sem transporte”, afirma Tadini. “Nós temos rodovias que são insuficientes para a estrutura da nossa população e da nossa extensão territorial”, acrescenta.

30/10/2023

[Estado de Minas](#)

## Projetos de concessão de infraestrutura no Sul e Sudeste somam R\$ 305 bilhões

Os projetos de concessões e PPPs em estruturação nas regiões Sul e Sudeste do país somam um potencial de R\$ 305 bilhões em investimentos, segundo levantamento feito pela Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). Ao todo, foram mapeados 138 projetos em curso, considerando as carteiras dos Estados e do governo federal. As iniciativas estão em diferentes estágios de maturidade, desde aqueles em avaliação inicial (por exemplo, a construção da linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro, que ainda passará por licitação para contratar os estudos) até os que estão com leilão marcado (como o trem de passageiros entre São Paulo e Campinas, do governo paulista).

31/10/2023

[Valor Econômico](#)



## Investimento em infraestrutura cresce 20% em 2023, puxado por setor público e privado

Os investimentos em infraestrutura deverão crescer 19,6% em 2023. A alta reflete tanto a retomada expressiva dos aportes públicos, quanto um volume recorde de recursos privados destinados à concessões e PPPs no país. Os dados, obtidos em primeira mão pelo Valor, são do Livro Azul da Infraestrutura, publicação anual da Abdib (Associação Brasileira de Base). O total de investimentos - que incluem os setores de transportes, energia elétrica, saneamento básico e telecomunicações - deverá encerrar o ano em R\$ 213,4 bilhões, chegando próximo ao pico vivido em 2014. Nos últimos anos, o país registrou uma queda brusca nos valores, em meio à crise econômica e aos cortes de gastos dos governos. Em 2023, fica clara uma virada, afirma Venilton Tadini, presidente da entidade.

07/12/2023

[Valor Econômico](#)



## Companhias Associadas

---

Accenture do Brasil Ltda	BR Infra Group
Acciona Infraestructuras S.A.	BRK Ambiental Participações S.A.
Aegea Saneamento e Participações S.A.	Brookfield Brasil Ltda
Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda	Caixa Econômica Federal
Alupar Investimento S.A.	Camargo Correa Infra S.A.
Alya Construtora S.A.	Campos Mello Advogados
Andrade Gutierrez S.A.	CCR S.A.
Andritz Hydro Ltda	CDHU – Companhia Habitacional de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
Aon Holding Corretores de Seguros Ltda	CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
Arap, Nishi & Uyeda Advogados	Cescon, Barriau, Flesch & Barreto Sociedade de Advogados
Arcadis Logos S.A.	Companhia Paulista de Parcerias (CPP)
Aroeira Salles Advogados	Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.
Arteris S.A.	CPFL Energia S.A.
Azevedo Sette Advogados Associados	Crasa Infraestrutura S.A.
Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A.	CSO Ambiental de Salto Spe S.A. (Corpus)
BDO RCS Auditores Associados Ltda	Delta Comercializadora de Energia Ltda
BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda	Demarest Advogados
BMG Seguros S.A.	ECB – Empresa Construtora Brasil S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
Bocater, Camargo, Costa e Silva & Rodrigues Advogados	EDP – Energias do Brasil S.A.

## Companhias Associadas

---

EGTC Infra	Intertechne Consultores S.A.
Egis Engenharia e Consultoria Ltda	IPGC – Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades
Effectus Soluções de Negócios	Isa CTEEP – Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Kpmg Structured Finance S.A.
Enel Distribuição São Paulo	Leite, Tosto e Barros Advogados Associados
Engie Brasil Participações Ltda	Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda	Macquarie Brasil Participações Ltda
Fator Seguradora	Madrona Advogados
Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores Legais	Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados
Fidens Construções S.A.	Marsh Corretora de Seguros Ltda
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Mattos Filho Advogados
General Electric Energy do Brasil S.A.	Monte Rodovias S.A.
GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda	Motta Fernandes Advogados
GO Associados Consultoria Empresarial Ltda	Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental
Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda	Neoenergia S.A.
GS Inima Brasil Ltda	Norte Energia S.A.
Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A.	Nuclep - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
Hitachi Energy Brasil Ltda	OEC – Odebrecht, Engenharia e Construção
I.C.Cohen Sociedade de Advogados	Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.
Inova BH S.A.	

## Companhias Associadas

---

Perfin Infra Participações Ltda	Tarobá Engenharia e Negócios Ltda
Pinheiro Neto Advogados	Tauil & Chequer Advogados
Primav Construções e Comércio S.A.	Tendências Consultoria Integrada S/S/ Ltda
Promon Engenharia Ltda	Terrafirma Consultoria Empresarial e de Projetos Ltda
Roadis Brasil Participações de Infraestrutura Ltda	Tokio Marine Seguradora
Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Sociedade de Advogados	Tozzini, Freire Teixeira e Silva Advogados
Rumo S.A.	TSEA Energia
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Ultrapar
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	Una Consultoria Econômica
Santos Brasil Participações S.A.	Vale S.A.
Siemens Energy Brasil Ltda	Vallya Advisors Assessoria Financeira Ltda
Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda	Vieira Rezende Advogados
SM Assessoria Empresarial e Gestão Hospitalar	Vinci Airports
Solvi Participações S.A.	Vli Multimodal
State Grid Brazil Holding S.A.	Voith Hydro Ltda
Taesa - Transmissora Aliança de Energia Elétrica	Wabtec Brasil Fabricação e Manutenção de Equipamentos Ltda
	Weg Equipamentos Elétricos S.a



---

---

**ABDIB**

[www.abdib.org.br](http://www.abdib.org.br)